

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL**

**“OS NEGROS DOS MATOS”. TRAJETÓRIAS
QUILOMBOLAS EM SERGIPE DEL REY (1871-1888).**

IGOR FONSÊCA DE OLIVEIRA



**SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BAHIA
JULHO / 2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

IGOR FONSÊCA DE OLIVEIRA

“OS NEGROS DOS MATOS”.
TRAJETÓRIAS QUILOMBOLAS EM SERGIPE DEL REY
(1871-1888).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: História Regional e Local.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Castellucci Júnior.

JULHO / 2010

IGOR FONSÊCA DE OLIVEIRA

**“OS NEGROS DOS MATOS”.
TRAJETÓRIAS QUILOMBOLAS EM SERGIPE DEL REY
(1871-1888).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: História Regional e Local.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada em 20 de julho de 2010.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Wellington Castellucci Júnior – UNEB – _____
Orientador

Prof. Dr. Carlos Eugênio Líbano Soares – UFBA – _____
Titular

Prof. Dr. Eurípides Antônio Funes – UFC – _____
Titular

Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos – UNEB – _____
Suplente

Profa. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires – UFBA – _____
Suplente

JULHO / 2010

AGRADECIMENTOS

Chega o momento de agradecer àquelas pessoas as quais, de alguma maneira, contribuíram para o desenvolvimento deste estudo. Pessoas que se doaram, cooperaram e me incentivaram nesta jornada, motivo pelo qual quero registrar a minha gratidão.

Ao professor Dr. Wellington Castellucci Júnior, pela competência, disponibilidade e forma criteriosa com que conduziu e orientou esta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudo, a qual proporcionou as condições materiais, ideais, para o desenvolvimento e a confecção deste trabalho.

Aos professores Drs. Carlos Eugênio Líbano Soares e Wilson Roberto de Mattos, pelas críticas e sugestões apontadas ao texto da qualificação, as quais busquei atender e incluir nesta nova versão. Sou grato também ao Prof. Dr. Eurípides Antônio Funes, pela maneira carinhosa e atenciosa com que me atendeu na Universidade Federal do Ceará assim como pela disponibilidade, críticas e sugestões apontadas a esta dissertação.

No Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia, agradeço ao Prof. Dr. Walter Fraga Filho, à Profa. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires, ao Prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho, à Profa. Dra. Carmélia Aparecida Silva Miranda e à Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis – membros da linha de pesquisa “Estudos Sobre Trajetórias de Populações Afro-brasileiras” –, como também ao Prof. Dr. Charles D’almeida Santana e aos alunos/amigos Cassi Ladi Coutinho, Jacó Santos Souza e Leila Maria Prates, pela maneira criteriosa com que leram e apontaram sugestões ao projeto de pesquisa e a versões anteriores deste trabalho. Ali, também sou muito grato às secretarias do Programa – Ane e Consuelo.

Agradeço à professora e amiga Sheyla Farias Silva, por disponibilizar parte do seu acervo bibliográfico, pela disponibilidade em ler versões anteriores deste trabalho e pelas críticas cedidas ao mesmo.

A Hinaldo Lima, pelo rigor técnico e excelência com que elaborou os mapas expostos ao longo deste trabalho.

A minha enorme gratidão a meus tios Leonardo Pontes e Maria Goretti da Fonsêca Pontes, por amenizarem, com os seus carinhos, os desafios que encontrei durante a minha estadia em Santo Antônio de Jesus.

Aos Fonsêca's e Oliveira's – meus familiares – que, apesar da distância, sempre se mostraram interessados e ansiosos com a conclusão desta etapa da minha vida. A vocês, agradeço os carinhos e a torcida!

A Samara Freitas, meu amor, pelo companheirismo, por estar ao meu lado, pelas palavras de carinho e incentivo nos momentos mais difíceis.

A meus pais, Fábio Maciel de Oliveira e Maria da Penha Fonsêca de Oliveira, devo-lhes os maiores agradecimentos. Tudo que eu pudesse dizer-lhes aqui não seria ainda o suficiente para expressar o quanto eu sou grato pelo que tem me proporcionado, incentivado e acreditado na realização dos roteiros que tenho traçado para a minha vida. Igualmente, agradeço os incentivos que recebi da minha irmã, Suenny. A vocês, dedico esta dissertação.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as experiências dos escravos fugidos em torno dos quilombos nas últimas décadas do escravismo em Sergipe Del Rey, menor província do Império do Brasil. Esta reflexão tem como ponto de partida a promulgação da lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, considerada por algumas autoridades locais e alguns proprietários de engenhos a grande responsável pela acentuação no número de fugas escravas e, concomitantemente, em uma maior emergência de núcleos quilombolas, que foram erguidos sobretudo nos arredores das matas dos engenhos localizados no Vale do Cotinguiba, principal área agroeconômica da província. A proximidade com que essas comunidades estavam dispostas nas residências senhoriais propiciou não só um maior engajamento por parte do poder público em capturá-las, mas também o surgimento de uma ampla rede de relação informal. Envolveu, assim, diversos segmentos sociais, principalmente os escravos residentes nas senzalas próximas aos seus coitos, gente à qual os quilombolas se aliaram, solidarizaram-se, dividiram momentos oportunos em rodas de batuque e, dentre outras coisas, celebraram romances. Evidenciou-se, neste estudo, também a preocupação e as formas adotadas pela polícia sergipana na tentativa, muitas vezes improfícuas, de minar essas relações e as estratégias que foram empreendidas pelo órgão no combate aos redutos quilombolas. Para a elaboração deste trabalho foi realizada a análise e o cruzamento de fontes dispersas, em que informações a respeito de estratégias, organizações sociais, estruturas físicas e demográficas, dentre outras tantas questões aqui abordadas, aparecem em formas de indícios.

ABSTRACT

This study aims to analyze the experiences of fugitive slaves around the “quilombos” in the last decades of slavery in “Sergipe Del Rey”, smallest province of the Empire of Brazil. This reflection has as its starting point the promulgation of the Law of Free Birth, on September 28th, 1871, considered by some local authorities and some “plantation owners” a big responsible for the accentuation of the number of slave escapes and, concomitantly, in an increase of the maroon’s center, which were built mainly in the vicinity of the forests of the “engenhos” located in the Valley “Cotinguiba”, agrieconomic main area of the province. The proximity which these communities were arranged in the “engenho” provided not only a bigger engagement by the government in capturing them, but also the emergence of a wide network of informal relations. Involved, so many social segments, mainly the slaves living in the “senzalas” nearby their hiding-place, where they found people to help them, sympathized, and divided opportune moments of drums and dance, and among other things, dating. Also became evident in this study, the concern and the way adopted by the police of “Sergipe” in an attempt, often without success, to undermine those relationships and strategies that were undertaken by the police staff in fighting the strongholds maroon. For the preparation of this work was performed the analysis and crossing of many sources, in which information about strategies, social organizations, including physical and demographic structures, among many other issues discussed here, appear in forms of evidence.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGJES – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

AMDP – Arquivo Municipal de Divina Pastora.

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe.

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

SP¹ – Ofícios Recebidos da Segurança Pública.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFS – Universidade Federal de Sergipe.

UNEB – Universidade do Estado da Bahia.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Proporção (%) de escravos, homens e mulheres, por cor, em Sergipe – Vale do Cotinguiba (1872)	39
---	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Mata da Boacica, Divina Pastora	45
Ilustração 2 – Batalhão de Fuzileiros da Guarda Nacional	52
Ilustração 3 – Capitão do Mato – Johann Moritz Rugendas, 1823	53
Ilustração 4 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Laranjeiras	67
Ilustração 5 – Escravos com argolas presas ao pescoço e nos tornozelos	75
Ilustração 6 – Escravos presos ao tronco	80

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de Sergipe com destaque para o Vale do Cotinguiba, século XIX	25
Mapa 2 – Mapa de Rosário do Catete, retratando a localização do Quilombo do São José e os engenhos de onde fugiram parte dos escravos que ali habitavam	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação nominal dos quilombolas que habitavam um dos ranchos localizados nas matas do engenho São José, Rosário do Catete, segundo a escrava Limôa	61
Quadro 2 – Relação nominal dos quilombolas, seus respectivos proprietários e engenhos citados nos autos de perguntas procedidos nos escravos Maurício e Joana (1872)	71
Quadro 3 – Relação nominal dos quilombolas citados nos autos de perguntas procedidos nas escravas Vivência e Isabel	92
Quadro 4 – Relação dos crimes cometidos por escravos na vila de Divina Pastora, segundo <i>O Paciente</i>	99
Quadro 5 – Relação nominal dos quilombolas citados pelo escravo João Mulungu nos autos de perguntas realizados em 21 e 23 de janeiro de 1876	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de engenhos por municípios do Vale do Cotinguiba nos anos de 1838, 1856 e 1875	26
Tabela 2 – Média de escravos alocados nos sítios e engenhos do Vale do Cotinguiba (1870-1888)	31
Tabela 3 – Variação da população livre e escrava de Sergipe entre os anos de 1834 e 1851	34
Tabela 4 – População livre e escrava, dividida por sexo, em Sergipe (1872)	38
Tabela 5 – População escrava do Vale do Cotinguiba e de Sergipe, divididas por sexo e profissão (1873)	40
Tabela 6 – Número de escravos africanos casados arrolados nos inventários dos municípios do Vale do Cotinguiba (1870-1888)	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. “TIRAR CIPÓ”: ADENTRANDO AS MATAS DO COTINGUIBA ..	22
1.1. VIVÊNCIAS NEGRAS, VIVÊNCIAS ESCRAVAS	34
CAPÍTULO 2. ENTRE SENZALAS E QUILOMBOS	48
2.1. COMBATENDO “MALES”: O QUILOMBO DO SÃO JOSÉ E OUTROS	49
2.2. O NATAL DE JOSÉ MARUIM	74
CAPÍTULO 3. NO ENCALÇO DE MULUNGU E SEUS PARCEIROS	81
3.1. OS PARCEIROS	81
3.2. O MULUNGU	96
3.3. VELHOS PARCEIROS, NOVOS ALVOS	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
APÊNDICE	123
FONTES E REFERÊNCIAS	124

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os novos resultados de uma pesquisa que venho desenvolvendo há cerca de quatro anos sobre as comunidades de escravos fugidos da província de Sergipe Del Rey na segunda metade do século XIX.¹

Em meados de 2006, dei início às primeiras leituras sobre a temática dos “Quilombos Históricos” e a visitas regulares aos arquivos públicos de Sergipe em busca de fontes primárias. No ano seguinte, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “História de Quilombolas Sergipanos” foram apresentados os primeiros resultados desta pesquisa.²

Neste novo trabalho, não só dou prosseguimento ao estudo desenvolvido no TCC como também de uma temática que, apesar de contar com valiosos estudos para as regiões Norte e Sudeste do Brasil, ainda carece de investigações mais concisas para a região Nordeste.

Quanto aos quilombos de Sergipe, ainda não existem estudos que tratem a temática de forma sistemática e concentrada. Há referências parciais em trabalhos que tratam de temas maiores, mais abrangentes, como o de Ariosvaldo Figueiredo, Clóvis Moura, Lourival Santos, Severo D’acelino, Maria Nely dos Santos, Amâncio Cardoso e Sharyse Piroupo do Amaral.³

Acredito que as primeiras menções e análises tenham sido realizadas por Clóvis Moura em *Rebeliões da Senzala* – obra publicada pela primeira vez no ano de 1959 como resultado de dez anos de pesquisa do autor. Nesta obra, foram lançados diversos questionamentos e problemáticas acerca dos quilombos

¹ O interesse pela temática, assim como grande parte dos estudos desenvolvidos por alunos ainda na graduação, surgiu após acatar a sugestão da Professora Msc. Edna Maria Matos Antônio, então membro do corpo docente do curso de licenciatura em História da Universidade Tiradentes, Aracaju/SE.

² Atento que este trabalho foi desenvolvido em parceria com a graduanda Thaís Faria dos Santos e sob a orientação da Professora Msc. Maria Nely dos Santos. Ver: Igor Fonsêca de Oliveira e Thaís Faria dos Santos. História de quilombolas sergipanos: 1871-1876. Trabalho de conclusão de curso em História. Universidade Tiradentes: Aracaju, 2007.

³ Ariosvaldo Figueiredo. *O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe*. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977; Clóvis Moura. *Rebeliões da senzala. Quilombos insurreições guerrilhas*. 3ª edição, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981; Lourival Santana Santos. “Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 31, 1992, pp. 31-43; Severo D’acelino. “Resistência e religiosidade do negro sergipano”, *Casa de Cultura Afro-Sergipana*, 1994; Maria Nely dos Santos. *A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997; Amâncio Cardoso. “Escravidão em Sergipe: fugas e quilombos, século XIX”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 34, 2005, pp. 55-73; Sharyse Piroupo do Amaral. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. Salvador: FFCH; UFBA, Tese de Doutorado, 2007.

sergipanos da segunda metade do século XIX que seriam posteriormente corroborados, porém pouco ampliados, pelos estudiosos que se debruçariam sobre a mesma temática.⁴

Abordando principalmente elementos que contrapunham enfaticamente a ótica branda e harmônica das relações entretidas entre os escravos e seus senhores, Moura buscava, através do seu estudo, não só revelar que a escravidão no Brasil foi extremamente violenta como também estaria nesta característica a principal razão, dentre outras questões, para as fugas, a emergência dos quilombos e da criminalidade escrava.⁵

No tocante aos crimes perpetrados pela classe cativa, estes foram analisados eminentemente pelo impacto que acarretavam na ordem escravista, ou seja, revelavam apenas o lado cruel e severo do regime. Esta análise foi amplamente difundida por estudiosos ligados à Escola Sociológica Paulista, sendo só superada no início da década de 1980 com o surgimento no Brasil do que comumente denominamos de “Nova História Social da Escravidão”.

⁴ Os estudos desenvolvidos por Clóvis Moura teceram forte influência sob os trabalhos historiográficos desenvolvidos acerca dos quilombos de Sergipe Del Rey. Por exemplo, foi o próprio Moura quem assinou o prefácio do livro *O negro e a violência do branco*, de autoria de Ariosvaldo Figueiredo e publicado no de 1977. Segundo Clóvis Moura, esta publicação viria “repor a verdade” e traçar “um painel convincente das relações escravistas em Sergipe”, tendo como reflexo permanente a violência. Ver: Ariosvaldo Figueiredo. *Op. cit.*, p. 15; Outro personagem da historiografia sergipana que acredito ter sofrido grande influência dos estudos promovidos por Clóvis Moura foi Severo D’acelino. Em *Resistência e Religiosidade do Negro Sergipano*, D’acelino revela que os quilombos eram focos de “protesto contra a escravidão onde o negro, espoliado em seus direitos, sem regalias, sob a atrocidade do cativo, produzia-os para buscar sua liberdade pela força, estabelecendo daí a Revolução Negra em Sergipe, ampliada pelas sublevações, inconfidências e outras formas de luta”. Mas não é só na parte conceitual e nas abordagens que existem semelhanças entre estes autores. Ambos, tanto Clóvis Moura como Severo D’acelino, por exemplo, estavam filiados e plenamente engajados no Movimento Negro da década de 1980. Outra semelhança é que os dois autores tiveram suas produções bibliográficas produzidas fora da Academia. Ver: Severo D’acelino. *Op. cit.*, p. 3; A respeito de uma breve análise biográfica sob o intelectual Clóvis Moura e suas obras, ver: João Baptista Borges Pereira. “O último legado de Clóvis Moura”, *Revista Estudos Avançados*, vol. 18, nº 50, 2004, pp. 311-312; Ver também: Érika Mesquita. “Clóvis Moura e a sociologia da práxis”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, nº 3, 2003, pp. 557-577.

⁵ A visão branda da escravidão no Brasil foi difundida, principalmente, pelo sociólogo Gilberto Freyre. Contrapondo com o regime escravista norte americano, Freyre chegou à conclusão de que no Brasil as relações entretidas entre senhores e escravos foram marcadas pelo princípio do paternalismo. Neste sentido, ver: Gilberto Freyre. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987; Segundo Silvia Lara, “a tese da brandura das relações entre senhores e escravos no Brasil era defendida, em geral, por autores que empreendiam uma análise eminentemente institucional, legal ou ideológica, e o enfoque estava diretamente ligado ao estudo das relações raciais na atualidade: uma escravidão amena e suave do passado, onde o cativo tivesse certos direitos assegurados ou a miscigenação quebrassem a rigidez social, correspondia e engendrava a harmonia racial do presente”. Ver: Silvia Hunold Lara. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 98-99.

É só a partir de então que os escravos passaram a ser historiados, dentre outras questões, como sujeitos históricos dotados de sentimentos e concepções políticas. Seus crimes passaram a ser valiosos instrumentos de análise que revelavam não só retratos cruéis do escravismo no Brasil, mas também, e principalmente, as múltiplas tensões, a dinâmica, as expectativas e as estratégias subjetivas que marcaram as vidas daqueles indivíduos imersos no regime da escravidão.

Foram pioneiros neste tipo de análise os trabalhos desenvolvidos pelas historiadoras Maria Helena P. Toledo Machado e Maria Cristina Cortez Wissembach, ambos os estudos voltados para a província de São Paulo da segunda metade do século XIX.⁶ Também nesta perspectiva e no tocante à temática dos quilombos, surgiram trabalhos primorosos como o de Eurípides Funes, sobre a região do baixo Amazonas; Flávio Gomes, sobre comunidades de escravos fugidos localizadas no Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil (Colonial e Imperial); João José Reis, sobre o quilombo do Oitizeiro na Bahia Colonial, e o de Marcus Joaquim de Carvalho, sobre redutos quilombolas em Pernambuco.⁷

Parte desses trabalhos teceu forte influência, por exemplo, sobre a tese de doutoramento de Sharyse Piroupo do Amaral, intitulada: “Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe”, em que ela dedica um capítulo ao estudo das comunidades de escravos fugidos, nas últimas décadas, do regime escravista em Sergipe. Apesar da parcialidade, tratava-se, até o momento, do trabalho mais conciso acerca da temática dos quilombos na historiografia sergipana.

Os estudos desenvolvidos por esses autores, dentre muitos outros não citados, serviram-me de inspiração e base teórica para o desenvolvimento desta pesquisa. Aqui, estão expostos preocupações e questionamentos que foram

⁶ Maria Helena P. Toledo Machado. *Crime e escravidão: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987; Maria Cristina Cortez Wissenbach. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros no município de São Paulo 1850-1880*. São Paulo: Hucitec, 1998.

⁷ Ver, dentre muitos outros trabalhos destes autores: Eurípides Antonio Funes. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. São Paulo: FFLCH; USP, Tese de Doutorado, 1995; Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Ed. rev. e ampl. – Companhia das Letras, 2006; João José Reis. “Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806”, in Flávio dos Santos Gomes e João José Reis (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 332-372; Marcus Joaquim M. de Carvalho. “O quilombo do Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco”, in Flávio dos Santos Gomes e João José Reis (orgs). *Op. cit.*, pp. 407-432.

substancialmente amadurecidos nos últimos dois anos, desde o ingresso no curso de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. O amadurecimento dessas questões juntamente com a de um jovem pesquisador proporcionaram um estudo inédito sobre a resistência escrava no Nordeste Imperial, mais precisamente sobre Sergipe Del Rey.

Para tanto, foi analisado um vasto arsenal de fontes primárias. A princípio, concentrei a pesquisa no Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe onde pude localizar poucos sumários de culpas relativos a crimes cometidos por quilombolas. Apesar da escassez documental, há neles uma série de informações e indícios que me revelavam aspectos das vivências experimentadas pelos quilombolas de Sergipe e das comunidades ao redor dos seus redutos.

A probabilidade de a grande maioria dos escravos de Sergipe não ter sido capturada e, em concomitância, punida judicialmente por possíveis crimes cometidos enquanto fugidos, levou-me a focar, em um segundo momento, a pesquisa no Arquivo Público do Estado de Sergipe. Neste, mais precisamente nas pacotilhas que retêm os “Ofícios Recebidos da Secretaria de Segurança Pública”, pude localizar diversos documentos relativos aos quilombos de Sergipe.

Com paciência, pude digitalizar e imprimir cada um destes documentos. Ao “final” da pesquisa, estava munido com a interessante cifra de cerca de 200 ofícios, estes com datações limites entre 1870 e 1889.⁸ A maioria absoluta condiz a ofícios despachados por delegados com jurisdições em municípios do Vale do Cotinguiba, principal área agroeconômica da província.

Apesar de serem redigidos por pessoas distintas, muitos deles seguem um mesmo roteiro. Grosso modo, esses ofícios poderiam estar divididos em dois momentos: um revelando denúncias recebidas sobre possíveis pousos, solicitando arsenal bélico e sobretudo físico para empreender as diligências tidas como

⁸ Há uma sobrepujança significativa de ofícios datados da primeira década, o que pode ser um forte indicativo de que a década de 1880 em Sergipe Del Rey foi marcada por novas formas de protesto por parte dos escravizados. Realidade aparentemente idêntica já era vivenciada na Província de São Paulo em meados da década de 1870. Segundo Celia Azevedo, ao longo desta década grande parte das atenções das autoridades policiais “convergia para a questão dos crimes diários de escravos contra senhores, administradores, feitores e respectivas famílias. [...] Isto quer dizer que a resistência escrava estaria se concretizando cada vez mais no próprio lugar de trabalho (no eito e no interior das moradias dos senhores), muito mais do que fora dele, tal como nas tradicionais fugas e quilombos”. Neste sentido, ver: Celia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. 3ª edição, São Paulo: Annablume, 2004, pp. 157-158.

necessárias e urgentes; e o outro abordando os resultados das atividades empreendidas nos matos.

Após alinhar, cronologicamente, toda a documentação recolhida, pude então debruçar-me sob a mesma aplicando o método indiciário e de ligação nominativa, ambos formulados por Carlo Ginzburg.⁹ A mesma metodologia foi empregada na análise de fontes como processos-crimes e periódicos do século XIX.

Para a confecção deste trabalho, pude também analisar cerca de 30 autos de perguntas procedidos em escravos fugidos recém capturados, escravos residentes em senzalas próximas aos coitos quilombolas e indivíduos suspeitos de serem homiziados com os mesmos. Esta documentação consiste em uma espécie de interrogatório onde o inquiridor, geralmente a maior autoridade policial do distrito, acompanhado de um escrivão astuto e algumas testemunhas, buscava extrair do indivíduo inquirido informações que lhe pudessem auxiliar no combate aos mocambos. No caso de o inquirido ser um ex-quilombola, os questionamentos comumente passavam pelas motivações que o levaram a fugir e pelos supostos crimes que o mesmo ou seus parceiros de rancho teriam perpetrado enquanto fugidos.

Há de se imaginar a riqueza dos dados fornecidos por essa documentação. Independente dos objetivos com as quais foram produzidos, os autos de perguntas são, juntamente com os processos-criminais, as fontes que nos permitem uma maior aproximação com a fala dos escravos, ou seja, com o seu cotidiano.¹⁰

A análise e o cruzamento dessas informações com as recrutadas em outras fontes primárias foram preponderantes para galgar o principal objetivo deste trabalho: compreender como os quilombolas vivenciaram a experiência das duas últimas décadas escravistas em Sergipe Del Rey, menor província do Império.

Esta reflexão parte do ano de 1871, data da promulgação da lei do Ventre Livre, e se estende até o ano de 1888, quando se deu por findo o regime escravista no Brasil. Este período ficou marcado pelo acirramento dos conflitos sociais entre senhores e escravos, tornando-se assim um contexto histórico plenamente

⁹ Carlo Ginzburg. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, in Carlo Ginzburg. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Ver também, do mesmo autor: “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações”, in Carlo Ginzburg. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 208.

¹⁰ A riqueza dos “autos de perguntas” como fontes que permitem ao historiador/pesquisador uma maior aproximação com a fala escrava e com o seu cotidiano já fora salientada por Sílvia Hunold Lara, ver: Sílvia Hunold Lara. *Op. cit.*, p. 24.

privilegiado já que a análise que desempenhei foi com base principalmente nos registros diários da polícia sergipana.

Nesses registros, há informações não só das táticas empregadas no combate aos redutos quilombolas como também das contraestratégias utilizadas pelos negros fujões para escapar de tais atividades.

À medida que os nomes contidos nessa documentação foram se repetindo, tornou-se possível elucidar diversas questões como os nomes das principais comunidades quilombolas, dos escravos fugidos que mais desafiaram o poder público, dos destinos que lhe eram incumbidos após suas apreensões e quais eram os principais personagens envolvidos nas suas caçadas. Contudo, reencontrar certos indivíduos nesses documentos foi de suma importância, sobretudo por me permitir acompanhar, no tempo, trajetórias de vidas quilombolas em fuga por diversos pousos espalhados pelas matas do Vale do Cotinguiba.

Orientado pela documentação, optei por centrar minha análise nessa região. No primeiro capítulo, abordei, de forma sistemática, algumas características – físicas, humanas e econômicas – da mesma durante o período estudado. Para analisar o perfil da população escrava ali residente, além de alguns mapas populacionais, foram também utilizados dados coletados em inventários depositados no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe e no Arquivo Municipal de Divina Pastora. Neste capítulo, também foram abordados alguns aspectos das vivências escravas no Cotinguiba e as possíveis motivações que os levaram a “tirar cipó”, ou seja, fugir para as matas, onde ergueriam os temidos quilombos.

Em “Entre Senzalas e Quilombos”, segundo capítulo, busquei rechaçar o ideal “marginal” das comunidades de escravos fugidos sob um novo prisma. O intuito não foi apenas enfatizar que os quilombolas forjaram múltiplas alianças, algumas aparentemente contraditórias, com escravos residentes nas senzalas e com outros personagens da trama escravista, mas também, tomando como referência o conceito de “Campo Negro” cunhado pelo historiador Flávio Gomes, demonstrar que as alianças informais entretidas entre os quilombolas de Sergipe Del Rey e os escravos remanescentes das senzalas possivelmente tiveram sua gênese devido à ligação familiar que os uniam.¹¹

¹¹ Flávio dos Santos Gomes definiu “Campo Negro” como sendo “uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados, envolvendo, em determinadas regiões do Brasil, movimentos sociais, assim como práticas econômicas com interesses multifacetados. Tal qual uma arena social,

No terceiro capítulo, a abordagem centrou-se sob um grupo de quilombolas específico, João Mulungu e seus parceiros, indivíduos que aparecem nas fontes como os escravos fugidos de maiores periculosidades da província. Através das suas experiências e trajetórias, dei continuidade à análise de algumas características dos quilombos sergipanos das últimas décadas do regime escravista.

Suas histórias, facilmente confundidas com atos violentos, quando interpretadas sob o viés da Nova História Social revelam indícios de vidas marcadas por romances, amizades e sobretudo companheirismo. Talvez a ausência deste companheirismo, devido à captura de muitos dos seus parceiros, tenha influência direta na captura do negro João Mulungu, em janeiro de 1876.

Enfim, ao longo deste trabalho não me empenhei apenas em revelar novas cenas da resistência escrava no Brasil, mas, principalmente, fazer conhecer como homens e mulheres, escravos, “Negros dos Matos”, buscaram imprimir sentidos às suas vidas em um momento particular da História do Brasil: a crise do escravismo.

constituiu-se palco de lutas e solidariedade conectando comunidades de fugitivos, fazendeiros, autoridades policiais e outros tantos sujeitos que vivenciaram os *mundos da escravidão*. Ver: Flávio dos Santos Gomes. *Op. cit.*, p. 45.

CAPÍTULO 1

“TIRAR CIPÓ”: ADENTRANDO AS MATAS DO COTINGUIBA.

Largar a “moda de tirar cipó”! Esta foi a razão apontada para as 50 correadas recebidas por um escravo, personagem fictício do romance “A Carne” de Júlio Ribeiro, logo após ser capturado em fuga.

A história se passa em um engenho/fazenda localizado a oeste da província de São Paulo, onde o negro fugido tinha o ofício de carrear o bagaço de cana até o bagaceiro. Certo dia, ainda antes de se enveredar em fuga, ao se deparar com a sinhá Lenita, personagem principal do romance, o escravo solicita que ela intervenha junto ao coronel Barbosa, tutor da mesma e dono da propriedade, para que este ordenasse a retirada de uma argola de ferro comumente utilizada para prender fujões, responsável por uma fétida úlcera em seu tornozelo.

“Mas, que fez você para estar sofrendo isto?”, perguntou Lenita ao escravo. Este lhe respondeu que havia cometido o “pecado” de fugir. Prometido que não lhe haveria de repetir tal feito, a sinhazinha, como então combinado, intervém junto ao coronel para que a argola fosse extraída, e como de fato fora, mesmo sabendo ele que eram favas contadas: “ferro retirado, negro no mato”. Como era de se esperar, o negro fugiu. Provavelmente se embrenhara em uma mata que estava localizada ao fundo da propriedade, uma vegetação virgem, escura e maciça. Capturado por dois caboclos, foi conduzido à casa do tronco onde passaria pelo suplício descrito acima.

Apesar de não terem sido abordados pelo romancista as motivações que levaram o negro a fugir e do seu destino após a fuga, a proximidade entre a cena narrada acima e alguns trechos das histórias de vidas quilombolas abordados ao longo deste trabalho é exorbitante. Isto porque, aparentemente, não só o contexto da cena é idêntico ao abordado neste estudo, ou seja, um período marcado pela crise do escravismo no Brasil, mas também a conjuntura em que ela foi redigida.

A própria expressão “largar a moda de tirar cipó”, alusão feita pelo administrador do engenho/fazenda e as constantes fugas do escravo recalcitrante me parecem ter sido um jargão recrutado por Júlio Ribeiro do cotidiano conflituoso que marcou a vida dos escravos e seus senhores nas últimas décadas do regime escravista.¹²

¹² Atento que o romance “A Carne” foi publicado no ano de 1888, justamente no mesmo ano em que fora promulgada a Lei Áurea, a qual decretou a abolição da escravidão no Brasil. Sobre uma análise

O cipó é um tipo de planta comumente encontrado em biomas como matas tropicais, possível destino do fictício escravo fujão e de muitos quilombolas sergipanos, como veremos mais adiante. Eram nestas vegetações, não tão longínquas das propriedades senhoriais, onde eram extraídos alguns recursos naturais úteis na manutenção dos engenhos. As madeiras ali encontradas, por exemplo, poderiam servir não só para o erguimento de algum espaço físico como também alimentavam as caldeiras. O barro seria indispensável para a confecção das casas de taipas ou dos tijolos utilizados tanto na casa grande como nas senzalas. Já o cipó, pela sua resistência e sua característica longitudinal, tornava-se um belo instrumento de amarração, fixação.

A flora poderia fornecer pequenas frutas e ervas: alimentos certamente desejosos não só pela classe senhorial como também pela cativa. Além do mais, deveria ser comum encontrar nestas vegetações, como até hoje encontramos, uma boa diversidade de fauna. Pássaros, serpentes, rãs, cutias e outros mamíferos de pequeno porte, por exemplo, poderiam servir como suplementos alimentares a uma dieta caracterizada comumente como pobre em proteínas.¹³

Enfim, as matas guardavam em si uma opulência natural que ia muito além, principalmente para os escravos, responsáveis pelas incursões e coleta de tal riqueza, de um espaço geográfico ainda não explorado pela economia agroaçucareira, como geralmente a historiografia tende a retratar. Nos engenhos banguês, ou seja, de pequenas dimensões como os de Sergipe Del Rey do século XIX, as matas serviam sobretudo para garantir uma autonomia energética. As lenhas e as tábuas ali retiradas eram utilizadas também nas confecções das caixas que transportavam os açúcares e seus derivados.

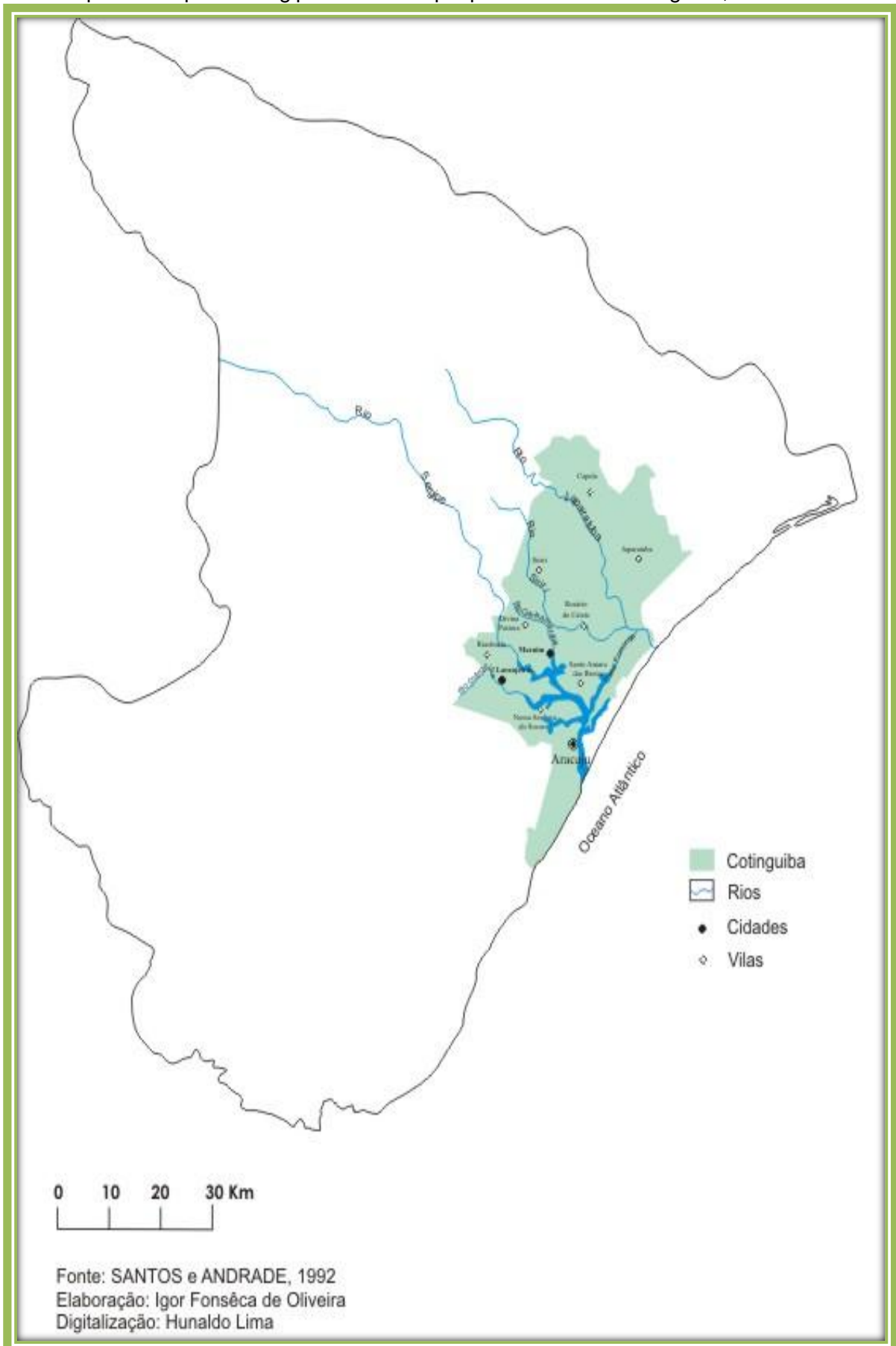
Boa parcela destes engenhos estava concentrada no Vale do Cotinguiba. Este, localizado na Zona da Mata sergipana, rico pela sua hidrografia e pela uberdade do seu solo massapê e região de clima ensolarado, se configuraria desde meados do século XVIII na principal área agroeconômica da província.

acerca da experiência social de Júlio Ribeiro e da recepção dos seus escritos no final do século XIX, ver: Célia Regina da Silveira. *Erudição e ciência: as procelas de Júlio Ribeiro no Brasil oitocentista*. Tese de doutorado em história, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade do Estado de São Paulo, 2005.

¹³ Sobre um estudo acerca das características da dieta alimentar dos escravos no Brasil, ver, por exemplo: Ruy Coutinho. "Alimentação e estado nutricional do escravo no Brasil", in *Estudos Afro-Brasileiros*, trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife em 1934. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

Ali, em torno do cultivo da cana-de-açúcar, foram surgindo pequenas povoações como as vilas de Santo Amaro das Brotas (1699), Laranjeiras (1832) e Nossa Senhora do Socorro (1835), estas localizadas às margens do rio Cotinguiba, Rosário do Catete (1835) às margens dos rios Siriri e Japarutuba e, ainda, a vila de Maruim (1835), às margens do Ganhamoroba. Posteriormente, surgiram os vilarejos de Capela (1835), Divina Pastora (1836) e, na segunda metade do século XIX, uma lei de 26 de março de 1876 elevaria a então freguesia de Jesus Maria José do Pé do Banco à vila, passando a chamar-se Siriri e, no ano de 1878, surgiria a pequena vila de Riachuelo. A riqueza da região abonou também a transferência da Capital de São Cristovão para Aracaju, em 1855 (Ver mapa 1 na lauda seguinte).

Mapa 1 – Mapa de Sergipe com destaque para o Vale do Cotinguiba, Século XIX.



Os municípios de Maruim e Laranjeiras se configuravam como os mais ricos. No primeiro, por exemplo, estava estacionada a casa comercial *Schramm & Cia*, instalada no ano de 1836, responsável pela exportação, importação e fornecimento de microcréditos aos agricultores locais.¹⁴

Os indivíduos alvos destas “concessões financeiras” estavam envolvidos principalmente com a lavoura da cana-de-açúcar. A receita oriunda do seu cultivo e produção, ambos voltados a atender à demanda internacional, se configurava no pilar econômico da província.

Foi a partir da década de 1840, impulsionada por um surto econômico, que a lavoura açucareira passou a ocupar terras antes devolutas e marginais. Dentro das propriedades já existentes, o efeito fora quase idêntico.¹⁵ Vinte anos mais tarde seria alçado o maior índice numérico de engenhos na província, quando se contabilizou em todo Sergipe 830 unidades açucareiras. Vejamos a tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Número de engenhos por municípios do Vale do Cotinguiba nos anos de 1838, 1856 e 1875.

Municípios	1838	1856	1875
Divina Pastora	50	57	n.d.
Capela	70	120	61
Japaratuba	*	*	35
Laranjeiras	49	73	52
Maruim	20	22	17
Riachuelo	*	*	35
Rosário	43	60	42
Santo Amaro	09	10	10
Socorro	14	21	24

Fontes: 1836 Câmaras municipais; 1856 e 1875 – Relatórios dos presidentes da província de Sergipe. Apud: Maria da Glória S. Almeida. *Op. cit.*, p. 144.

Legenda: * = O município inexistia. / n.d. = Não declarado.

¹⁴ Maria Thétis Nunes. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006, p. 230.

¹⁵ Segundo Maria da Glória Almeida, três fatores contribuíram diretamente para a multiplicação de engenhos em áreas já pertencentes a senhores de engenhos e plantadores de cana. Seriam: 1) aqueles que fundaram engenhos no primeiro triênio do século XIX começam a morrer e deixar *post mortem* a posse da terra aos seus descendentes através de testamentos e inventários; 2) a posse de terras em dimensões bem superior a necessária proporciona a venda e doação de lotes que permitem a formação de outros engenhos, garantindo assim “a presença dos filhos no grupo social”; 3) a rusticidade tecnológica empregada na lavoura não permite que o senhor de engenho aumente sua propriedade e nem mesmo sua produção, restando-lhe apenas a opção de multiplicá-las “para si e para os seus descendentes”. Neste sentido ver: Maria da Glória S. de Almeida. *Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993, p. 130.

Entre os anos de 1838 e 1856, todos os municípios já existentes tiveram um acréscimo numérico de engenhos. Capela se destacou com uma evolução de 50 propriedades a mais. Contudo, entre 1856 e 1875, nota-se uma diminuição considerável dos mesmos, tendo Capela perdido quase 50% das unidades que outrora ganhara.¹⁶ O município de Socorro foi o único a ter um aumento numérico de engenhos no último período.

O decréscimo de propriedades açucareiras acarretou a emergência de um processo natural que visava a “racionalização do uso da terra”, onde o

proprietário de dois ou três engenhos deixa de aparelhar completamente todas as suas propriedades. Há engenhos que não tem as senzalas, outros, a casa de morar. Somente a propriedade matriz, ou aquela melhor situada possui as senzalas, de onde os escravos saem para o trabalho em terras próximas. É uma forma de compressão de custos. Instalar maquinário rudimentar sem grandes investimentos, em meio a um canavial já formado em outra área, poderá representar a ampliação do volume de açúcar a produzir, com menores gastos no transporte de canas.¹⁷

Em termos numéricos, o resultado é o surgimento de novas propriedades nas últimas décadas do século XIX. Surgem, assim, por exemplo, o engenho Pati de Cima e o de Baixo, o São José Novo e o Velho, o Mato-Grosso de Cima e o de Baixo. Todos com dimensões territoriais diminutas, mas com um bom potencial produtivo.

Essa boa produtividade já havia sido salientada no ano de 1808 por Dom Marcos de Souza, então vigário da freguesia de Jesus Maria José e São Gonçalo do Pé do Banco. Segundo ele, eram

muito ativos os moradores de Sergipe, que empreendem este ramo da lavoura [cana-de-açúcar], porque com vinte cativos fazem maior quantidade de açúcar do que muitos ricos lavradores do recôncavo na Bahia com os enfraquecidos braços de cem escravos. [...] Ali são mais bem tratados estes homens desgraçados, sujeitos à lei do cativo; são nutridos com os saudáveis alimentos de vegetais com feijões e com milho que por toda parte colhem com abundância. Os escravos do Recôncavo se nutrem com o escasso e nocivo alimento de carne salgada do Rio Grande.¹⁸

¹⁶ Teriam dois fatores influenciados diretamente nesta realidade: 1) o desvio considerável de plantadores de canas, “detentores de pequenos sítios ou de quinhões”, para a atividade algodoeira; 2) a valorização da terra acarretou a criação de uma nova postura por parte dos herdeiros, fazendo com que estes passassem a evitar a partilha da terra e buscassem dar-lhe novo uso econômico: “estimulados pela diversificação das culturas de exportação”. Neste sentido ver: Maria da Glória S. Almeida. *Op. cit.*, pp. 163-164.

¹⁷ *Ibidem*, p. 168.

¹⁸ Marcos Antônio de Souza. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. Sergipe: Secretaria de Estado da Cultura, 2005, p. 26.

A comparação parece-me bastante sugestiva na medida em que, em termos econômicos, políticos e sociais, o Recôncavo estaria para a Bahia assim como o Cotinguiba estava para Sergipe. A comparação com a principal zona produtiva baiana continuou influenciando os estudiosos de Sergipe. Segundo Luis Mott, os engenhos produtores de açúcar sergipanos não passavam de “bangüês” pertos das unidades que existiam na Bahia e em Pernambuco. Maria da Glória Almeida atenta também para a impossibilidade de se encontrar em Sergipe os “proclamados engenhos nordestinos de terras abundantes, exigentes de grande quantidade de trabalhadores e de muito capital”.¹⁹

Há um consenso entre os estudiosos ao caracterizar os engenhos de Sergipe Del Rey como unidades que dispunham de pouca mão-de-obra, tanto escrava como livre, e de reduzidas extensões territoriais. Um relatório confeccionado pelo engenheiro Pimenta Bueno no ano de 1881 permite conjecturarmos acerca das dimensões geográficas destas propriedades. Seu estudo consistia, primeiramente, em analisar o melhor traçado para a construção de uma linha férrea na província. Mas, antes de emitir qualquer parecer, achou prudente cientificar-se sobre o impacto que a mesma promoveria nas regiões que possivelmente seriam agraciadas pela sua presença. Para obter um “conhecimento mais exato do estado da lavoura” despachou, “por intermédio da secretaria do governo” de Sergipe, para cada lavrador, um amplo questionário.²⁰

Em seu relatório foram contabilizados 819 engenhos. Destes, 88,4 % estavam envolvidos com a cultura da cana-de-açúcar. Do montante, 49,1% estariam estacionados no Vale do Cotinguiba: 22 em Socorro; 23 em Maruim; 43 em Japarutuba; 66 em Divina Pastora; 97 em Laranjeiras; 10 em Santo Amaro; 82 em Capela e 43 em Rosário. Atento que infelizmente não podemos contar com as respostas de todos os lavradores, já que Bueno anexou em seu trabalho apenas as respostas de 22 proprietários de engenhos.

¹⁹ Maria da Glória Santana de Almeida. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 109.

²⁰ O questionário era composto de 12 perguntas, eram elas: “1. Nome do sítio ou engenho? 2. É movido a água, vapor ou animal? 3. Freguesia a que pertence? 4. Números dos trabalhadores livres e escravos, divididos por sexo? 5. O que cultiva? 6. Qual foi sua última safra? 7. Que tarefas ocupam suas plantações? 8. Que tarefas têm de campos? 9. Que tarefas de matos possuem? 10. Em que porto embarca seus produtos? 11. Que distância anda por terra? 12. Que distância andam embarcados?”. Ver: Francisco Antonio Pimenta Bueno. *Reconhecimento e estudos na província de Sergipe sobre a preferência de traçados para a construção de uma estrada de ferro*. 1881, p. 2.

Na verdade são informações sobre 23 propriedades, já que um dos interrogados declarou ser detentor de dois engenhos. Dessas, 12 estavam localizadas no Cotinguiba sendo quatro em Socorro, um em Laranjeiras, três em Riachuelo, três na vila de Divina Pastora e uma em Maruim.

A área total de cada propriedade girava na média de 746,2 tarefas.²¹ Dos engenhos localizados no Cotinguiba, a mediana era um pouco maior, alcançando o número de 882,6 tarefas. No tocante à utilização das terras nessas últimas propriedades, 33,37% eram destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar e de outros gêneros alimentícios como raízes, cereais e legumes, 47,83% compunham campos e 16,87% correspondia a matas.

Essas porcentagens são apenas representativas e poderiam ser tenazmente alteradas, para mais ou para menos, se o número de engenhos anexados no relatório fosse superior ao existente. Josué Modesto Subrinho, com base na análise de outras fontes, encontrou fortes testemunhos de que, em Sergipe do século XIX, os engenhos localizados na região agreste-sertão e nas zonas secundárias, ou seja, fora da principal área agroeconômica, eram os que mais se aproximavam da “imagem clássica de latifúndios que preservavam as dimensões das antigas sesmarias, enquanto que os engenhos da Zona da Mata se assentariam sobre propriedades fundiárias que passaram”, como dito anteriormente, “por um processo relativamente intenso de fracionamento”, estando então longe de “monopolizar as terras cultiváveis” daquela região.²²

Esta última realidade devia-se também à presença de muitos sítios na região. Estes entrecruzavam os engenhos ou eram meros prolongamentos de suas terras. Neles, cultivavam-se, além da cana-de-açúcar, cereais como o milho e feijão, algumas leguminosas e raízes (mandioca e inhame).²³ Os produtos alimentícios produzidos nessas propriedades estavam voltados principalmente ao abastecimento do mercado interno, através das feiras semanais.²⁴ Quando a cultura restringia-se à

²¹ Descartei as informações cedidas sobre os engenhos Jiqui e Vársea, propriedades do senhor Luiz Freire da Trindade Ludovice, e o do Merem, propriedade de Eleziario Vieira Munis Telles, pois as mesmas não foram completas; Josué Subrinho revela que as cifras numéricas poderiam se alterar substancialmente se a amostra exposta pelo engenheiro Pimenta Bueno fosse maior, ver: Josué Modesto dos Passos Subrinho *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930*. Aracaju: FUNCAJU, 2000, p. 67.

²² Josué Modesto dos Passos Subrinho *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930*. Aracaju: FUNCAJU, 2000, p. 67.

²³ A forte presença de sítios na região foi salientada pela análise dos inventários.

²⁴ Bueno revelou em seu relatório que “a par das grandes roças, numerosas famílias cultivam pequenas plantações, das quais tira o preciso para o sustento e vendem as sobras nos povoados

cana-de-açúcar é provável que a safra fosse vendida ou simplesmente moída, através de acordo pré-estabelecido, nos engenhos, onde a estrutura física, apesar de arcaica, tornava-se mais adequada.²⁵

Por obter o maior número de propriedades agrárias da província, o Vale do Cotinguiba detinha também a maior parcela da população escrava de Sergipe Del Rey. Em um contexto marcado pela crise do escravismo e pela acentuação dos conflitos entre senhores e escravos, era de se esperar que esta intensa concentração de cativos em uma mesma região fosse alvo de preocupações para algumas autoridades.

Essa questão foi severamente salientada em um “abaixo assinado” composto de 42 nomes e dirigido ao governo da província em meados de 1876. Nesse, o redator fez a seguinte menção:

Cercada como se acha esta Vila [Itaporanga] por um grandíssimo número de engenhos, todos mui bem providos de escravos, não é de admirar que de uma hora para outra, estes, abusando da benevolência do povo, entrem a dar expansão a todos os seus desejos, no entanto que nós, sem termos de lançar mão para fazê-los retrogradar, havemos de ser o alvo das suas zombarias, do nosso poder decaído, no entanto que a Polícia, desmoralizada e sem a força suficiente para lhes dar a devida punição há de ser sentinela muda e fria dos seus desatinos, das suas perversidades [Sic].²⁶

Apesar de o município citado não estar incurso no Vale do Cotinguiba, ou seja, na região priorizada neste estudo, é bem possível que a sua proximidade nutrisse os temores salientados acima. Receios que, sob a ótica daqueles indivíduos, contrastavam severamente com os seus atos de benevolência para com os escravizados.

O número de trabalhadores cativos alocados nos engenhos de Sergipe parece ter permanecido, durante todo o Império, na média de 20 escravos. Já nos sítios, há indícios de que a média era $\frac{1}{4}$ desta. Vejamos a tabela 2 a seguir:

mais próximos, em dias marcados para as respectivas feiras”. Ver: Francisco Antônio Pimenta Bueno. *Op. cit.*, p. 9.

²⁵ Com base na análise dos inventários deste grupo de latifundiários, percebemos que sua maior riqueza constituía o bem escravo. É provável que estes compartilhassem o ambiente doméstico com os seus senhores e familiares, já que raramente as expressões “senzala” ou “moradia dos escravos” aparecem na avaliação do imóvel.

²⁶ Encabeçam a lista os nomes do Barão de Estância e Domingos Dias Coelho, o Barão de Itaporanga. Ver: Ofício/Abaixo Assinado confeccionado por alguns moradores da vila de Itaporanga e dirigido ao Governo da Província de Sergipe, datado de 1º de julho de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 402.

Tabela 2. Média de escravos alocados nos sítios e engenhos do Vale do Cotinguiba (1870-1888).

Propriedades	Média de Escravos	
	1870	1880
Sítios	05*	04*
Engenhos	25*	16*

Fonte: Inventários AGJES e AMDP.

Legenda: * = Números aproximados.

Como muitos proprietários de engenhos eram também detentores de pequenos sítios, para elucidar a média de escravos alocados nestas últimas propriedades optei por contabilizar apenas os números de cativos arrolados nos inventários em que os indivíduos inventariados detinham como principais bens de raízes os sítios.

Sendo assim, para confeccionar a tabela acima foi analisada uma amostragem de 146 inventários: 53 do município de Capela, 22 de Divina Pastora, 34 de Laranjeiras, 4 de Maruim e 33 de Rosário do Catete.²⁷ Desses, 80 eram referentes a proprietários de engenhos e 66 a donos de sítios.

É pouco provável que o decréscimo numérico da mão-de-obra cativa alocada nos engenhos do Cotinguiba entre as décadas de 1870 e 1880 fosse um reflexo direto do comércio interprovincial de escravos. Isto porque, segundo estudo desenvolvido por Josué Modesto Subrinho, as duas regiões que abarcavam a Zona da Mata de Sergipe Del Rey (Cotinguiba e Mata Sul) foram importadoras líquidas de escravos entre os anos de 1873 e 1886.²⁸

Sendo assim, creio que esta redução foi devida principalmente às altas taxas de mortalidade desta classe e às “concessões” de alforria. Já nos sítios, onde as condições de trabalhos deveriam ser menos extenuantes, esses índices podem ter se apresentado em menores proporções, justificando assim a equivalência numérica entre as duas décadas. Há também a possibilidade de parcela dos escravos residentes nos sítios ter sido absorvida pelos engenhos, onde a demanda por mão-de-obra em um suposto momento de crise da mesma tornava-se mais eminente.

Analisando a proporção da área agrícola plantada e o número de indivíduos –

²⁷ Uma das grandes dificuldades de se empreender um estudo sobre uma região repleta de pequenos municípios é que nem sempre os dados primários coletados na pesquisa referentes aos mesmos encontram-se em equivalência numérica. Mesmo assim, creio que os números apresentados na tabela, apesar de elucidativos, se aproximam bastante da média numérica de escravos alocados nos sítios e engenhos do Cotinguiba.

²⁸ Josué Modesto dos Passos Subrinho. “Tráfico inter e intra-provincial de escravos no nordeste açucareiro: Sergipe (1850-1887)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 31, 1992, pp. 58-59.

mão-de-obra escrava e livre – envolvidos na produção de nove engenhos localizados no Cotinguiba em 1881, Sharyse Amaral especula que a média de tarefa trabalhada individualmente nessas propriedades era de 5,7. Uma cifra, segundo a autora, bastante alta e que provavelmente se elevaria entre 4,7 e 6,9 tarefas por braço escravo, realidade suficiente para que o trabalhador livre relutasse em dividir essas atividades do eito com a mão-de-obra cativa, esta última sujeita a um elevado “grau de exploração”.²⁹

Seriam esses os motivos que abonaram o forte discurso, bafejado principalmente pelas autoridades, acerca da carência de mão-de-obra nas “grandes” lavouras açucareiras? É muito provável que sim! Em 28 de agosto de 1879, por exemplo, o chefe de polícia Francisco da Costa Ramos relatava à presidência que “na província, ao passo que se lamenta a falta de braços para a lavoura, nota-se grande parte da população entregue à ociosidade, de que quase sempre, se originam os mais graves crimes”.³⁰ Imbuído desta convicção, coube a ele expedir aos delegados a seguinte circular:

Convido combater a ociosidade, que tão fatalmente reina nesta província, onde a lavoura definha à falta de braços ativos, e sendo por isso do maior interesse obrigar os vadios ao trabalho, que sendo a primeira condição de moralidade, é também o primeiro elemento de prosperidade, quer para o indivíduo, quer para a sociedade, ordeno a V. Mee. que, em seu município, exerça a sua atribuição [...], fazendo-os assinar termo de bem viver, marcando-lhes o prazo de 30 dias, para que nele se mostrem perante a polícia aplicados a uma ocupação útil, com a cominação nas penas estabelecidas no §3 do citado artigo 12 do mencionado código. [...] Neste sentido dirija-se também aos subdelegados. Espero do seu zelo que seja diligente no cumprimento deste dever, que redundará em grande benefício daqueles que, recusando-se ao trabalho, de poderiam tirar os meios de subsistência, vivem ociosos, entregues ao vício e a custa da propriedade alheia [Sic].³¹

Os termos de bem viver funcionavam como instrumento de controle sob esta grande parcela da população, uma gente pobre e sobretudo negra, como veremos mais adiante.³² A eloquência encontrada no texto acima coaduna com o que Josué

²⁹ Sharyse Piroupo do Amaral. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2007, p. 65.

³⁰ Relatório com que o exmo. senhor presidente doutor Theophilo Fernandes dos Santos abriu a 1ª sessão da 23ª legislatura da Assembléia da Província de Sergipe no dia 1º de março de 1880, pp. 6-7.

³¹ Idem.

³² Alguns estudiosos já salientaram os esforços que os governos provinciais desempenharam para manter esta grande camada da população sob constante vigília. Ver, dentre outros: Maria Odila Leite

Modesto Subrinho designou de “contorcionismo intelectual”, ou seja, um discurso convincente que justificasse a violência contra pessoas livres sem que ferisse diretamente os preceitos liberais tão em voga, principalmente, na segunda metade do século XIX.³³

Estudando as “propostas de engajamento da população livre” sergipana durante a crise do escravismo, esse autor revela que, apesar da grande oferta de mão-de-obra livre, esta era vista apenas como “complementar ao trabalho escravo na produção de açúcar”. Isto devido às “possibilidades de subsistência fora do âmbito da propriedade açucareira: ocupando terras desvalorizadas, agregando-se a propriedades não açucareiras e subsistindo da apropriação de elementos da natureza, faziam com que essa população fosse uma fonte insegura e, por vezes, relutante de oferta de força de trabalho”.³⁴

O controle sob esta grande camada da população sergipana se agravaria com a chegada maciça de imigrantes fugidos da seca que assolou o norte do Império em meados da década de 1870. Segundo o presidente da província Francisco Idelfonso,

A fome e a seca que de uma maneira cruel têm assolado muitas províncias do norte do Império, obrigou grande número de indivíduos a emigrarem para esta província, em busca de socorro. É sumamente contristador e aflitivo ver-se esses nossos irmãos entrarem nos centros populosos tristes e cadavéricos, tendo deixado muitas vezes após si o aconchego da família, a felicidade do lar e alguns bens que lhes garantiam das necessidades da vida. Não há coração que não sinta os males que acabrunham a tantos infelizes expatriados, e que continuamente vivem expostos às mais duras privações.³⁵

Logo o discurso de benevolência seria substituído por um temerário. Com a crise do regime escravista, ocasionada também pela propagação do ideário abolicionista, essa gente iria tornar-se, ao menos para as autoridades policiais, perigosa, sobretudo pelas alianças que constantemente forjavam com a classe

da Silva Dias. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”, in Marcos Cezar Freitas. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 57-72; Célia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo: Annablume, 3ª edição, 2004; Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 4ª edição, 2004; Maria Cristina Wissenbach. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

³³ Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Op. cit.*, p. 198.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ Relatório com que o exmo. senhor doutor Francisco Idelfonso Ribeiro de Meneses passou a administração desta província [Sergipe] ao exmo senhor 1º vice-presidente doutor Raymundo Bráulio Pires Lima em 11 de novembro de 1878, pp. 12-13.

escrava. Sobre o perfil desta última e suas vivências em torno da cultura açucareira do Vale do Cotinguiba, buscarei refletir mais enfaticamente no tópico a seguir.

1.1 VIVÊNCIAS NEGRAS, VIVÊNCIAS ESCRAVAS

Os primeiros escravos africanos foram introduzidos em Sergipe Del Rey no século XVII, através do comércio com a Bahia. Este roteiro permaneceu durante todo o tráfico legal de seres humanos, oscilando eventualmente com um comércio direto com a costa da África. O município de Estância destacava-se como centro receptor do tráfico.³⁶

As características desse tráfico, realizado de forma indireta com os portos baianos, têm sido apontada por alguns estudiosos como um empecílio para se cientificar acerca das principais nações africanas que migraram compulsoriamente para a Capitania.³⁷

Pesquisando durante anos no Arquivo Público do Estado de Sergipe, no Arquivo Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Nacional, Luiz Mott é responsável pela principal coleta de dados quantitativos sobre a população sergipana do século XIX. Seus trabalhos, produzidos em meados da década de 1980, ainda são referências substanciais para qualquer um interessado na estrutura demográfica de Sergipe de outrora. Sendo assim, não poderia me furtar de empreender um diálogo com esses estudos.

Segundo Mott, em 1802, o número de escravos residentes em Sergipe estava alçado em 19.434 almas, 34,9% da população.³⁸ Nesse ano, contabilizou-se o maior percentual de cativos frente à população livre da história sergipana. Décadas depois, o quadro era o seguinte:

Tabela 3. Variação da população livre e escrava de Sergipe entre os anos de 1834 e 1851.

Ano	Livre	%	Escrava	%	Total
1834	112.667	70,2	47.812	29,8	160.479
1851	166.426	74,6	56.564	25,4	222.990

Fonte: Mapas estatísticos de 1834 e 1851. Apud: Sharyse Piroupo. *Op. cit.*, p. 43.

³⁶ Ariosvaldo Figueiredo. *O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe*. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977, p. 32.

³⁷ Ibidem; Luiz Mott. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986, p. 139.

³⁸ O mapa de 1802 é o primeiro, segundo Luiz Mott, a dividir a população de Sergipe por condições jurídicas. Sendo assim, foi o primeiro a fornecer o numerário de escravos ali residentes. Ver: Luiz Mott. *Op. cit.*, p. 140.

Entre os anos de 1802 e 1834, o aumento no número de escravos existentes na província foi de 28.378 indivíduos. Contudo, como o crescimento da população livre foi de 86.435, contribuiu diretamente para que o percentual de escravos não ultrapassasse a cifra de 30%.

Alguns estudos têm salientado o quanto o período compreendido entre as promulgações das duas leis anti-tráfico, 1831 e 1850, foi marcado por um acirramento do comércio transatlântico de escravos. Nas províncias, o efeito seria um aumento considerável da população escrava africana. Contudo, como podemos ver na tabela acima, o acréscimo de apenas 8.752 escravos entre os anos de 1834 e 1851 é um forte indicativo de que esse comércio não era a principal via de abastecimento de mão-de-obra cativa na província. Outro indicativo é a equivalência entre o sexo da escravaria neste período: em 1834, a taxa de masculinidade foi alçada em 118 homens para cada 100 mulheres e, no ano de 1851, foi de 123 homens para cada 100 mulheres.³⁹

Uma diferença relativamente baixa, se levarmos em consideração que o tráfico internacional dava preferência aos escravos do sexo masculino. Na vizinha Bahia, por exemplo, a disparidade sexual já se revelava brusca em 1830, onde se notava uma proporção de três homens para cada duas mulheres, enquanto na lavoura decrescia: dois homens para cada mulher.⁴⁰

É bem provável que a reprodução natural fosse o principal meio de manutenção e abastecimento do mercado interno de escravos em Sergipe. Realidade esta que explicaria alguns ofícios despachados ao Governo da província tecendo severas críticas à lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871.

Certamente foi no âmbito doméstico que os reflexos oriundos da sua promulgação se deram de forma mais severa, ao menos para a classe escrava. Isto porque, impossibilitados de impetrar qualquer tipo de revogação contra a lei, alguns senhores trataram de relegar aos filhos das suas escravas nascidos após o 28 de

³⁹ Nestes cálculos foram incluídas também as crianças, tanto do sexo masculino como do feminino, já que o levantamento realizado em 1851 não subdividiu a população pela faixa etária. Ver: Sharyse Piroupo do Amaral. *Op. cit.*, p.37.

⁴⁰ Stuart Schwartz. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: SP: EDUSC, 2001, p. 92.

setembro de 1871 os devidos direitos estabelecidos no artigo primeiro e inciso um da mesma.⁴¹

Esta realidade foi denunciada pelo abolicionista Francisco José Alves em um ofício dirigido ao chefe de polícia da província de Sergipe em meados de 1881. Vejamos:

Perante Vossa Ex^a vem Pedro, escravo de José Batista, senhor do engenho Pedra da freguesia do Riachuelo, expor os suplícios que tem sofrido em poder de seu bárbaro senhor. Tendo o suplicante casado com uma escrava do seu dito senhor de nome Luduvina, tendo três filhos menores nascidos depois da lei 28 de setembro de 1871, tem sido esta lei a causa dos sofrimentos do suplicante e de sua desditosa mulher e seus filhos; pelos motivos que o suplicante já era casado e tinha três filhos que são escravos, do mesmo senhor, e não obstante os agravos do seu cativo, tinha alguns momentos de prazer, por ver seus filhos serem tratados, andarem de barriga cheia, e o suplicante e sua mulher livres do nefando azorrague [chicote] que retalha as carnes do mísero escravo: tendo mais o suplicante o prazer de ouvir seu dito senhor dizer que ele era a primeira enxada de suas roças [...].⁴²

Contudo, devido ao aparecimento da referida lei, segundo o denunciante, “mudaram-se as cenas” dando assim início aos suplícios e ao tormento do casal de escravos. Isto porque, o senhor dos escravos “nunca mais quis tratar” dos seus filhos, obrigando que Pedro, “para não os ver morrer de fome”, trabalhasse nos “dias santificados”. Além do mais, diante “qualquer queixume” por parte do casal de escravos ao seu senhor, o mesmo os chicoteava até “retalhar suas carnes”.⁴³

É preciso ponderar certas informações contidas no ofício, principalmente devido à subjetividade de quem o redigiu. Apesar de as cicatrizes do corpo de Pedro possivelmente comprovarem os maus tratos infligidos pelo seu senhor, o que já se configurava prova suficiente para a abertura de um inquérito policial, eram necessárias mais provas para que a justiça atendesse sua solicitação: a venda de Pedro e toda sua família. Caso contrário, “diante do desespero” em que se achava, Pedro seria obrigado a “suicidar-se”.⁴⁴

⁴¹ Neste constava que os filhos de escravas nascidos após a promulgação da Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, ficariam em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais teriam a plena obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe teria a opção de receber do Governo Imperial a indenização de 600\$000 ou utilizar dos serviços do mesmo até a idade de 21 anos.

⁴² Ofício de Francisco José Alves ao chefe de polícia da província de Sergipe datado de 15 de agosto de 1881. Documento anexado a um Sumário de Culpa depositado no Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe. Fundo: LAR/C 1º Ofício, cx. 292.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

Até que ponto essas informações eram verídicas é difícil precisar. Assim como em muitos textos redigidos por abolicionistas brasileiros, há no texto produzido por Francisco José Alves uma necessidade de retratar o lado cruel e emocional da escravidão. Contudo, alguns indícios devem ser salientados e analisados.

O incentivo ao casamento e à constituição de uma família escrava era visto sob a ótica da política senhorial como mecanismos e concessões que visavam, dentre outras coisas, evitarem as fugas. Além do mais, existia também o caráter econômico já que, ao propiciar o casamento, o senhor via também a possibilidade de aumentar o número de escravos sob o seu domínio.⁴⁵ A posse de escravos, além de propiciar status social, era considerada um importante mecanismo de aferição monetária. Contudo, mediante a aprovação da lei do Ventre Livre, talvez alguns proprietários de escravos tenham se questionado se o incentivo à constituição da família escrava era ainda, do ponto de vista financeiro, um elemento viável.

Quiçá isso explique “as mudanças de cenas” a que se referiu o abolicionista sergipano: um escravo que aparentemente era “a primeira enxada” das roças de José Batista passaria então a ser visto, juntamente com toda sua família, como prejuízos ambulantes a quem lhe caberia a responsabilidade de tutelar. A família de Pedro constituía-se naquela época de sua mulher escrava, três filhos escravos e outros três filhos ingênuos, “livres”. Uma situação talvez comum entre as famílias negras que vivenciaram as últimas décadas do escravismo brasileiro.

Outros “casos exemplares” de querelas domésticas envolvendo senhores, famílias negras e a lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, poderiam ser abordados neste estudo. Contudo, torna-se oportuno neste momento retomar a defesa desta tese através de fontes estatísticas. Estas também me permitirão elucidar o perfil populacional da escravaria residente em Sergipe Del Rey na segunda metade do século XIX.

Antes de analisar os dados referentes ao censo de 1872, resalto que quatro municípios deixaram de remeter seus trabalhos à junta responsável pela codificação

⁴⁵ No Brasil, os estudos acerca da família e do casamento escravo têm privilegiado a região Sudeste – principalmente as províncias de Minas Gerais e São Paulo. Parte dessas obras foi citada no balanço historiográfico desenvolvido por Robert Slenes em: Robert Slenes. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Para a região Nordeste, destaco o estudo da professora Isabel Cristina Ferreira dos Reis. Neste sentido, ver: Isabel Cristina Ferreira dos Reis. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de doutorado em História, São Paulo: UNICAMP, IFCH, 2007.

dos mapas advindos das províncias, entre eles, o município de Capela, este localizado no Cotinguiba.

Tabela 4. População livre e escrava, dividida por sexo, em Sergipe (1872).

Localidades	Livre	Escrava	Mas	Fem	Total
Divina Pastora	3012	2.160	1.046	1.114	5.172
Japaratuba	4.608	1.347	659	688	5.955
Laranjeiras	13.303	2.793	1.086	1.707	16.096
Maruim	5118	1.363	660	703	6.481
Rosário	5.302	769	363	406	6.071
Santo Amaro	4029	627	322	305	4.656
Cotinguiba	46.879	10.234	4.709	5.525	57.113
Sergipe	153.620	22.623	10.840	11.783	176.243

Fonte: Censo de 1872, acervo pessoal (documento digitalizado).

Para os seis municípios retratados acima, nota-se novamente uma equivalência entre o sexo da escravaria. Escravos representavam 15% da população da província, enquanto que no Cotinguiba este número ascenderia para 21%. Realidade já averiguada no mapa estatístico de 1851: 35% dos escravos da província residiam no Vale. Uma primazia esperada, já que esta região concentrava o maior número de engenhos.

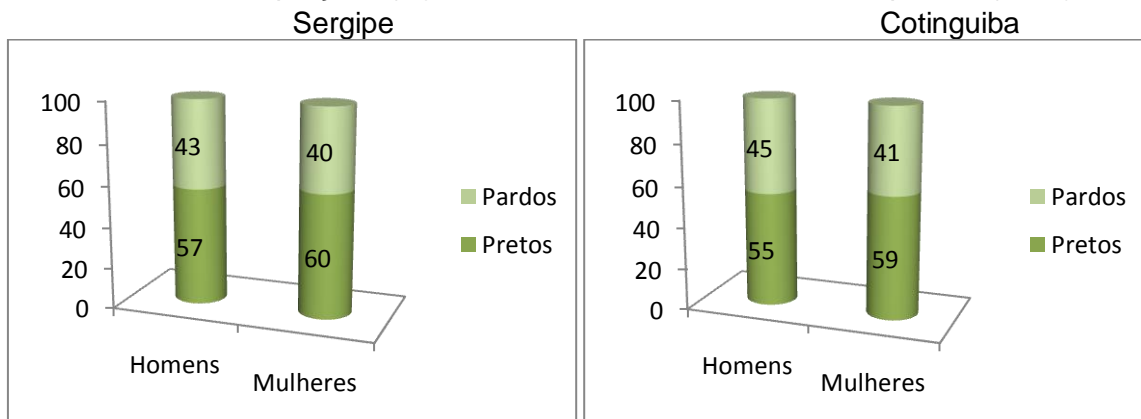
Segundo o censo, crioulos predominavam em Sergipe e aqueles classificados como oriundos da costa africana eram em número de 1.295 (56% destes residiam no Cotinguiba). O decréscimo da população escrava com relação aos anos anteriores é decorrente não só do fim do tráfico internacional, das concessões de alforrias e do comércio interprovincial, mas, substancialmente, de duas epidemias de *cóleras-morbu* que dizimaram parcela considerável da escravaria sergipana.⁴⁶

No tocante à cor da tez da população, desde as primeiras décadas do século XIX, os mapas vinham revelando um alto grau de miscigenação. Segundo Luiz Mott, no primeiro triênio, os indivíduos classificados como pardos já representavam 44% da população de Sergipe, estando 11,5% destes sob o jugo do cativo. Pretos se

⁴⁶ Maria da Glória Santana de Almeida. "Estrutura de produção: a crise de alimentos na província de Sergipe (1855-1860)", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 27, 1965-1978, p. 29.

destacavam entre os escravos, atingindo a cifra de 62,46%.⁴⁷ Os mapas estáticos seguintes coadunaram esta realidade. De acordo com o levantamento feito por Sharyse Amaral, em 1834 as gentes de cor atingiam a “nada desprezível proporção de cerca de 80% do total de habitantes da província”.⁴⁸ Já em 1872, o censo revelou o seguinte:

Gráfico 1. Sergipe – Vale do Cotinguiba.
Proporções (%) de escravos, homens e mulheres, por cor (1872).



Como vemos, havia uma predominância de escravos com a tez mais escura. As porcentagens são praticamente idênticas entre o Cotinguiba e o restante da província, não havendo uma equivalência de cor quanto ao sexo. Mas, como dito, pela omissão dos dados de alguns municípios, o censo de 1872 não se configura como uma fonte muito adequada para conjeturarmos o perfil demográfico da escravaria de Sergipe. Sendo assim, farei doravante uso da matrícula escrava realizada no ano de 1873.

Esse documento foi produzido com base nos preceitos instituídos na lei do Ventre Livre, onde se ratificou que o Governo ficaria responsável pela “matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação”, se esta última fosse conhecida.⁴⁹ No ano de 1873, foram publicados os primeiros números referentes a esta matrícula. Vejamos:

⁴⁷ Luiz Mott. *Op. cit.*, p. 37.

⁴⁸ Sharyse Piroupo do Amaral. *Op. cit.*, p. 37.

⁴⁹ Artigo 8º da lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871.

Tabela 5. População escrava do Vale do Cotinguiba e de Sergipe, divididas por sexo e profissão (1873).

Localidades	1873			Profissão	
	MASC	FEM	TOTAL	AGRÁRIA	DOMÉSTICA
Capela	1.666	1.606	3.272	2.867	0
Divina Pastora	951	903	1.854	1.389	0
Japaratuba	723	658	1.381	1.211	0
Laranjeiras	1.547	1.520	3.067	2.615	0
Maruim	710	726	1.436	768	0
Rosário	960	1.002	1.962	1.857	0
Santo Amaro	340	358	698	619	0
Cotinguiba	7.631	7.575	15.206	12.506	122
Sergipe	16.444	16.530	32.974	28.065	214

Fonte: Matrícula escrava de 1873.

Do censo de 1872, para esta matrícula têm-se um acréscimo de 10.351 cativos arrolados. Dos 32.974 escravos cadastrados para toda a província nesse ultimo ano, 28.065 foram classificados tendo ofícios agrários, ou seja, 85,11% da mão-de-obra cativa estavam supostamente alocados nas lavouras sergipanas. Em um curto espaço de tempo, nota-se um brusco aumento de cerca de 30% dos escravos classificados com ofícios agrários. Realidade esta que não pode ser explicada simplesmente com a incorporação de dados *a priori* omitidos. O que pode melhor explicar esta situação é que, como era dessa matrícula que se obteria a quota a ser destinada ao Fundo de Emancipação dos municípios, muitos senhores trataram de dotar seus escravos com aptidões profissionais de modo a valorizá-los economicamente.

Nessa matrícula, confirmou-se um maior número de escravos do sexo feminino para toda a província. Contudo, para o Cotinguiba verificou-se uma pequena diferença de 56 escravos a mais do sexo masculino. Situação normal, já que a atividade ali desenvolvida era predominante agrária. Casados correspondiam a apenas 25,8% da população escrava.⁵⁰ Contudo, o elevado número de escravos menores de 14 anos (34,3%) é mais um forte indicativo não só da primazia nas relações consensuais entre a escravaria, mas também de que a promulgação da lei do Ventre Livre fora um duro “golpe na tentativa de perpetuação da escravidão por meio da reprodução natural”.⁵¹

⁵⁰ Matrícula escrava referente ao ano de 1873, Apud: Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Op. cit.*, p. 422.

⁵¹ Sharyse Piroupo do Amaral. *Op. cit.*, p. 44.

Reconheço que todas as informações aqui abordadas até o momento através dos mapas, do censo e da matrícula são frias e pouco dizem sobre as vivências e experiências cotidianas da escravaria sergipana. Sendo assim, fez-se necessário analisar os inventários de alguns municípios do Cotinguiba. É com base na leitura desta documentação que buscarei, dentre outras questões, conjecturar acerca dos níveis de parentescos entre escravos presentes nas propriedades açucareiras do Vale.

Como já dito, o número de escravos alocados nos engenhos sergipanos ao longo do século XIX deve ter variado na baixa média de 20 indivíduos por propriedade. Contudo, o que os inventários revelam é que em muitos casos essa escravaria era composta por mais de um grupo familiar (consanguíneo). Por exemplo, em 1875 no engenho Formigueiro, localizado na vila de Capela, residiam 25 escravos. Entre eles, foi-me possível detectar duas famílias: uma formada pelos escravos Isidoro, sua esposa Januária e seus três filhos escravos (Elizeu, Júlia e Isabel) e mais dois filhos ingênuos (Gabriel e Estefânia) e outra família formada pelo crioulo Severo, sua esposa Custódia, seus quatro filhos (Josué, Josefa, Fortunato e Simeão) e mais três filhas ingênuas (Marta, Ana e Eufrozina). Só estas duas famílias representavam quase 50% da escravaria alocada no engenho.⁵²

Quando o número de escravos era superior à média, como no engenho Flor da Índia, também localizado na vila de Capela, onde residiam 102 escravos, por exemplo, o nível de parentescos (consanguíneo) chegou à marca de 26 famílias.⁵³ Essa cifra pode ter sido bem superior já que se torna também quase que impossível averiguar a consanguinidade entre os escravos adultos e apenas descritos como “solteiros”.

A análise dos inventários revela também indícios que a instituição do casamento pode ter se configurado em um mecanismo de defesa entre os escravos de origens africanas no intuito, quiçá, de preservar traços culturais das suas terras natais. Vejamos:

⁵² Inventário de D. Helena Vieira de Melo datado do ano de 1875. AGJES. Fundo: Capela, série: cível, sub-série: inventários, cx. 3082.

⁵³ Inventário do comendador Manoel José de Menezes datado de 11 de maio de 1878. AGJES. Fundo: Capela, série: cível, sub-série: inventários, cx. 3083.

Tabela 6. Número de escravos africanos casados arrolados nos inventários dos municípios do Vale do Cotinguiba (1870-1888).

Municípios	1870			1880		
	Africanos	Casados	Endogâmicos	Africanos	Casados	Endogâmicos
Capela	50	26	03	01	01	00
Divina Pastora	28	10	01	00	00	00
Laranjeiras	44	12	04	05	01	00
Maruim	02	00	00	02	00	00
Riachuelo	03	01	00	00	00	00
Rosário	29	11	03	07	06	00
Total	156	60	11	15	08	00

Fonte: Inventários AGJES e AMDP.

Todos os casais abordados na tabela acima residiam nas mesmas propriedades e conviviam com uma população média, considerável, de 30 escravos. Certamente as possibilidades de engrenar uma relação entre africanos eram muito maiores nas propriedades que agregavam um maior número de escravos.⁵⁴

Dos 156 escravos oriundos da costa africana arrolados nos inventários da década de 1870, cerca de 40 % eram casados. Destes, 18% estavam envolvidos em relações matrimoniais endogâmicas, ou seja, haviam se casado com indivíduos da mesma nação. A inexistência deste tipo de relação nos inventários analisados da década de 1880, mesmo quando o número de africanos casados ultrapassava a cifra de 50% do total contabilizado para este período, pode ser apenas um reflexo de que boa parte dos escravos oriundos da África já haviam falecidos.

Esses africanos se configuravam como os últimos sobreviventes do tráfico internacional de escravos. Alguns deles viveram o suficiente para ver o nascimento de seus netos, uma segunda geração de crioulos, ou para verem parte da sua prole nascer como “cidadãos” do Império do Brasil.⁵⁵ Este foi o caso de Antônio e Eufrásia, ambos africanos, casados e residentes com seus cinco filhos, dentre eles a ingênua Martinha, no citado engenho Flor da Índia, em Capela.⁵⁶

Questões inerentes à instituição familiar dos cativos geralmente são pouco abordadas em estudos que trabalham mais enfaticamente com a temática da resistência escrava. Contudo, a breve análise que fiz de modo a revelar que, pelo

⁵⁴ As dificuldades de os africanos arrumarem parceiros vêm sendo salientadas, principalmente, pelos estudiosos da “família escrava”. Neste sentido, dentre outros, ver: Robert W. Slenes. *Op. cit.*; Maria Cortês Inês de Oliveira. “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”, *Revista USP*, São Paulo, nº 28, dezembro/fevereiro 95/96, pp. 174-193.

⁵⁵ Sobre as experiências familiares vivenciadas pelos negros nas últimas décadas do regime escravista no Brasil ver: Isabel Cristina Ferreira dos Reis. *Op. cit.*, p. 29.

⁵⁶ Inventário do comendador Manoel José de Menezes, datado de 11 de maio de 1878. Fundo: Capela, série: cível, sub-série: inventários, cx.3.083.

menos em termos numéricos, há fortes indícios de que boa parcela da mão-de-obra alocada nos engenhos do Cotinguiba da segunda metade do século XIX era composta por famílias escravas, foi substancialmente necessária devido a uma importante característica do quilombismo local: a proximidade com que os mocambos foram erguidos das senzalas.

Foram exatamente nas matas dos engenhos, terras ainda não produtivas e conseqüentemente as menos visitadas pela classe senhorial, que os quilombos do século XIX de Sergipe Del Rey foram erguidos. A partir da promulgação da lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, essas matas passaram a ser cada vez mais habitadas por pequenas comunidades de escravos fugidos.⁵⁷ Poucos meses após sua promulgação, o presidente recém empossado Luiz Álvares de Azevedo, em pleno discurso de posse na Assembléia Provincial, atentava para esta realidade. Segundo ele,

Alguns escravos mal aconselhados, e imbuídos da falsa idéia de que se acham de todos livres do cativeiro pela Lei N° 2040 de 28 de setembro do ano passado, e que não gozam de suas liberdades, porque os seus senhores a isso se opõem, se tem refugiado nas matas, e reunidos em quilombos, saem de vez em quando de seus esconderijos, e pelas povoações e pelas estradas cometem roubos, espancam as vítimas de seus latrocínios, e já algumas mortes tem cometido. O susto e a desolação têm assaltado o povo, que vê em perigo a sua vida e a sua propriedade [...].⁵⁸

Seus relatos estavam embasados em um ofício que recebera há poucos dias do chefe de polícia, dr. Joaquim Barboza Lima, onde estavam esmiuçados todos os últimos acontecimentos “graves” ocorridos na província. Dentre elas, esta “falsa idéia” que “estremeceu os fazendeiros”.⁵⁹ Realidade aparentemente idêntica estava sendo vivenciada na província do Espírito Santo, onde escravos “mal intencionados” haviam dado “maliciosa interpretação” a alguns dispositivos da recém promulgada lei do Ventre Livre.⁶⁰

Para refletir mais acerca do ambiente/pouso dos quilombolas de Sergipe Del Rey, recorrerei novamente ao relatório elaborado pelo engenheiro Pimenta Bueno no ano de 1881.

⁵⁷ Sobre esta realidade ver: Sharyse Piroupo do Amaral. *Op. cit.*, pp. 151- 154.

⁵⁸ Relatório apresentado perante a Assembléia Legislativa Provincial da província de Sergipe pelo exmo. senhor presidente da mesma, doutor Luiz Álvares de Azevedo Macedo, por ocasião de sua abertura no dia 4 de março em 1872, p. 5.

⁵⁹ *Idem.*

⁶⁰ Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Ed. rev. e ampl. – Companhia das Letras, 2006, p. 256.

Com base nas informações ali contidas sobre o uso da terra em 23 propriedades açucareiras, as matas correspondiam a apenas 16,87%. Em um único caso, no engenho São José, propriedade de José Vieira Barreto e alocado na freguesia de Riachuelo, o número de tarefas correspondentes às matas eram equivalentes às áreas de terras destinadas ao cultivo de gêneros alimentícios e aos campos. Já em outro caso, no engenho Merém, este localizado na vila de Socorro, a área correspondente às matas não chegou a ser nem citada, o que denota que esta não existia mais ou que o proprietário do engenho não sabia científicá-la numericamente. Acredito que a primeira opção tenha prevalecido!

Em outros casos, as expressões “capoeiras” e “matos grossos” dão indícios de que essas matas eram os últimos resquícios de uma vegetação Atlântica virgem, ainda não exploradas substancialmente pela lavoura sergipana. Provavelmente localizadas nas áreas mais limítrofes dos engenhos, essas matas preservavam atrativos naturais significativos às comunidades de escravos fugidos ali residentes, questões já elucidadas no início deste capítulo.

A Mata da Boacica, por exemplo, localizada no município de Divina Pastora, fora refúgio de um grupo de quilombolas liderados pelo negro João Mulungu, considerado um dos mais perigosos escravos fugidos da segunda metade do século XIX.

Ilustração 1 – Mata da Boacica, Divina Pastora.



Fonte: Acervo pessoal, 2009.

Nessa mata há uma pequena fonte, quase mineral, que até hoje é consumida por alguns habitantes do município. Talvez sua existência se configurasse em um atrativo a mais para se empreender uma estadia no local.

Essa proximidade com o mundo senhorial acarretou em um maior engajamento do poder público em prol das suas capturas, devido principalmente aos saques perpetrados pelos escravos fugidos aos engenhos. Mas, se pensarmos que a geografia da província apresentava outras possibilidades naturais, talvez até mais seguras e de difíceis acessos às tropas militares, por que os quilombolas optaram a dar início a uma nova vida, em “liberdade”, tão próximos do mundo senhorial? Certamente, devido a essa opção, os riscos de serem capturados e, assim, (re)escravizados foram bem maiores.

Na Floresta Amazônica, por exemplo, a natureza inóspita da região, repleta de corredeiras e cachoeiras, se configurou em uma forte aliada dos escravos fugidos. Ali, a toponímia local ainda preserva indicações das dificuldades enfrentadas pelas tropas militares que buscavam, teimosamente, transpor a geografia e empreender a captura de quilombolas. “Paciência” e “Inferno”, por exemplo, condizem a nomes de uma série de cachoeiras que teriam de ser

transpostas para se alcançar a “Maravilha”, local em que os mocambeiros dos Trombetas estavam estabelecidos.⁶¹

É notória a convivência da natureza, ou ao menos a sua absorção, como elemento de proteção e manutenção a uma nova vida conquistada. As fontes copiladas para o desenvolvimento deste estudo revelam semelhantes cumplicidades entre a geografia do Cotinguiba e os quilombolas. De fato, diferentemente do que ocorria na Amazônia, o ambiente em que os mocambos sergipanos foram erguidos não impunha tantos obstáculos às tropas militares. Entretanto, isto não significa dizer que aqui a relação entretida entre a natureza e os escravos fugidos foi menos complexa, insignificante.

Os “negros dos matos”, designação que aparece no depoimento de uma escrava ao se referir a um grupo de quilombolas, eram plenos conhecedores desta vegetação. No caso de uma investida militar repentina, por exemplo, uma simples árvore que diferenciasse das outras em seu entorno poderia indicar a trilha correta, invisível e sobretudo mais segura a ser seguida.

Entretanto, as grandes estratégias na manutenção da liberdade foram forjadas com as comunidades das senzalas localizadas próximas aos seus redutos. Os elos firmados entre esses escravos se configuravam como um dos grandes empecilhos às atividades policiais. Talvez essa realidade explique também por que erguer os mocambos tão próximos do mundo senhorial. Além do mais, os riscos atribuídos a esta proximidade poderiam ser suplantados em prol de um maior contato com seus familiares e parceiros que permaneciam ainda sob o jugo senhorial, nas senzalas.

É sob essas óticas que devemos enxergar essa importante característica, talvez singular, do quilombismo em Sergipe Del Rey. O Cotinguiba, repleto de engenhocas, propiciava uma maior circulação de escravos entre essas propriedades. Nos dias santificados, por exemplo, podiam migrar para engenhos mais distantes, em até outros municípios, para enveredarem boas conversas com amigos, como também para cortejar suas amásias(os) e rever familiares, retornando com o pôr do sol. Enfim, creio que a oportunidade de manter um maior contato com seus entes queridos justificassem a opção de erguer os mocambos tão próximos ao mundo senhorial.

⁶¹ Eurípedes Antônio Funes. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. São Paulo: FFLCH; USP, Tese de doutorado, 1995, p. 69.

A resposta pode parecer simplória, devido principalmente à grande carga de subjetividade, com relação ao escravo, que pode está incurso nela. Buscarei, ao longo deste estudo, desenvolvê-la mediante a análise de alguns “casos exemplares”. Enfim, as matas do Cotinguiba são os cenários de muitas das experiências narradas ao longo deste trabalho. Ali, diversos negros fugidos compartilharam suas alegrias, tristezas, derrotas e vitórias. Adentrar essa vegetação em busca dessas histórias consiste em um dos principais objetivos desta pesquisa. Rumemos em busca delas, rumemos às matas!

CAPÍTULO 2

ENTRE SENZALAS E QUILOMBOS

Ao abandonar as senzalas, os negros tinham a convicção de que iniciavam uma nova fase de suas vidas: não menos tranqüila, nem menos cruel! A sobrevivência nas matas, muitas vezes, poderia ser mais tensa que a vivência sob o jugo dos seus senhores. Cientes desta realidade, a trama da fuga deveria ter um destino certo. Não bastava escapar das amarras senhoriais, era necessário buscar um ambiente onde pudessem passar despercebidos das vistas ansiosas e incumbidas de capturá-los. Os quilombos atraíram muitos escravos por vislumbrar esta possibilidade.

A “fama” de alguns quilombos ecoou até as senzalas, conjeturando, assim, os caminhos a serem seguidos no ato da fuga. Mas, somente esta ciência não era o suficiente para que tais escapadas lograssem êxito: a aproximação e a inserção nesses redutos provavelmente era uma etapa muito difícil que ainda estava por vir. Uma vez lá, nos quilombos, dava-se início a uma jornada marcada e operada por experiências adquiridas ainda no cativeiro.

É bem provável que os aprendizados – culturais e materiais – e os laços de amizades ali firmados fossem de suma importância para a manutenção de uma nova vida, em liberdade, pelas matas, mesmo porque viver no mocambo, no quilombo, não significava necessariamente abandonar toda uma vida pregressa na senzala. O que ficava para trás na hora da partida era uma vida subjugada ao poder do senhor, mas não menos vigilante e árdua. Quilombos e senzalas não se configuraram como redutos antagônicos que divergiam quanto à indisciplina do primeiro e à disciplina, quase militar, do segundo.

Neste capítulo, abordarei o mundo de possibilidades existente *Entre Senzalas e Quilombos* de Sergipe Del Rey da segunda metade do século XIX. Depararemos com diversos retratos conflituosos, de amizades e romances. É através deste cotidiano que buscarei elucidar como o fenômeno quilombola repercutiu nas relações escravistas locais. Enfim, são histórias tristes, histórias vitoriosas, histórias de escravos que, na luta pela sobrevivência, imprimiram sentidos às suas vidas agenciando estratégias e intercâmbios com segmentos diversos da sociedade sergipana.

2.1 COMBATENDO “MALES”: O QUILOMBO DO SÃO JOSÉ E OUTROS

No início da década de 1870, dezenas de comunidades quilombolas se encontravam espalhadas pelo Cotinguiba. Dentre elas, a que mais preocupava as autoridades sergipanas era uma localizada nas matas do engenho São José, na vila do Rosário do Catete.⁶² Os quilombolas ali residentes estavam constantemente sendo acusados de amedrontarem a população, de cometerem saques em propriedades do vilarejo e de assaltarem viajantes mais desavisados que transitavam pelas estradas ali próximas.

João Gonçalves de Siqueira Maciel, morador e proprietário de um engenho próximo ao São José e homem de forte influência política na província, foi uma das pessoas que se queixou acerca das tropelias cometidas por esses negros. Ele acreditava que cerca de 30 escravos fugidos estavam homiziados naquele reduto, suspeitando também que esse número pudesse ter se elevado devido a “a impunidade e o desinteresse da polícia em os perseguirem”.⁶³ Querendo contrapor esse desleixo, o delegado João da Silva oficiou ao chefe de polícia sobre os constantes reclames recebidos. Segundo ele,

Um brado geral clama providencias às autoridades locais, mas estas sem o valioso concurso do centro de polícia, nada podem fazer. O negócio é da maior gravidade possível, e muito receio que não venha a ter as mais tristes e infelizes conseqüências se não se tomar já as mais sérias medidas no sentido de debandar esses quilombos, em cujo seio não deixa de haverem criminosos homiziados. De minha parte não pouparei esforços para qualquer diligencia, e nesse empenho tenho certeza de ser auxiliado por alguns proprietários a quem muito importa defender suas fazendas, suas propriedades e suas vidas.⁶⁴

Desde a vigência do Ato Adicional (1834) que a polícia vinha acumulando diversos serviços ao nível municipal. Dentre estes, sem dúvida, o que mais ocupava as milícias locais era coibir qualquer movimento insubordinado que pudesse alterar tenazmente a ordem pública e privada.⁶⁵ Neste sentido, as décadas de 1870 e 1880

⁶² Estas informações foram extraídas da análise dos muitos ofícios despachados ao comando militar da província de Sergipe Del Rey comunicando a existência de quilombos e as medidas que estavam sendo impetradas para destruí-los.

⁶³ Ofício do delegado de polícia da vila do Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia interino de Sergipe, em 16 de agosto de 1871. APES. Fundo SP¹, pacotilha 301.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Neste sentido, ver: Maria Helena Machado. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, pp. 68-73; Acerca de como o Governo, necessariamente através das instituições policiais, se comportou diante os atos criminosos perpetrados pela classe escrava em áreas citadinas, ver: Wilson Roberto de Mattos. *Negros contra a*

impuseram grandes desafios àquela instituição devido aos muitos atos impetrados pelos escravos. Em Sergipe, os quilombos estariam no centro das discussões sobre a falta de segurança pública e privada. Destruí-los, era imperativo!

Mas só a localização exata desses esconderijos não era ainda o suficiente para que qualquer empresa contra eles lograssem êxito, mesmo quando a realidade aparentava ser da “maior gravidade possível”, como no relato acima. Algumas autoridades chegaram a empreender densas pesquisas antes de iniciarem suas marchas. Informações como o número de escravos que ali habitavam e se estavam munidos de armas de fogo eram dados cruciais que poderiam evitar não só o malogro da diligência como também ocorrências desagradáveis. Talvez, para tornar essas informações mais acessíveis em situações de emergência é que o chefe de polícia Alexandre Pinto Lobão ordenou, em agosto de 1871, a formação de um “maço especial com o rótulo de Quilombos”.⁶⁶ A partir de então, pude notar que boa parte dos ofícios despachados ao comando militar abordando denúncias, diligências e capturas de quilombolas eram rubricadas no cabeçalho com o nome de “Quilombos” (Ver Apêndice 1).

Após averiguar todas as informações, iniciava-se o recrutamento de soldados para se promover a caçada. Situação esta que poderia levar semanas, ou seja, tempo suficiente para que os quilombolas tomassem conhecimento do movimento em curso e abandonassem previamente seus alojamentos. Tais avisos partiam principalmente de escravos residentes em senzalas próximas a esses redutos, gente com as quais os quilombolas forjavam múltiplas alianças políticas, econômicas e sociais. Estas relações, por mais inconsistentes que fossem, foram preponderantes para o malogro de muitas diligências promovidas pelas autoridades.

Em Sergipe, outras questões foram também cruciais para a ineficácia de muitas diligências repressoras. Por exemplo, quando João da Silva cobrou do governo providências contra os delitos cometidos por quilombolas foi enfático ao dizer que nada adiantaria na empreitada o uso de soldados da Guarda Nacional.

ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNEB, 2008.

⁶⁶ Ofício do 2º suplente do delegado em exercício de Divina Pastora, Antonio de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, em 7 de agosto de 1871. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 178.

Pois, segundo ele, qualquer diligência com esta força se tornaria “improfrúca e sem utilidade” já que sempre abandonavam seus postos sob “pretexto de perigo”.⁶⁷

Outras opiniões do mesmo teor foram proferidas contra essa instituição. No relatório do presidente Francisco José Cardoso Júnior, de 1871, consta que a Guarda Nacional era uma instituição completamente falida, só existindo nominalmente, e que, até mesmo na capital – onde ficava estacionada –, nenhum serviço digno prestava.⁶⁸ Mesmas atribuições foram dadas no ano seguinte: “só existe em nome. Todos [Soldados da Guarda Nacional] porfiam em se adornar com seus fardões e dragonas, deixando o serviço correr a revelia”.⁶⁹ Em 1873, o então presidente Cypriano de Almeida Sebrão repudiava a falta de disciplina da corporação lamentando o fato da “briosa e valente Guarda Nacional de Sergipe”, cujos importantes serviços foram provados “nos campos do Paraguai”, não ter ainda adquirido a “instrução compatível” e a “disciplina” de onde tirava “o guarda cidadão sua força e respeito e admiração dos seus cidadãos”.⁷⁰

⁶⁷ Ofício do delegado de polícia da vila do Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia interino de Sergipe, em 16 de agosto de 1871. APES. Fundo SP¹, pacotilha 301.

⁶⁸ Relatório com que o exmo. senhor tenente coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1871, p. 30.

⁶⁹ Relatório com que o ex-presidente desta província, exmo. senhor doutor Luiz Álvares de Azevedo Macêdo, passou a administração da mesma ao exmo. senhor doutor Joaquim Bento de Oliveira, no dia 16 de junho de 1872, p. 5.

⁷⁰ Relatório com que o exmo. senhor doutor Cypriano d'Almeida Sebrão, 1º vice-presidente, abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1873, p. 16. Segundo Adilson Almeida, desde o ano de 1873, ou seja, após a segunda reforma da Instituição, que a Guarda Nacional passou a vivenciar um processo de enfraquecimento, tanto político como militarmente. “Sua atuação cotidiana, procedimento ao menos formalmente mantido até então, foi suspenso, estabelecendo-se que seus componentes só se reuniam para serviços militares, e mesmo administrativos, quando convocados pelo governo. Foi também neste período, que a Guarda Nacional perderia o prestígio que ostentava até a Guerra do Paraguai, realidade que se agravaria com a instalação do regime republicano, em 1889. Neste sentido, ver: Adilson José de Almeida. “Uniformes da Guarda Nacional, 1831-1852. A indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada”, *Anais do Museu Paulista*, Universidade de São Paulo, vol. 8/9, nº 9, 2000/2001, p. 80.

Ilustração 2 – Batalhão de Fuzileiros da Guarda Nacional.



Fonte: Acerco Digital da Biblioteca Nacional.

Quiçá, nesta última declaração, esteja implícita uma das razões pela qual os soldados da Guarda Nacional se configurassem como indivíduos “inaptos” e omissos no combate aos quilombos da região. Vale lembrar que grande parte dos indivíduos que rumaram às trincheiras paraguaias foram recrutados da classe mais baixa da população, ou seja, gente pobre, preta e livre. Quando a demanda tornou-se emergencial, o governo optou também pelo recrutamento de escravos, sob a promessa de indenizar seus senhores e alforriá-los ao fim do combate.⁷¹

Sendo assim, nas trincheiras da guerra, deve ter ocorrido uma aproximação natural entre estes indivíduos de condições jurídicas distintas, mas com fenótipos bastante equivalentes. Com o fim do combate e o retorno dos soldados, é provável que alguns tenham passado a ocupar cargos nas milícias provinciais, por exemplo, os postos da Guarda Nacional. Não é improfícuo especular que esses homens, quase indistinguíveis fisicamente e que provavelmente passaram boa parte das suas vidas a labutar no mesmo eito ocupado por escravos, se tornassem menos simpáticos às investidas militares contra os mocambos. Além do mais, como bem retratou Hendrik Kraay, dentre as várias estratégias empreendidas pelos escravos para melhorar suas condições de vida, o “abrigo da farda” fora uma delas.⁷²

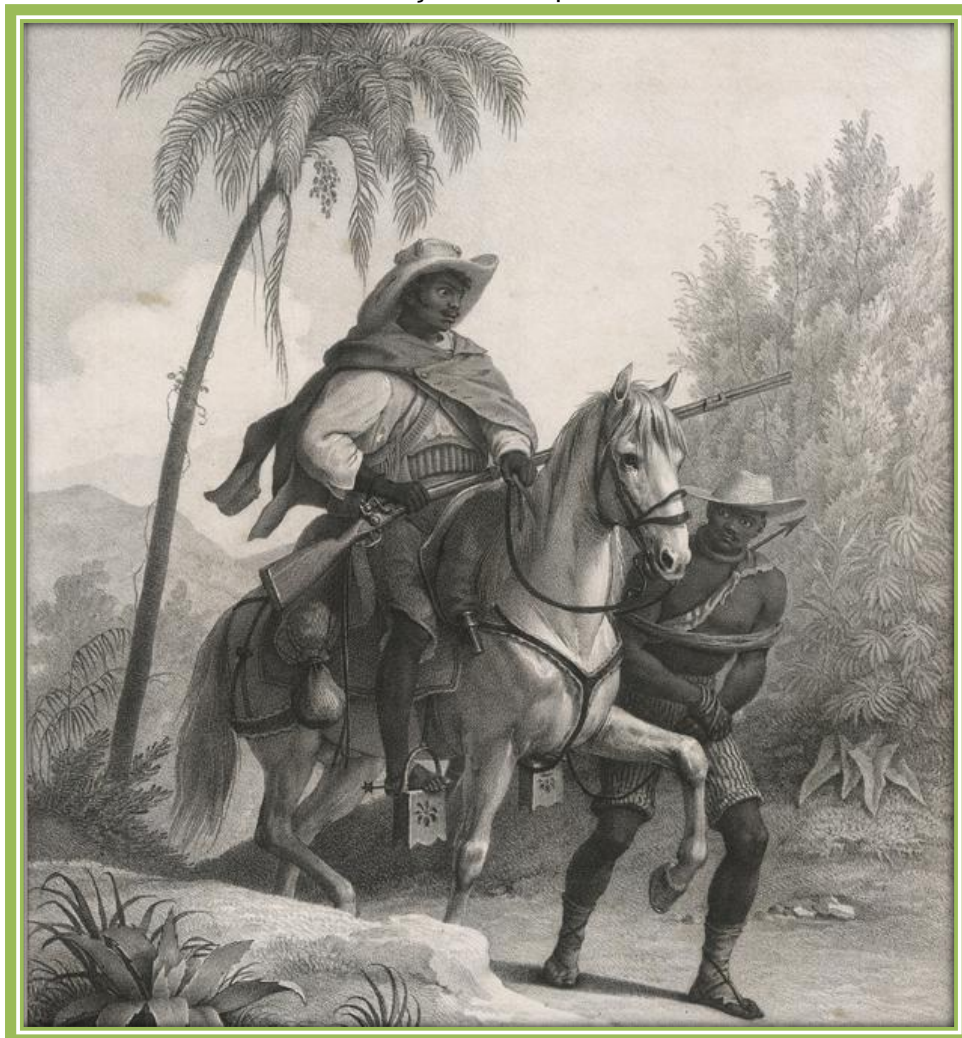
⁷¹ Ver, dentre outros: Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. *Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁷² Hendrik Kraay. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1880”, *Revista Afro-Ásia*, n° 17, 1996, pp. 29-56. Analisando as notas de fugas publicadas nos jornais sergipanos da segunda metade do século XIX, o historiador Amâncio Cardoso expõe dois casos de escravos

Em julho de 1871, atentou-se para o fato de que uma diligência planejada pela delegacia de Divina Pastora poderia tornar-se ineficaz devido ao “coloio” de soldados da Guarda Nacional com alguns quilombolas.⁷³ Outras denúncias correram paralelamente a esta.

A figura do capitão-do-mato, responsável pela captura do negro Manuel vista acima, não parece ter sido tão comum em Sergipe. Creio que tal ofício fosse desenvolvido por homens pobres, oportunistas e que não possuíam nenhum vínculo empregatício com o Governo provincial, ou seja, eram indivíduos que viam na caçada aos escravos fugidos uma boa oportunidade para obter pequenas quantias financeiras.

Ilustração 3 – Capitão do Mato.



Fonte: Capitão do Mato, Johann Moritz Rugendas, 1823. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

fugidos que tentaram assentar praças. Ver: Amâncio Cardoso. “Escravidão em Sergipe: fugas e quilombos, século XIX”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 34, 2005, p.59.

⁷³ Ofício da delegacia da vila de Divina Pastora ao chefe de polícia de Sergipe, em 29 de julho de 1871. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 178.

A ilustração acima é bem sugestiva e talvez se configure em uma tentativa do seu autor, João Maurício Rugendas, de demonstrar o quanto a figura do capitão-do-mato era respeitada naquele contexto escravista. Daí a importância de retratá-lo como um ser imponente, representação esta que é perceptível através da sua vestimenta, da sua espingarda, do seu belo cavalo branco e da sua feição rude. Elementos que contrastam severamente com o olhar triste do negro capturado, atado nas mãos e preso ao dito capitão por uma corda envolta ao seu corpo. Também não escapou do olhar de Rugendas a possibilidade de boa parte de estes capitães serem pretos, quiçá egressos do cativo.

Estudando as funções dos capitães-do-mato em Campos dos Goitacases, região norte do Rio de Janeiro, Silvia Hunold Lara revela que, durante o período colonial, eles estavam diretamente ligados ao Governo Metropolitano e que, somente em 1757, a Câmara aprovaria um “regimento dos salários” sob os quais os mesmos iriam angariar por cada apreensão. Sendo assim, o sexo do escravo apreendido, o lugar da sua evasão, o local onde se logrou e o grau de resistência no ato da captura eram questões que influenciariam diretamente na resultante do soldo.⁷⁴

Não descarto a possibilidade desta realidade ser transposta para o Sergipe Colonial. O fato é que durante o período compreendido neste estudo, a figura do capitão-do-mato não aparece tão atrelada e convocada para impetrar as capturas dos escravos fugidos.

Dois documentos me levam a crer que, em Sergipe do século XIX, esta função vinha sendo desempenhada por “capitães de campo”. Apesar da proximidade nominativa, algumas questões devem ser salientadas de forma a demonstrar que eles estavam atrelados ao Governo, diferentemente dos prováveis aventureiros capitães-do-mato. Em 1877, o senhor Francisco José de Santana se dirigiu até a delegacia de polícia do termo de Capela “a fim de obter o título de Capitão de Campo”. Como não era atribuição do delegado fazer tal concessão, este expediu um ofício ao chefe de polícia informando o seguinte:

O portador do presente ofício é o senhor Francisco José de Santana, morador neste termo, que a muito pede-me uma informação V. S. a fim de obter um título de Capitão de Campo, ou que esta Delegacia o fizesse, porém não tendo essas atribuições passo a informar a V. S. que o dito [...] tem se dedicado a este ofício de capturar escravos

⁷⁴ Silvia Hunold Lara. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 301.

fugidos, e outros negócios, de quem tem sido encarregado, a tudo isto tem se prestado com prontidão [Sic.].⁷⁵

Fica notório não só que se tratava da concessão de um serviço público a um particular como também que o requerente já vinha se dedicando, ocasionalmente, a caça de escravos fugidos – sempre com muita “prontidão”. Talvez devido a esta experiência se julgasse capaz de angariar tal título, respeitado na hierarquia militar.

Quem já havia garantido o título de capitão-do-campo fora Lourenço Bezerra Cavalcanti Bravo, homem que dedicava “sua vida” a “prender escravos fugidos mediante uma gratificação dos senhores destes”. Responsável pela captura do negro fugido Januário no povoado do Sítio do Meio, município de Propriá, Lourenço exigiu “por esta captura” um soldo entre “30 mil réis e 40 mil réis”.⁷⁶

Quando capturado, Januário era um jovem escravo de 18 anos de idade. Fugira do engenho Conceição, no rio Azul, província da Bahia. Não creio que para a recompensa citada acima foram levados em consideração todos os preceitos expostos no estudo desenvolvido por Silvia Lara, já que a mesma condizia a menos de 5% do valor estimado para um escravo com a idade de Januário. Caso o sexo e a distância onde se logrou a captura do mesmo fossem adotados na equação, é bem possível que o valor da recompensa fosse superior a exigida.

Não consegui localizar, até o momento, maiores informações acerca do cargo de capitão-do-campo. Sendo assim, levanto alguns questionamentos: 1) Mesmo a concessão sendo feita pelo chefe de polícia, estaria o cargo atrelado institucionalmente ao Governo provincial e concomitante às delegacias municipais? 2) Se eram funcionários públicos por que seriam os proprietários dos escravos fugidos os únicos responsáveis pelos pagamentos dos seus soldos? 3) Quais os limites das suas jurisdições? São questionamentos que pretendo problematizar em outro estudo ou que podem ser desenvolvidos por outros pesquisadores de Sergipe.

O fato é que as atividades desempenhadas na província contra os mocambos de escravos fugidos estavam sendo impetradas mais enfaticamente por corpos de soldados instalados nas delegacias municipais, como veremos adiante.

Foi sob ordens do chefe de polícia que uma diligência foi articulada entre as delegacias das vilas de Rosário e Capela. O cerco deveria ser realizado nas matas

⁷⁵ Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 9 de outubro de 1877. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 08.

⁷⁶ Ofício do 1º suplente do delegado de polícia de Capela, Antônio Pereira Resende, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 4 de janeiro de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 705.

do engenho São José e se estender até as matas do engenho Jurema, ambas localizadas na vila do Rosário. Ficou acordado entre os delegados que a batida seria realizada simultaneamente, de madrugada e sob duas frentes: indo o delegado de Rosário até as matas do segundo engenho enquanto que as forças de Capela rumariam ao São José.⁷⁷

Na noite do dia 13 de agosto de 1871, o tenente Manoel Dias, acompanhado de 110 praças da Guarda Nacional, dirigiu-se até o engenho Ladeira – ponto de partida da escolta. Ali, aliou-se à força de Capela, ao tenente Jeremias (comandante da operação) e a mais 90 praças que já o aguardavam. Após passar a limpo todos os planos, a tropa deu início às suas atividades indo em direção ao engenho São José, mas, antes que lá chegassem, alguns membros da escolta declararam ao comandante que aquele cerco de nada adiantaria, pois os quilombolas estavam cientes “pela notícia que já corria do aparato” despendido para a reunião daquela força. Segundo os querelantes, os negros fugidos já não estariam mais ocultos nas matas, mas sim “acoitados no engenho São José”.⁷⁸

O aparato físico mencionado correspondia a aproximadamente 250 homens distribuídos entre praças, soldados da Guarda Nacional e alguns curiosos. Dificilmente a chegada desses indivíduos, mesmo pela madrugada, passaria despercebida dos escravos que ali residiam. Diante da delação, os planos primários foram alterados, e um novo foi traçado. Como o proprietário do engenho São José, o senhor Francisco Tavares, era também dono de outro engenho com o mesmo nome, a tropa decidiu se separar e realizar, concomitantemente, o cerco nos dois engenhos. Sendo assim, dois cercos seriam realizados, em simultaneidade, em senzalas de engenhos distintos, ambos de propriedade do senhor Francisco Tavares.⁷⁹ Redirecionava, assim, o foco de perigo para as senzalas.

O tenente Jeremias seguiu com parte da tropa até o São José “novo”, enquanto que o delegado Manoel Dias rumou ao mais antigo. Feita a inspeção nas senzalas do primeiro engenho, nada foi encontrado. Quando o dia amanheceu, os soldados seguiram em direção às matas circunvizinhas onde “encontraram ranchos

⁷⁷ Ofício do capitão Manoel Pereira dos Anjos ao chefe de polícia interino de Sergipe, em 5 de outubro de 1871. APES. Fundo SP¹, pacotilha: 301.

⁷⁸ Ofício do capitão Manoel Pereira dos Anjos ao chefe de polícia interino de Sergipe, em 5 de outubro de 1871. APES. Fundo SP¹, pacotilha: 301; Ofício do delegado de polícia de Japarutuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, em 5 de outubro de 1871. APES. Fundo SP¹, pacotilha: 301.

⁷⁹ Idem.

já velhos aos quais lançaram fogo”. Dali, “atravessaram para as matas do outro lado da estrada, também terrenos do engenho”, onde encontraram “na cabeceira de uma roça de mandioca dois ranchos novos”. Em um dos ranchos detectaram, dentre outros objetos, um couro de boi, muitas cordas de piaçavas e algumas manjedouras para cavalos. Nenhum negro fugido se fazia presente no local quando a tropa aportou.⁸⁰

Manoel Dias, que tinha rumado até o outro São José, assim que lá chegou, ordenou de imediato “o cerco das senzalas”. Sua ordem foi contraposta pelo proprietário do engenho que avistou o movimento da tropa de uma das janelas da casa-grande. Este saiu bradando “que não consentia” nenhuma inspeção em suas senzalas e que já aguardava a presença daquela escolta, pois tinha recebido informações de que um capitão havia dado “cem mil réis a um espia para observar sua fazenda”.⁸¹

Apesar da forte oposição do senhor Francisco Tavares, as senzalas foram cercadas e encontraram nelas cerca de 20 escravos, mas nenhum quilombola foi indentificado. O delegado mandou inquirir os escravos, mas teve suas ordens novamente rechaçadas pelo proprietário do engenho que “se opôs” dizendo “que eles nada responderiam”. Após discussão, Francisco Tavares acabou confirmando a presença de escravos fugidos em sua propriedade. Segundo ele, estes se encontravam armados e amocambados nas matas circunvizinhas ao engenho, mas que “nem o chefe de polícia, nem o presidente da província com mil praças os prenderiam” quanto mais aquele comandante com uma “cambada de bêbados [Soldados da Guarda Nacional]”.⁸²

A tropa deu continuidade às suas atividades, desta vez nas matas, onde se deparou com “um rancho de quilombos á distância de cerca de cento e cinquenta braças do oitão das senzalas do dito engenho”, mas nenhum negro fugido foi encontrado. Dando continuidade à caçada, encontraram mais adiante “diversos ranchos vazios” e muitos sinais que tinham sido abandonados há poucas horas. A diligência seguiu averiguando a região, mas nenhuma captura foi empreendida.⁸³

⁸⁰ Ofício do capitão Manoel Pereira dos Anjos ao chefe de polícia interino de Sergipe, Manoel Dias do Amaral, em 5 de outubro de 1871, APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 301;

⁸¹ Ofício do delegado de polícia de Japarutuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, em 5 de outubro de 1871. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 301.

⁸² Idem.

⁸³ Ofício do capitão Manoel Pereira dos Anjos ao chefe de polícia interino de Sergipe, Manoel Dias do Amaral, em 5 de outubro de 1871. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 301.

Como explicar que a diligência composta de maior número de soldados que localizei em toda a pesquisa não conseguiu efetuar a captura e nem sequer avistar um quilombola? Além do possível “coloio” entre os escravos fugidos e alguns indivíduos que compunham a escolta, realidade que não foi em nenhum momento citada nas correspondências por ora analisadas, mas que nem por isso deve-se descartá-la, outras possibilidades envolvendo ainda a polícia devem ser salientadas.

Analisando o malogro de uma diligência que rumou ao quilombo do Iguaçú, localizado no município do Rio de Janeiro em 1825, Flávio Gomes revelou que as expedições “constituídas de tropas de linha eram quase inúteis”. Estacionadas normalmente em centros urbanos para conter pequenos “motins, distúrbios de rua ou revolta de escravos”, elas se mostravam ineficazes quando transplantadas para o “o interior das florestas”. Segundo ele, “lentas, barulhentas e indisciplinadas”, estas forças militares muitas vezes nem “sequer chegavam a avistar quilombolas nas matas”.⁸⁴

Preservadas as devidas particularidades, transplantarei a informação do autor para o objeto em análise. A indisciplina da diligência que rumou ao engenho São José pode ter ficado latente na frase proferida pelo senhor Francisco Tavares quando se referiu aos soldados que tentariam capturar os quilombolas arranchados nas matas do seu engenho: “cambada de bêbados”. É uma adjetivação séria e depreciativa para homens incumbidos de preservar a segurança na principal área agroeconômica da província sergipana.

Contudo, parte da tropa, bêbada ou sã, não esteve tão longe de efetuar a captura dos escravos fugidos. Dias após a diligência, Manoel Dias recebeu a informação de que entre os 20 negros que se encontravam na senzala do engenho São José existiam quilombolas infiltrados e sob a proteção de Francisco Tavares. Nenhuma outra informação foi elencada no ofício que pudesse justificar mais enfaticamente a “proteção” do dono do engenho para com aqueles quilombolas.

Se a aliança não existia anteriormente, o que não creio, ela foi preponderante naquele momento para evitar a captura dos escravos. A senzala, mais que um ponto de refugio recrutado pelos quilombolas diante do perigo, se configurou como palco para uma suposta aliança entre o dono do engenho, seus escravos e os fugidos.

⁸⁴ Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Ed. rev. e ampl. – Companhia das Letras, 2006, p. 95.

As cláusulas que foram arroladas mediante esta possível negociação nunca serão do nosso conhecimento. Poderia ficar laudas e laudas fazendo ilações acerca das motivações, de ambas as partes, que levaram a ratificar tal aliança, mas acredito que basta dizer que foi através de tais estratégias – permeadas de contradições – que os escravos fugidos buscaram imprimir sentido às suas vidas como sujeitos capazes de conduzirem suas próprias histórias.⁸⁵

Durante a marcha da tropa pelas terras dos engenhos São José, pôde vislumbrar um pouco da organização física dos quilombos ali localizados. Eram duas estruturas distintas. Uma mais antiga, com “ranchos já velhos” e elementos que denotavam um pouso mais duradouro e outra com “dois ranchos novos”, localizados “na cabeceira” de um pequeno roçado de mandioca. Suponho que os quilombolas ali arranchados tenham se beneficiado da ausência de uma estrutura física do novo engenho para poderem cultivar tal raiz. Esta realidade, uma microeconomia pautada na agricultura, não foi constatada para as demais unidades quilombolas que abordarei ao longo deste trabalho.

No outro reduto, localizado nas matas do antigo São José, um rancho havia sido erguido a cerca de “cento e cinqüenta braças do oitão das senzalas”, enquanto que outros estavam dispersos pelas matas do engenho. Acredito que este primeiro rancho foi construído visando uma maior comunicação com os escravos remanescentes das senzalas. A partir deste ponto, toda a comunicação poderia ser guiada e remetida rapidamente pelos fios invisíveis que interligavam cada um dos outros ranchos. Além do mais, esta dispersão geográfica poderia evitar também uma captura em massa, ou seja, dispostos em pontos estratégicos nas matas, esses ranchos seriam aliados na manutenção da liberdade.

Os supostos interesses que uniam a casa-grande, as senzalas e os mocambeiros do São José não era um caso singular na província. Esta realidade foi retratada pelo *Jornal do Aracaju* em 19 de março de 1873. Na parte oficial, restrita a expor os atos do Governo, uma nota intitulada “Captura de Quilombolas” cobrava maior vigilância por parte dos proprietários de engenhos no intuito de impedir que seus escravos se comunicassem com os quilombolas. Sobre as diligências, a nota revelou que elas vinham sendo empreendidas repetidamente, sempre “bem combinadas”, e que em breve iam “os quilombos desaparecer, porque os escravos

⁸⁵ Ver: Flávio dos Santos Gomes. “Uma Tradição Rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)”, *Revista Afro-Ásia*, nº 17, 1996, p. 7-28.

neles reunidos” ou seriam capturados ou se dispersariam em “procura da casa de seus senhores”.⁸⁶ Certamente, sob a ótica do Governo, era de se esperar que as primeiras medidas contra os mocambos fossem adotadas ao nível doméstico.

A regularidade das investidas militares, como revelou a nota acima, era uma contraestratégia eficaz no combate aos redutos quilombolas. Esta constância, além de exigir dos escravos fugidos uma constante mobilidade, o que certamente ocasionava um fracionamento da força instituída no quilombo, provocava também perdas materiais significativas, já que, ao aportarem nestes ambientes, uma das primeiras medidas empreendidas pelas milícias era tocar fogo ou apreender todos os objetos encontrados e abandonados pelos negros no ato da fuga. Nessa rotina de escapadas é bem provável que alguns tenham se machucado gravemente, tendo assim que abandonar, ao menos momentaneamente, a vida nos mocambos. Vejamos o caso da escrava Limôa.

Crioula, solteira, aparentando ter 30 anos de idade, Limôa era filha dos escravos Ignácio e Antônia, ambos residentes no engenho Retiro – propriedade do “finado José Agostinho”. Apesar de ser “natural” deste engenho, Limôa estava sob o domínio de um senhor chamado Domingos, morador na cidade de Laranjeiras, onde “se ocupava de tirar leite e capim”. Teria a morte do senhor José Agostinho alguma relação direta para a transferência da escrava?

A morte de um senhor de engenho poderia ocasionar alterações bruscas no cotidiano do cativo. Na partilha dos bens do falecido, por exemplo, havia grande possibilidade de entes queridos, não necessariamente familiares, serem separados. Outros seriam vendidos para saldar dívidas contraídas. Além da traumática separação, sob o jugo do novo senhor, iniciavam-se novas experiências que nem sempre condiziam com as vivências anteriores. Novas negociações estariam em jogo, o conflito talvez se tornasse iminente.⁸⁷

Enfim, algo aconteceu na relação entre Limôa e seu novo senhor a ponto de ela fugir no “mês de São João” em direção ao Engenho Poções para pedir que o proprietário deste “a comprasse”. Como ele se negou a comprá-la, ela resolveu se dirigir até o engenho Cambihi onde, mais uma vez, foi-lhe negada sua compra. Após duas tentativas frustradas, seguiu Limôa pela estrada que dava no engenho

⁸⁶ “Captura de Quilombolas”, *Jornal do Aracaju*, 19 de março de 1873, nº 361, p.2.

⁸⁷ Ver, por exemplo: Eduardo Silva e João José Reis. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

São José. Mas “antes que ali chegasse”, foi surpreendida por setes escravos fugidos que “a convidaram” para ir ao “coito onde se achavam refugiados”. Atendendo a proposta, a escrava “seguiu com eles até o mato do dito engenho São José”, onde, “no lugar denominado Tabocal”, se reuniu a “outros que ali se achavam” e que ao “todo formavam o número de vinte”.⁸⁸

A persuasão cultivada pelos quilombolas na tentativa de atrair novos escravos fugitivos, sem destinos previamente traçados, ou escravos remanescentes das senzalas, principalmente daquelas dispostas próximo ao coito, era uma estratégia fundamental para a sobrevivência dos mocambos. Talvez, como bem declarou os autores de “Cidades Negras”, eles tivessem também em mente que “um caminho bem-sucedido para a liberdade quase nunca devia ser solitário”.⁸⁹

Limôa permaneceu por seis meses aquilombada. Durante este período, viveu um romance com o negro fugido José Leocádio. Separam-se quando a escrava, já sofrendo gravemente de uma moléstia, revelou ao seu amasio que não podia continuar naquela “vida sem remédios”. Este, “de boa vontade”, conduziu-a até os matos próximos ao engenho Poções, de onde ela partiu sozinha em direção às senzalas.⁹⁰ Seria a última vez que o casal se viria!

Tomando ciência da chegada da escrava, o proprietário do engenho Poções mandou notificar o delegado da vila de Rosário e, em seguida, a dirigiu até o quartel do destacamento. No dia 9 de novembro de 1871, deu-se início a um auto de perguntas em Limôa. O quadro abaixo foi construído com base nas informações cedidas pela citada escrava. Vejamos:

Quadro 1 – Relação nominal dos quilombolas que habitavam um dos ranchos localizados nas matas do engenho São José, Rosário do Catete, segundo a escrava Limôa.

Nº	Nome	Nação	Proprietário	Engenho	Termo
1	José Leocádio	Crioulo	Batalha	n.d.	n.d.
2	Venceslau	Africano	n.d.	Bom Jardim	Rosário
3	Bacuraó	Mulato	n.d.	n.d.	n.d.
4	Inocência	Crioulo	n.d.	Serra Negra	Rosário
5	Filho	Crioulo	n.d.	Serra Negra	Rosário
6	João Mulungu	Crioulo	n.d.	Mulungu	Laranjeiras

⁸⁸ Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 176.

⁸⁹ Ver: “... e das seduções”, in: Carlos Eugênio Líbano Soares, Flávio dos Santos Gomes, Carlos Eduardo Moreira, Juliana Barreto Farias. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

⁹⁰ Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 176.

7	Antônio	Crioulo	Ten. Cel. Horta	Junco	Laranjeiras
8	Guilherme	Mulato	Antônio de Araújo	n.d.	Laranjeiras
9	Marcolino	Mulato	Dr. Domingos	n.d.	Laranjeiras
10	João	Africano	Cap. Isaac	n.d.	Japarutuba
11	Luiz	Crioulo	Thomas d'Aquino	n.d.	Rosário
12	Jacinto	Crioulo	n.d.	Poções	n.d.
13	Barnabé	Crioulo	n.d.	Oitocentos	n.d.
14	Sinphorosa	Crioula	n.d.	Serra Negra	n.d.
15	Arcanjo	Mulato	n.d.	Serra Negra	n.d.
16	Vicência	Crioula	n.d.	n.d.	n.d.
17	Francisca	Crioula	n.d.	n.d.	n.d.
18	Thomazia	Crioula	n.d.	Santa Barbara	n.d.
19	Luiza	Crioula	n.d.	Jurema	n.d.

Fonte: Auto de perguntas feitas à escrava Limôa em 9 de novembro de 1871. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 176.

Legenda: n.d. = não declarado.

Havia neste rancho uma predominância de quilombolas do sexo masculino (70%). Esta porcentagem está plenamente de acordo com os dois estudos historiográficos que buscaram retratar o perfil dos escravos fugidos de Sergipe Del Rey. Luiz Mott, munido de 144 anúncios de fugas publicadas no *Correio Sergipense* entre os anos de 1833 e 1864, revelou que apenas 36 (25%) correspondiam a escravos do sexo feminino.⁹¹ Já Sharyse Amaral, analisando uma amostra de 109 anúncios publicados entre os anos de 1860 e 1888, encontrou entre os 115 escravos fugidos de que dispunha 19 mulheres.⁹² Sendo assim, fica notório que em Sergipe o maior número de escravos fugidos era do sexo masculino.

Realidade também encontrada em outras províncias do Brasil, como, por exemplo, a ilha de Santa Catarina.⁹³ Fato que conseqüentemente refletiria sob o perfil sexual dos amocambados, como podemos ver no quadro acima.

Para a menor incidência de fugas de mulheres cativas, mesmo quando não havia grandes discrepâncias numéricas entre os sexos da escravaria, como na província de Sergipe, todos estes estudos apontaram, dentre outras razões, uma suposta dependência familiar.⁹⁴ A de se imaginar as dificuldades de empreender

⁹¹ Luiz Mott. *Sergipe colonial & imperial: religião, família, escravidão e sociedade – 1591-1882*. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 100.

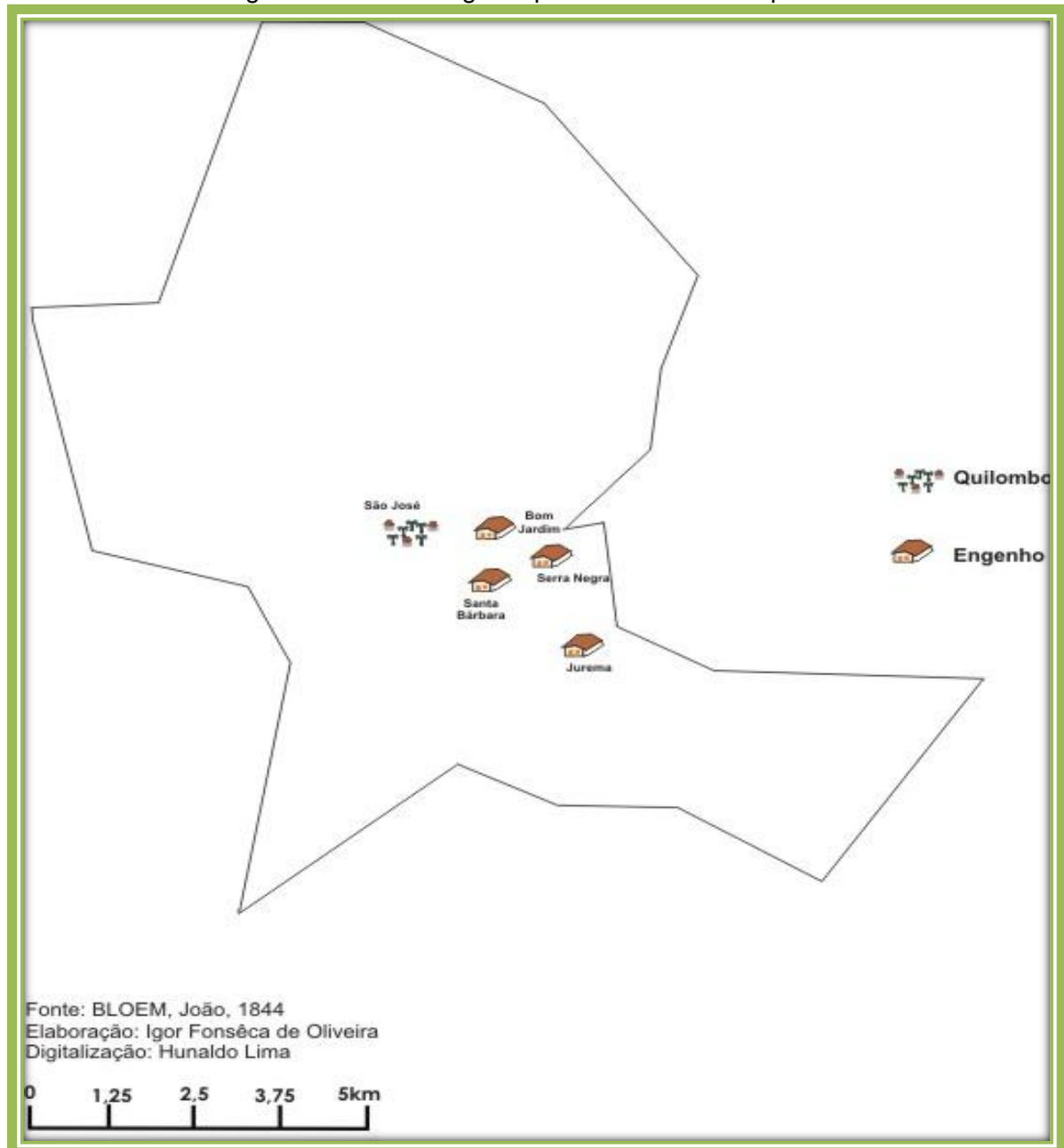
⁹² Sharyse Piroupo do Amaral. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007, p. 75.

⁹³ Martha Rebelatto. "Fugas e quilombos na ilha de Santa Catarina, século XIX", *Revista Afro-Ásia*, n° 36, 2007, p. 104;

⁹⁴ Ver também: Márcia Sueli Amantino. "O perfil demográfico do escravo fugido", *Estudos Afro-Asiáticos*, n° 31, out/1997, p. 174; Alguns "casos exemplares" de fugas empreendidas por mulheres escrava acompanhadas de seus filhos foram analisadas por Isabel Reis em: Isabel Cristina dos Reis.

uma fuga com crianças pequenas ou recém nascidas. Caso suas capturas fossem logradas, certamente os conflitos sob o domínio dos seus senhores seriam acentuados. Sendo assim, creio que a aventura da fuga deveria ser previamente estudada. Vejamos o mapa 2 que segue:

Mapa 2 – Mapa de Rosário do Catete, retratando a localização do Quilombo do São José e os engenhos de onde fugiram parte dos escravos que ali habitavam.



“Uma negra que fugiu, e consta que já tem dous filhos’: fuga e família entre escravas na Bahia”, *Revista Afro-Ásia*, n° 23, 2000, pp. 27-46.

Atento que o mapa acima foi confeccionado com base nas localizações dos engenhos de onde partira parte dos quilombolas então presentes no São José. Do Bom Jardim, havia fugido o africano Venceslau. Do Serra Negra, os negros Inocêncio, Filho, Sinphorosa e o mulato Arcanjo. Do Santa Bárbara, Thomazia. E do engenho Jurema, a crioula Luiza.⁹⁵

Como vemos, essas quatro propriedades estavam relativamente bem próximas ao coito do São José, o que é um forte indicativo de que a escolha do pouso, ao menos para aqueles seis escravos, poderia estar substancialmente atrelada à proximidade do mesmo em relação ao engenho de onde fugiram. Assim, os elos sociais firmados com os familiares e os parceiros de senzalas não seriam drasticamente rompidos. Em momentos oportunos, por exemplo, talvez os visitassem ou os encontrassem em locais pré-estabelecidos, até mesmo no próprio mocambo.

Uma boa alternativa para testar a veemência destas possibilidades seria aplicar o método de ligação nominativa sob os inventários *post mortem* dos seus respectivos proprietários, já que comumente constam nestes menções quanto ao grau de parentesco – consanguíneo – da escravaria arrolada.

Contudo, não consegui localizar até o momento estes documentos.⁹⁶ Sendo assim, atento que a importância da variante familiar para os quilombolas arranchados nas matas do Cotinguiba será abordada sob a análise de alguns “casos exemplares”, ao longo deste trabalho.

Como salientado no capítulo anterior, questões que concernem à família cativa geralmente são pouco abordadas em estudos que trabalham mais enfaticamente com a temática da resistência escrava. Todavia, empreender esta análise conjuntamente tornou-se extremamente necessária neste trabalho não só porque questões inerentes à família poderiam estar no cerne de uma fuga escrava, mas principalmente porque há fortes evidências de que quilombolas de Sergipe Del Rey do século XIX se valeram estrategicamente desta variante para se manterem livres, pelas matas.

⁹⁵ Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 176.

⁹⁶ Atento que foram analisados todos os inventários – referentes aos municípios do Vale do Cotinguiba – depositados no Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe e no Arquivo Público de Divina Pastora com datações entre os anos de 1870 e 1888.

A importância da família pode ser elucidada também quando atentamos para a nacionalidade dos escravos delatados por Limôa. Dos 20 escravos residentes naquele mocambo, apenas três eram oriundos da costa africana. Certamente, a predominância crioula é devida à superioridade demográfica na província de escravos nascidos no Brasil, mais precisamente em Sergipe.

Em termos sociais, isto significa dizer que, diferentemente dos africanos, os escravos nascidos em Sergipe detinham uma ampla rede familiar que não ficava restrita apenas aos filhos. Ou seja, esta realidade poderia se configurar em um forte atrativo para o surgimento de alianças informais entre as comunidades presentes nas senzalas e os mocambeiros. O “campo negro” do Cotinguiba poderia ter a seu favor não só a equivalência jurídica e social dos envolvidos nesta teia, mas sobretudo a equivalência genética.⁹⁷

Com isto não quero menosprezar o papel desempenhado pelo negro africano na sociedade sergipana da segunda metade do século XIX, muito menos da sua participação social nas comunidades de escravos fugidos aqui abordadas. Trechos da história de vida do quilombola José Maruim, abordadas ainda neste capítulo, revelarão que, apesar da baixa presença demográfica dos escravos africanos nessas comunidades, suas participações foram não só de suma importância, mas preponderantes para o não aprisionamento de alguns parceiros de coito.

Em termos políticos, a predominância crioula pode revelar um maior conhecimento acerca das práticas senhoriais e policiais impetradas na província, o que significa dizer maiores possibilidades de negociações com os seus senhores ou com indivíduos que estavam à margem das grandes propriedades. Talvez esta ciência tenha influência direta em uma informação cedida por Limôa durante sua inquirição. Segunda ela, o escravo Barnabé “vez por outra busca padrinho, vai para casa e depois volta” ao rancho.⁹⁸

Esse caso não é um episódio extraordinário, mas nem por isso deixa de ser interessante. “Buscar padrinhos”, ou seja, ir à busca de pessoas que intermediassem e o auxiliassem a negociar com os seus senhores o retorno e melhores condições no cativeiro pode ser considerada uma atitude comum entre os escravos. Corriqueiro talvez não fosse o escravo se deparar com uma realidade que,

⁹⁷ Flávio dos Santos Gomes. *Op. cit.*, p. 45.

⁹⁸ Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871, APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 176.

por mais conturbada que ela fosse, vislumbrava possibilidades de liberdade, no caso dos quilombos, e mesmo assim optar “vez por outra” em retornar ao cativeiro.

As motivações que levaram o quilombola retornar “vez por outra” ao seu antigo aposento não foram salientadas no depoimento de Limôa. Dentre múltiplas possibilidades que possam explicar esta atitude, ressalto pelo menos duas: Barnabé talvez tenha optado em retornar ao seu antigo aposento para reencontrar com alguém que não pôde lhe acompanhar na sua escapada ou talvez a vivência de constantes perseguições fosse rude demais para sua pessoa, o que justificaria “vez por outra” um retorno ao cativeiro, onde um conflito abonaria mais uma vez a fuga.

Quiçá esta última realidade possa também explicar duas outras informações cedidas pela depoente. Segundo Limôa, a escrava Thomazia tinha perdido “uma cria na mata”, enquanto que sua parceira Luiza havia “rejeitado um filho, mandando depositar” este “na porta da igreja de S. Benedito, em Laranjeiras”.⁹⁹

Novas informações sobre a interrupção da gravidez de Thomazia chegaram-me através da análise de um ofício de autoria de João Batista da Rocha, datado de 5 de setembro de 1873, ou seja, quase dois anos após o “auto de perguntas” realizado em Limôa. Nesse constava não só a informação sobre a captura da negra Thomazia, “fugida há três anos” por não “suportar o cativeiro de sua senhora”, mas também que ela havia “concebido três filhos” nos matos: um teria abortado, outro morrido de “mal de sete dias” e o último desaparecera do rancho em que a mesma vivia, não dizendo seus parceiros “onde tinham[-o] colocado”.¹⁰⁰

Certamente as condições insalubres e inadequadas das matas, sem contar a vida de constante perseguição, justifiquem as interrupções das duas primeiras gestações de Thomazia. Já no caso da escrava Luisa, a igreja de São Benedito, onde ela teria deixado sua cria, fora erguida por irmandades negras da cidade. Sendo assim, creio que a devoção e a fé da escrava Luiza tenham sido preponderantes para que ela optasse por deixar seu filho recém-nascido sob os cuidados divinos e físicos de homens devotos ao Santo negro, tido como protetor dos escravos. Abaixo, foto atual da igreja de São Benedito, em Laranjeiras.

⁹⁹ Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871, APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 176.

¹⁰⁰ Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Espínola Júnior, em 5 de setembro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 393; Caso parecido foi analisado pela professora Isabel Reis em: Isabel Cristina Ferreira dos Reis. “‘Uma negra que fugiu, e consta que já tem dous filhos’: fuga e família entre escravas na Bahia”, *Revista Afro-Ásia*, n° 23, 2000, pp. 27-46.

Ilustração 4 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Laranjeiras.



Fonte: http://www.laranjeiras.se.gov.br/galeria_frame.asp?acao=exibir&canal=laranjeiras&categoria=Igrejas.

Todos os negros listados residiam ora nas matas do São José ora nas matas do engenho Limeira, este último localizado na vila de Divina Pastora. Já Limôa e seu companheiro haviam sempre se conservado “em um rancho nos matos do engenho Bom Sucesso”, visitando sempre o “grande rancho de São José”.¹⁰¹

Percebe-se, então, que era nas matas do engenho São José onde estava localizado o “grande rancho”. Limôa também revelou que seus parceiros de rancho mantinham amplas relações com os escravos remanescentes das senzalas deste engenho, pois com eles trocavam farinha de mandioca e repartiam parte das carnes de gado furtada. Ao ser questionada onde se encontravam na ocasião em que o quilombo foi cercado na madrugada de 14 de agosto daquele ano (Ver p. 51), revelou que grande parte destes havia “saído para o engenho da Limeira” e que apenas estavam no São José os escravos “Bacuraó, Filho, Inocência e Thomazia”. Segundo ela, estes ao serem avisados por um escravo do São José chamado Agostinho de que “a tropa tinha de aparecer ali em procura dos escravos fugidos” resolveram migrar “previamente para as matas do engenho Capim-Assú”, ficando ela e seu companheiro escondidos “em um pequeno rancho” que ficava ao “pé do pasto

¹⁰¹ Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871, APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 176.

do engenho São José”.¹⁰² Esta informação é sumariamente importante, pois demonstra a ampla movimentação que estes indivíduos conseguiram operacionalizar, articulando-se inclusive com ranchos mais distantes como o localizado nas matas do engenho Limeira, na vila de Divina Pastora.

Acredito que, já devido a sua enfermidade, Limôa tenha ficado impossibilitada de partir em retirada juntamente com os outros escravos. Ao ficar, pôs em risco também a “liberdade” de José Leocádio, seu companheiro, que não a abandonou. Talvez este fato tenha pesado decisivamente quando optou em “abandonar” o rancho. Limôa morreria logo depois de ser inquirida devido a “moléstias adquiridas no tempo em que andou fugida”.¹⁰³

Seu amásio José Leocádio, “conhecido no mato por José Boi”, seria capturado em abril de 1872 em um esconderijo nas matas do engenho Coité. Ao sair do São José, teria ele passado por ranchos em “terrenos do engenho Bom Sucesso” e Poções se dirigindo depois para o Coité, onde era considerado “um dos cabeças do quilombo” ali localizado.¹⁰⁴

O depoimento de Limôa revelou o quanto o quilombo localizado nas matas do engenho São José era importante para os outros redutos de escravos fugidos da região. Os *negros dos matos* ali arranchados conheciam como ninguém a geografia física da região, sabiam seus esconderijos, caminhos e atalhos que levavam a outros quilombos ou a localidades onde poderiam aguardar ocultos e protegidos os términos das atividades policiais.

A apreensão do escravo fugido Domingos nos permite vislumbrar mais algumas características do quilombo do São José. Filho de Thimoteo, crioulo forro residente na província de Minas Gerais, e da escrava Lucinda, crioula residente em Maruim, Domingos tinha apenas 18 anos de idade quando foi capturado. Estava fugido “desde o dia de São Pedro” da casa do seu senhor, o Barão de Japarutuba, por conta de os feitores terem ali o costume de castigarem “os escravos sem razão”. Segundo ele, saiu primeiramente “sem destino algum” até se deparar com “um preto de nome Januário” que se encontrava também fugido e que se ofereceu para “levá-

¹⁰² Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871, APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 176.

¹⁰³ Ofício do delegado de polícia da cidade de Laranjeiras ao chefe de polícia de Sergipe, em 17 de fevereiro de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 705.

¹⁰⁴ Ofício do delegado de polícia de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, em 27 de abril de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 178.

lo para as matas do São José”. Ali encontrou “mais de um rancho”, ficando ele alojado em um que “era governado” pelo escravo Agostinho.¹⁰⁵

Conviveu no rancho com mais sete negros fugidos, não indo muito aos “outros ranchos” e não entretendo “maiores relações” com os demais escravos por suspeitarem “que ele não era um escravo fugido”, e sim um “espia”. Suspeita esta que fez com que os escravos o expulsassem do quilombo, não sabendo ele precisar ou especificar quem eram estes porque tinham ali o costume de ocultar seus verdadeiros nomes. Segundo Domingos, os quilombolas se referiam uns aos outros com expressões como “mano, compadre, etc.”.¹⁰⁶

Revelou também estar presente no São José quando lá chegou a informação de que as tropas das vilas de Capela e Rosário estavam marchando em sua direção. Já sozinho, teria ele ido “para as capoeiras do engenho Bette”, onde tinha informação de que existia outro quilombo.¹⁰⁷

O depoimento de Domingos revela as dificuldades enfrentadas por um escravo recém-fugido ao ingressar em um quilombo. Certamente, os escravos do sexo masculino atraíam mais desconfianças. Autoridades contavam com os serviços sigilosos de alguns espias para efetuarem a captura de negros fujões, fazendo com que o ingresso de qualquer indivíduo nesses redutos atraísse agudas desconfianças. Estas prevenções fizeram com que os quilombolas optassem em ocultar seus nomes, evitando assim que seus captores ficassem sabendo seus paradeiros. Certamente estavam cientes de que muitos quilombolas, ao serem capturados, logo passariam por um interrogatório onde as autoridades buscariam a todo custo, fazendo muitas vezes o uso da violência, obter informações cruciais que auxiliassem em futuras diligências.

Os espias recrutados pelas autoridades militares geralmente eram indivíduos pobres, livres e que estavam em busca de alguma bonificação por tal ofício, um tanto perigoso. Acredito que o valor pago a estes indivíduos eram estabelecidos de acordo com o número de escravos alocados nos quilombos, uma remuneração que me parece ter variado entre 50\$000 e 100\$000. Ou seja, valores maiores aos que recebiam os capitães do campo como pudemos ver anteriormente. Por exemplo, no

¹⁰⁵ Auto de perguntas feitas ao escravo Domingos, em 14 de dezembro de 1871. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 178.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Ofício do 1º suplente do delegado da vila de Capela, Antonio Pereira Resende, ao chefe de polícia de Sergipe, em 6 de dezembro de 1871. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 178.

ano de 1872, um espia exigia do delegado de Rosário pelo seu “arriscado serviço” uma gratificação de 60\$000 para “cada escravo” apreendido, quantia a ser paga pelos proprietários dos escravos ao resgatá-los na cadeia pública da vila.¹⁰⁸

Anos depois, o delegado de Capela via-se acuado devido à dificuldade de encontrar pessoas para o serviço de espia, “mesmo oferecendo a gratificação de 100\$000, uns por morarem retirados” e outros recearem não ser embolsados daquela gratificação, visto que era “o senhor dos escravos” quem lhes pagava.¹⁰⁹ Não descarto a possibilidade de entre as motivações que justificam esta recusa estar também implícita uma identificação desta gente pobre e livre, quiçá egressa do cativeiro, com a classe escrava e o movimento abolicionista.

As constantes investidas contra os mocambos localizados nas matas do São José acarretavam na migração dos seus habitantes para outras unidades quilombolas espalhadas pelo Cotinguiba. Realidade equivalente foi abordada por Eurípides Funes em “Derrotados sim, destruídos não”, terceiro capítulo da sua tese de doutoramento, ao analisar as atividades militares contra os mocambos do Trombeta e Curuá, no baixo Amazonas, e por Flávio dos Santos Gomes em *A Hidra e os Pântanos*.¹¹⁰

Analisando novas inquirições policiais, pude me cientificar acerca do paradeiro de alguns dos quilombolas que outrora estavam instalados no São José. Vejamos o quadro 2 que segue:

¹⁰⁸ No ano seguinte um ofício reservado do Palácio do Governo declarou que estava aberto um “crédito extraordinário” no valor de 200\$000 para serem gastos com “despesas secretas”, visto que a quantia de 600\$000 do corrente exercício já era “insuficiente” para dar continuidade nas capturas dos quilombolas, acusados de perturbar “a tranqüilidade dos proprietários da província”. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 3 de junho de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 174.

¹⁰⁹ Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, em 1 de setembro de 1877. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 08.

¹¹⁰ Eurípides Antônio Funes. “Derrotados sim, destruídos não”, in: *Nasci nas matas, nunca tive senhor. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. São Paulo: FFLCH; USP, Tese de doutorado, 1995, pp. 129-170; Flávio dos Santos Gomes. *A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII – XIX)*. São Paulo: UNESP: Ed. Polis, 2005.

Quadro 2 – Relação nominal dos quilombolas, seus respectivos proprietários e engenhos citados nos autos de perguntas procedidos nos escravos Maurício e Joana (1872).

Quilombo	Quilombola	Proprietário	Engenho
Facão			
	João Mulungu	n.d	Eng. Mulungu
	Antonio	n.d.	n.d
	Vicência	Dona Victorina	n.d
	Thomazia	José Suteró Sá Barreto	n.d
	Simphorosa	Dr. Leandro Maciel	n.d
	Tuneca	Dr. Leandro Maciel	n.d
	Inocência	Dr. Leandro Maciel	n.d
	Luis Biriba	n.d	Eng. Marcação
	Luiza	n.d	Eng. Jurema
	Germana	n.d.	n.d.
	Romão	n.d	Eng. Boa Hora
	Henrique	n.d	Eng. Oitocentos
	Evaristo	n.d.	Eng. Oitocentos
	Francisca	n.d.	n.d.
	Jacinto	n.d	Eng. Floresta
	Alexandre	n.d	Eng. Lagoa Real
	Benedito	n.d.	Eng. Flores
Victorina	n.d	Eng. Jordão	
Bom Jardim			
	Archangela	Dr. Leandro	n.d
	Venceslau	n.d.	Eng. Bom Jardim
	Manoel Boi	n.d.	n.d.

Fonte: Auto de perguntas feitas aos escravos Maurício e Joana em 13 de março de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 705.

Legenda: n.d. = não declarado.

O quadro acima foi confeccionado com base nas informações coletadas nos autos de perguntas procedidos em dois escravos capturados em meados de 1872 nas matas do engenho Capim-Assú, em Rosário. Se compararmos os nomes dos quilombolas citados nesses autos com os citados anteriormente pela escrava Limôa, poderemos identificar os nomes de alguns indivíduos que migravam das matas do São José para o “coito do Facão” – próximo ao engenho Jurema – e para o engenho Bom Jardim. Seriam eles: João Mulungu, Vicência, Thomazia, Inocência, Luiz, Luiza, Marcolino, Francisca e Jacinto. Já os escravos Venceslau e Archangela que outrora também estavam no São José se encontravam arranchados nas matas do Bom Jardim (Ver p. 61 e 62).

Um dos escravos interrogados chamava-se Maurício, um africano conhecido por Udô, viúvo e que aparentava ter 70 anos de idade. Fugira do próprio engenho São José havia “três para quatro anos” por conta de seu senhor ter surrado sua

mulher “sem que ela merecesse”.¹¹¹ Atento que este escravo fugido já havia sido acusado por uma escrava moradora do engenho Capim-Assú de entreter várias relações com a escravaria do seu engenho.¹¹²

A outra escrava inquirida foi Joana, também de nação africana, que aparentava ter 50 anos de idade e que se encontrava fugida do engenho Mato Grosso, propriedade de Aureliano de Lima, há “cerca de dois meses” por viver ali, segundo ela, um “cativeiro muito duro”.¹¹³

Joana também revelou que no rancho do Bom Jardim, além dos escravos citados acima, se encontrava ainda “um homem forro que se diz ser desertor” como também que “sua parceira” Marcolina havia lhe confessado que tinha “comunicação e amizade” com um homem morador nos Taboleiros, junto ao sítio Facão, o qual tinha o costume de convidar alguns escravos fugidos “em dias chuvosos” para se abrigarem em sua residência.¹¹⁴

Com o término dos interrogatórios, o escravo Maurício foi remetido até a presença do chefe de polícia na capital ficando Joana sob a tutela do delegado, pois este supunha “ainda obter dela revelações de muita importância que” poderiam lhe “servir no descobrimento de quilombos e seus protetores”.¹¹⁵

Essas alianças protecionistas dificultavam bastante as ações repressivas contras os quilombos, daí a necessidade de manter em detenção a escrava. Um anúncio publicado no *Jornal do Aracaju* de agosto de 1872 trazia a seguinte nota acerca desta realidade:

O rigor do inverno faz-los [quilombolas] procurar as proximidades dos povoados e a proteção dos parceiros dos engenhos, proteção que por muitas vezes tem burlado as diligências da polícia. [...]. É de crer que os proprietários, os mais ameaçados com as novas atitudes que vão tomando os quilombolas, se esforcem para manter nos seus engenhos severa vigilância em ordem a prevenir o perigoso conluio que ora se dá para frustrar os planos da autoridade.¹¹⁶

¹¹¹ Auto de perguntas feitas aos escravos Maurício e Joana, em 13 de março de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 705.

¹¹² Auto de perguntas feitas à escrava Florinda, em 10 de março de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 75.

¹¹³ Auto de perguntas feitas aos escravos Maurício e Joana, em 13 de março de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 705.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, em 15 de março de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 705.

¹¹⁶ “Quilombos”. *Jornal do Aracaju*. Aracaju. 10 de agosto de 1872, N° 298, p. 2.

A baixa térmica provocada pela chegada do inverno certamente agravaria a pernoite ao relento, nas matas. Daí a necessidade de contarem com as solidariedades dos “parceiros dos engenhos”, fosse na concessão de agasalho ou de um local seguro para passarem a noite .

Com as festividades de fim de ano se aproximando surgiriam rumores de que uma rebelião escrava estava sendo planejada nas matas. Segundo o subdelegado de Laranjeiras:

se não tomasse uma providência enérgica que sufoque essa onda de bandidos veremos engrossar o seu número e então será bem difícil o Governo extirpar o mal que a princípio foi consentida. Espalha-se o boato de que esses malvados pretendem fazer suas depredações em grande escala, e invadir a cidade na próxima festa, e não querendo tomar sobre mim a responsabilidade sob acontecimentos vou com bastante antecedência comunicar a V. S. para dar providências necessárias assim de atacar o lugar onde se acham homiziados e se por ventura não conseguir-se-á ao menos a sua dispersão. É uma calamidade para a província, e principalmente para a agricultura essa conservação de quilombos em diversos matos, por quanto, provocam não só a fuga dos escravos das propriedades, como animam-se a cometer assassinatos em seus senhores e administradores, sendo este o motivo mais radical dos desgraçados acontecimentos dos últimos tempos [...].¹¹⁷

Esse ofício foi dirigido ao comando militar da província. Em atendimento aos clamores ali salientados, 20 praças da Guarda Nacional marcharam no dia 13 de dezembro de 1872 até a cidade de Laranjeiras onde percorreram “as matas” dos engenhos Aroeira, Poções e Cambão: desde “as capoeiras mais francas” até “os matos mais fechados”. Nenhum escravo fugido foi capturado.¹¹⁸ No dia 23 de dezembro, os praças partiram para realizar novas batidas, agora nas matas do engenho Limeira, em Divina Pastora, regressando, porém, “sem nenhum resultado”, mesmo encontrando “muitos vestígios de ali haverem escravos homiziados”. Trinta praças da Guarda Nacional garantiram a “manutenção da ordem” naquele Natal em Laranjeiras.¹¹⁹

Eram justamente nos períodos de festividades, quando havia um relaxamento da vigilância policial, que os escravos costumavam fugir e cometer delitos.¹²⁰ Basta

¹¹⁷ Ofício do subdelegado de Laranjeiras, Hermenegildo José, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 10 de dezembro de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 375.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Ofício do subdelegado de Laranjeiras, Hermenegildo José, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 13 de dezembro de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 375.

¹²⁰ Eurípides Funes revela que no baixo Amazonas os escravos fugiam mais acentuadamente em períodos marcados por festas, cheias dos rios e do cultivo da castanha. Por exemplo, no “tempo das

lembrarmos dos depoimentos do escravo Domingos que declarou ter fugido no “dia de São Pedro” e o da escrava Limôa que havia fugido no “mês de São João”, ou seja, ambos fugiram durante um mês marcado pelos festejos juninos. Para os que já se encontravam sob esta condição, estes períodos eram propícios para se efetuar pequenos saques e furtos.

2.2 O NATAL DE JOSÉ MARUIM

Véspera de Natal do ano de 1871 na província de Sergipe Del Rey. Um grupo de 12 escravos fugidos parte de um quilombo existente nas matas do engenho Jurema aparentemente sem destino prévio. Já eram por volta das quatro horas da madrugada natalina quando os negros ultrapassaram a cancela do engenho Carregosa, localizado no município de Laranjeiras e de propriedade de João da Costa Santos.

Uma vez dentro, seguem para a senzala da escrava Damiana que ainda se achava “disposta para dormir”.¹²¹ Como o alojamento estava trancafiado, os quilombolas forçam a janela e o invadem roubando ali diversos objetos. Após o saque, saem em disparada retornando para o acampamento. Com as primeiras luzes da manhã deu-se início às buscas sob o comando do escravo Miguel – esposo da escrava Damiana e também morador da senzala saqueada. Horas depois, efetuou-se a captura de um dos quilombolas, o negro José Maruim.¹²²

Apreendido, o quilombola foi conduzido até a delegacia de Laranjeiras sendo no dia seguinte transferido até a presença do chefe de polícia, Francisco Gonçalves Martins. Na Capital, o escravo passou por um auto de perguntas e em seguida fez-se a instauração de um sumário de culpa na coletoria de Laranjeiras.¹²³

Segundo uma lista que localizei no Arquivo Público do Estado de Sergipe, documento que não está anexado ao sumário de culpa do escravo José Maruim, este depositado no Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe, pude

cheias, capinzais crescem às margens dos lagos, formando tapagens, obstruindo os igarapés que os interligam entre si e aos rios, dificultando a passagem e camuflando os ‘caminhos’”. Ver: Eurípedes Antônio Funes. *Op. cit.*, p. 65.

¹²¹ Sumário de Culpa do escravo José Maruim. AGJES. Fundo: Laranjeiras, cx. 242, fl. 30.

¹²² Idem, fl. 30. O escravo Miguel não se encontrava na senzala quando esta foi arrombada, No seu depoimento declarou que havia saído para o povoado dos Pintos.

¹²³ Idem; Ofício do delegado de Laranjeiras, Manoel Pinto Lobão, ao chefe de polícia de Sergipe, em 26 de dezembro de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 174.

constatar que foram furtadas da tal senzala cerca de 30 objetos. Dentre eles, muitas peças de roupas, um colar e um par de argolas, ambos de ouro.¹²⁴

A importância de tais objetos, para o casal detentor dos mesmos, talvez fossem além do valor monetário que eles possuíam. Estes poderiam lhe proporcionar, por exemplo, maior autonomia sobre suas vidas no cativeiro ou fizessem parte de um projeto que lhes permitiriam barganhar suas liberdades, o que justificaria à tentativa de reavê-los logo nas primeiras horas do dia. É bem possível que os quilombolas já estivessem cientes do que encontraria na senzala, daí o interesse em saquear tal alojamento e não outras repartições do engenho.

No inquérito, José Maruim revelou ser de nação africana, ter 50 anos de idade e estar fugido desde o “último inverno”. Sendo assim, é provável que também tenha se valido dos festejos juninos para se enveredar em fuga. Teria tomado esta decisão após tirar “um cesto de mandioca” das roças do seu senhor e este não só o castigar como também lhe pôr “um ferro ao pescoço”. Segundo ele, fez isto por “precisão de farinha” e “por ser muito pequena a ração que recebia”.¹²⁵

Ilustração 5 – Escravos com argolas presas ao pescoço e nos tornozelos.



Fonte: Punishments (Castigos), Ludwig & Briggs, Rio de Janeiro, 1840. Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

¹²⁴ Lista dos objetos roubados na senzala de Miguel e sua mulher do Engenho Carregosa. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 174.

¹²⁵ Sumário de Culpa do escravo José Maruim. AGJES. Fundo: Laranjeiras, cx. 242, fl. 7.

Pôr um ferro ao pescoço ou no tornozelo de um escravo era uma forma do seu senhor não só castigá-lo, mas também de constrangê-lo perante a escravaria e a sociedade. Além do mais, tal instrumento dificultava a locomoção do mesmo durante o ato da fuga como também, em alguns casos, ajudava a identificá-lo.

No depoimento de José Maruim constam dois indivíduos como sendo seus senhores, um chamado Anequim (que a promotoria identificou como Francisco Antônio de Anequim) e outro chamado Isaac. Sendo assim, apesar de nenhum escravo de nome José ter sido citado no auto de perguntas procedido na escrava Limôa, creio que José Maruim tenha sido listado com o nome trocado. Seria ele, naquela relação, o escravo de nome João, de nação africana e tendo como proprietário o capitão Isaac residente na vila de Japarutuba (Ver p. 62).

Segundo José Maruim, assim que deixou a casa do seu senhor se dirigiu “para as matas do engenho São José” onde lhe informaram que “havia quilombos”, ficando ele ali alojado no rancho em que era “dirigido” pelo escravo por alcunha Bacuraó, “não sabendo seu nome de batismo”.¹²⁶ Estas informações ratificam o que já haviam sido declarados pelos escravos Domingos e Limôa. No São José cada rancho aparentemente era “liderado”, “governado” ou “dirigido” por um escravo.

Revelou também que “ele e seus companheiros de rancho” teriam abandonado o São José após serem perseguidos por uma diligência, indo então ao engenho Jurema, onde permaneceu até ser capturado. Ao ser perguntado se, enquanto aquilombado, teria perpetrado algum tipo de crime, respondeu que “apenas pegava algumas galinhas porque não podia correr como seus companheiros”. Já estes, segundo ele, teriam sido autores de furtos de bois e cavalos. Sendo “os bois para comerem e os cavalos para montarem”, existindo no mocambo do Jurema “três cavalos para viagem”.¹²⁷

Dois meses depois, o escravo tornou a ser alvo de perguntas, onde acabou confessando que fizera parte daquele “grupo de escravos fugidos”, mas que teria ele se conservado do lado de fora da senzala “segurando os cavalos”. Este seu depoimento contrapôs o que foi dito pela escrava Damiana, que revelou ter

¹²⁶ Sumário de Culpa do escravo José Maruim. AGJES. Fundo: Laranjeiras, cx. 242, fl. 7.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁷ Ibidem.

reconhecido “perfeitamente” José Maruim e que ele era quem “conduzia de dentro” para fora da senzala os “objetos roubados”.¹²⁸

Foram intimidados para testemunhar contra o escravo seis testemunhas, dentre elas o proprietário do engenho que declarou ter assistido todo o saque da janela de sua casa e que reconheceu “entre os negros que formavam o grupo” apenas João, “escravo de João Pinheiro de Mendonça”.¹²⁹ Este escravo que João da Costa Santos fez menção era o negro João Mulungu, líder do rancho onde residiam Limôa e José Maruim no São José.

Apesar de uma das testemunhas, o senhor Lourenço José de Almeida, acrescentar mais uma queixa contra o réu (“pouco antes do Natal”, por volta das “onze horas da noite”, teria José Maruim e outros dez escravos saqueado sua casa e lhe “ferido em diferentes partes da cabeça”), o quilombola no final do processo foi absolvido por onze votos dos 12 jurados convocados para sessão. Talvez seu senhor tenha tido influência direta nesta sentença.

As fontes que permitiram narrar alguns trechos da história de vida do africano José Maruim são dois ofícios localizados no Arquivo Público do Estado de Sergipe e um sumário de culpa localizado no Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe. Neste último documento, após ser proferida a sentença o processo é dado por finalizado. A partir de então, caberiam as seguintes perguntas: teria o escravo retornado ao jugo do seu senhor e sido penalizado por fugir?; diante do possível castigo, teria tornado a fugir, indo novamente ao encontro dos seus companheiros de rancho?.

Enfim, são questionamentos que devem perpassar pela mente de qualquer historiador/pesquisador que se envolve diretamente com os sujeitos históricos alvos de sua pesquisa e que simplesmente somem de nossas vistas diante da leitura da última linha do manuscrito. Contudo, como uma boa surpresa, este pesquisador acabou se deparando novamente com o nome de José Maruim entre as folhas policiais. Ele acabava de ser (re)capturado na vila de Santa Rosa enquanto furtava galinhas de um engenho. Apreendido, foi conduzido até a delegacia de Divina Pastora onde passaria pelo provável terceiro interrogatório policial de sua vida.¹³⁰

¹²⁸ Sumário de Culpa do escravo José Maruim. AGJES. Fundo: Laranjeiras, cx. 242, fl. 32.

¹²⁹ Idem, fl. 18.

¹³⁰ Ofício do delegado de Divina Pastora, Jeremias Roberto de Carvalho, ao chefe de polícia de Sergipe, em 26 de março de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

Era o mês de março de 1873, ou seja, havia se passado mais de um ano desde aquele Natal de 1871. Muita coisa no âmbito militar havia mudado, as autoridades sergipanas estavam mais experientes, conheciam os nomes dos principais líderes quilombolas e dedicavam-se acirradamente para efetuarem suas capturas. Também muita coisa havia mudado na vida do escravo José Maruim, que há seis meses havia sido vendido para um senhor chamado José Barreto do Bonfim, dono do engenho Carvão, em Itabaiana.

Com isso, deixara a principal área açucareira da província para residir na região agreste, onde a cultura algodoeira era predominante. No auto de perguntas procedido pelo delegado Jeremias Roberto, José Maruim declarou que não era um escravo fugido, confessou já ter estado sob esta condição, mas, segundo ele, apenas estava dirigindo-se até um engenho próximo da sua nova residência quando resolveu realizar o saque pelo qual foi surpreendido e apreendido.

É difícil termos ciência da veracidade, ou não, de seus relatos. O fato é que esse negro era um indivíduo experiente que já havia passado por um processo do qual quase foi condenado. Talvez durante este processo tivesse assimilado muitas dicas repassadas pelo seu curador de como o judiciário brasileiro se comportava diante de escravos suspeitos.

Ao ser questionado se conhecia alguns quilombolas, José declarou conhecer apenas os negros Maximiano, João Mulungu, Cornélio, Aureliano e Inocência. Com estes teria há poucos dias se encontrado pela “estrada da Canabrava”, em direção à vila de Itabaiana. Segundo ele, esses escravos vinham “corridos do lado do São Francisco” por conta de serem reconhecidos em um “batuque” em que se encontravam e por terem também, durante esta escapada, ferido mortalmente um dos indivíduos que tentaram capturá-los.¹³¹

Cinco meses depois, o tenente João Batista da Rocha, que se encontrava há mais de dois anos e alguns meses em “diligência capturando escravos fugidos”, descartou a possibilidade de estes escravos serem autores do suposto homicídio citado acima. Isto porque, segundo ele, “as autoridades das cidades, vilas e

¹³¹ Ofício do delegado de Divina Pastora, Jeremias Roberto de Carvalho, ao chefe de polícia de Sergipe, em 26 de março de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

povoados edificados na margem daquele rio” comunicariam o chefe de polícia imediatamente sobre o crime, o que não ocorreu.¹³²

Quanto à viagem que fizeram aqueles escravos para Itabaiana é verdade, e parece-me que disso fez ciente a Vossa Excelência, por me ter informado o meu espia; porém chegando lá os ditos escravos não acharam cômodo, e regressaram logo para os matos do engenho Areia Branca termo de Divina Pastora e dali resolveram-se a fazerem residência na margem do Vasa-Barris, no lugar denominado Aldeias [...].¹³³

Como vemos, as constâncias das diligências promovidas pelas autoridades alocadas nos municípios do Vale do Cotinguiba motivou a transferência daquele grupo de quilombolas para o agreste da província, onde ficava localizada a citada vila de Itabaiana. Contudo, a impossibilidade de encontrarem pousos seguros nessa região obrigou o retorno do mesmo ao Vale.

Eram no Vale onde estavam seus amigos, seus familiares e tantos outros indivíduos que se solidarizavam e os auxiliavam na manutenção das suas liberdades, ou seja, talvez tivessem ciência de que era só ali que o “campo negro” tornava-se eficaz, solidariedade que foi salientada pelo escrivão responsável em redigir os autos do africano José Maruim. Segundo ele, esse só não revelou a localização exata dos ranchos onde seus parceiros se acoitavam em “atenção a João Mulungu”, já que o mesmo o teria libertado de um tronco no qual fora posto após ser capturado pelo proprietário do engenho Piedade.¹³⁴

O tronco era um dos instrumentos punitivos mais temidos pela classe escrava. O indivíduo que a ele fosse submetido teria seus tornozelos presos em dois justos orifícios que impediam a passagem dos seus pés. Houve casos em que os escravos ficaram presos também pelos pulsos, o que acarretava uma posição extremamente desconfortável, dificultando, assim, a passagem do ar até os

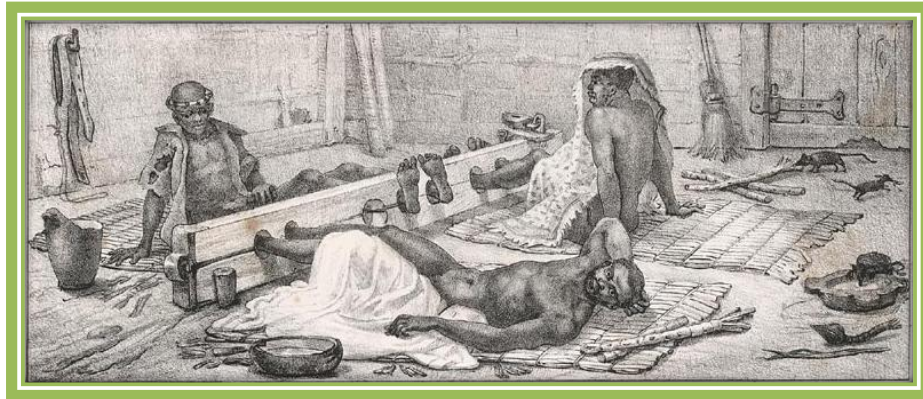
¹³² Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 7 de agosto de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 393.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Ofício do delegado de Divina Pastora, Jeremias Roberto de Carvalho, ao chefe de polícia de Sergipe, em 26 de março de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298. Analisando os dois “autos de perguntas” procedidos no escravo José Maruim, é possível que ele talvez tenha sido também solidário a outro companheiro de rancho: o negro Maximiano. Este último aparece no primeiro “auto” pela alcunha de Bacuraó, já que José Maruim negou conhecer seu verdadeiro nome de batismo (Ver p. 77).

pulmões.¹³⁵ Ver-se livre deste sofrimento, talvez justificasse a opção corajosa adotado por José Maruim.

Ilustração 6 – Escravos presos ao tronco.



Fonte: Nêgres Ao Tronco, J. B. Debret, 1835. Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

Dando por findo o interrogatório, José Maruim foi remetido à cadeia da capital onde ficou à disposição do chefe de polícia Manoel José Espínola, provavelmente sendo solto em seguida. A história deste escravo sugere a experiência vivenciada por milhares de escravos quilombolas brasileiros. Como o africano José, muitos escravos devem ter ouvido muitas histórias, romantizadas talvez, de negros que viviam harmoniosamente em quilombos a algumas léguas do seu cativo. Bastava a ameaça ou a efetivação de um castigo mais austero para que estes indivíduos resolvessem adentrar as matas em busca destes redutos. Uma vez lá, quilombola, uma liberdade alternativa estava em curso, e conservá-la era primordial. Mas nem sempre era possível manter-se livre das garras da polícia. José Maruim fugira por três vezes, esteve também sob o jugo de três senhores, e provavelmente, suas vendas foram motivadas devido a sua propensão a fuga.

Não é preciso lembrar como essas trocas senhoriais poderiam ser traumáticas para os escravos. Apesar disto, José Maruim continuou fiel aos seus companheiros de rancho, dentre eles, um em especial: o negro João Mulungu. É sobre as vivências deste escravo e de outros líderes quilombolas que pretendo discorrer no capítulo seguinte.

¹³⁵ Sharyse Amaral analisa em seu estudo o caso de um escravo fugido que, após ser capturado, chegou a falecer depois de ficar, pelo espaço de dez dias, preso a um tronco pelas as duas mãos e um dos pés, sendo o outro pé preso a uma corrente. Ver: Sharyse Piroupo do Amaral. *Op. cit.*, p. 96.

CAPÍTULO 3 NO ENCALÇO DE MULUNGU E SEUS PARCEIROS

No capítulo anterior, pudemos vislumbrar a localização e os nomes de algumas comunidades quilombolas espalhadas pelo Vale do Cotinguiba e de como as dificuldades em destroçá-las eram oriundas, dentre outras razões, devido às comunicações entretidas entres os escravos das senzalas e os fugidos. Vimos também que as investidas militares contra os mocambos do engenho São José ocasionou uma dispersão demográfica dos quilombolas ali alojados para outras unidades.

O quilombo localizado nas matas do engenho Limeira, em Divina Pastora, por exemplo, recebeu parte dessa população. Inclusive o negro João Mulungu, que outrora liderava cerca de 20 escravos no São José e que, nesse novo coito, juntamente com o africano Venceslau, continuaria a reinar sob um “grande número de escravos fugidos”.¹³⁶

Atento que as fontes que assinalam a presença de escravos fugidos nas matas desses dois engenhos possuem datações equivalentes. Isto significa dizer que o quilombo do Limeira não foi erguido após as batidas no São José, talvez ambos fossem compostos por membros de uma mesma comunidade de fugitivos. Já o fato de João Mulungu ser apontado, no ano de 1872, como um dos líderes do quilombo do Limeira é um forte indicativo de que sua figura era bastante respeitada entre os fugidos. Realidade esta que acarretaria em um maior empenho da polícia sergipana não só em capturá-lo como também todos aqueles que o acompanham, seus parceiros. Ao longo deste capítulo, abordarei as vivências de um grupo de quilombolas específico: aqueles que conviveram com o negro João Mulungu. É através das suas experiências e das suas histórias que darei continuidade a analisar algumas características dos quilombos de Sergipe Del Rey do século XIX.

3.1 OS PARCEIROS

Foi a suspeita de entreter “relações ilícitas” com o negro João Mulungu que fez com que a escrava Ana Rita fosse conduzida até a residência de João Batista da Rocha Banha, delegado de polícia da vila de Divina Pastora. Crioula, aparentando

¹³⁶ Auto de perguntas feitas ao escravo Francisco, em 22 de dezembro de 1872. APES. Fundo: SP1, pacotilha: 178.

ter 35 anos de idade, Ana revelou no inquérito ser casada e viver do ofício da lavoura nas terras do engenho Tábua, propriedade do seu senhor Francisco Lucino do Prado.

Mesmo casada, teria ela se relacionado com o quilombola João Mulungu por duas vezes em um “lugar denominado Monte Santo” e, outras vezes, nos pastos do engenho Limeira. Sendo inquirida acerca de uma suposta omissão por parte do comandante superior João Maria de Araújo Nabuco, proprietário do dito engenho, ou seja, se ele “consentia em seu engenho a reunião de quilombolas”, Ana Rita revelou que havia feito “esta mesma pergunta aos escravos fugidos” e que estes haviam lhe respondido que ele “não se importava”.¹³⁷

Eis mais um proprietário de engenho suspeito de ser omisso no combate aos redutos quilombolas da província. Convém salientar que dois dos mais temidos quilombos do Cotinguiba – São José e Limeira – contavam com uma possível omissão, apontada sempre como criminosa pelas autoridades militares, dos proprietários das terras onde foram erguidos.

Existiam no rancho do Limeira homens suficientes para “moer um engenho”. Estes “passavam dia de domingo” em um lugar chamado “Mangueira”, também no Limeira, e, ao anoitecer, migravam prontamente “para as senzalas e para o corpo do engenho”.¹³⁸ Certamente, estes escravos estavam cientes de que muitas das diligências empreendidas pela polícia sergipana eram realizadas sob as trevas da noite. Para contrariá-las, além da possível omissão senhorial contavam também com o apoio de alguns escravos do Limeira.

O delegado também questionou a escrava sobre supostos presentes que ela houvera de ter recebido de João Mulungu e da provável presença deste pelas terras do engenho Tábua, onde ela residia. Em resposta, Ana Rita declarou que nunca fora visitada por este quilombola em sua residência e que ele, certa feita, teria lhe presenteado com uma “quantia de cinco mil réis”.¹³⁹

Durante a leitura dos *autos*, fica notório que as respostas da escrava inquirida estão em total consonância com as indagações realizadas pela parte inquiridora. É

¹³⁷ Auto de perguntas feitas à escrava Ana Rita, em 3 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 373.

¹³⁸ Idem. O dia dominical era considerado dia de descanso para os escravos. Muitos aproveitavam este dia para se dedicar ao trato de suas roças particulares ou iam vender seus quitutes, no caso das escravas, pela vizinhança. Outros, como os quilombolas e os assenzalados do Limeira, se reuniam em um local próximo ao engenho e compartilhavam histórias e brincadeiras em comum, um dia certamente esperado após as atividades fáticas do eito.

¹³⁹ Idem.

bem provável que João Batista já fosse sabedor de todas aquelas informações, buscava apenas a culpabilidade da escrava e a do comandante João Maria, proprietário do engenho Limeira. Conseguiu ambas!

Dando continuidade às suas pesquisas, no dia seguinte ao inquérito realizado em Ana Rita o delegado fez chegar a sua presença a negra Vicência, escrava de uma senhora chamada Victorina, dona do engenho Mata, do termo de Itabaiana.¹⁴⁰

Filha de Germana, nagô, e do escravo Felipe, crioulo, viúva e aparentando ter pouco mais de 38 anos, Vicência já havia estado durante quatro anos sob a condição de fugida. Mas há exatos cinco meses estava sob a tutela do proprietário do engenho Bette. Segundo ela, tê-lo-ia procurado para apadrinhá-la e auxiliá-la no retorno ao cativeiro por ele ser filho da sua senhora.

Em outras fontes, pude me cientificar acerca de alguns pousos de Vicência enquanto fugida. Em meados de 1871, por exemplo, Vicência fora apontada como quilombola residente nas matas do engenho São José. Já no depoimento dos escravos Maurício e Joana, de março de 1872, a dita escrava foi listada entre os 18 escravos fugidos que se acreditava estarem arranchados nas matas do engenho Jurema (Ver respectivamente p. 62 e 71).

Sua ida até a residência do delegado de Divina Pastora se constituía em mais uma tentativa de averiguar denúncias de indivíduos supostamente homiziados com os *negros dos matos*, principalmente àqueles ligados ao grupo dirigido pelo negro Mulungu. Neste sentido, foi-lhe questionada a quem pertencia um cinto de cipó e “uma porção de roupa” que foi encontrada em uma caixa de madeira dentro de sua senzala. Vicência respondeu “que pertencia ao escravo fugido João Mulungu” e que este havia lhe presenteado “quando ela se achava fugida”.¹⁴¹

Dentro de sua senzala também foram descobertos cetins escondidos embaixo de uma cama que ela declarou ser de propriedade de outro escravo fugido, chamado Maximiano, e que este lhe havia dado “para guardar dias antes do Natal”.¹⁴² Talvez este escravo acreditasse que os tecidos estariam mais seguros sob a posse de uma velha amiga de rancho. Poderia, assim, reavê-los quando lhe conviesse e utilizá-los como moeda em troca de proteção, por exemplo, ou para presentear algum ente querido.

¹⁴⁰ Auto de perguntas feitas à escrava Vicência, em 4 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 373.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

Vicência confirmou conhecer muitos quilombolas e que toda sua comunicação entretida com eles era feita em um lugar chamado Mangueira, no engenho Limeira. Atento que este mesmo lugar foi citado pela escrava Ana Rita como ponto de encontro dos escravos aos domingos. Segundo a inquirida, a Mangueira era “uma fonte” que os fugidos utilizavam como “casa de banho”.¹⁴³

Provavelmente a Mangueira era não só um ponto de esconderijo, mas também um espaço social onde se reuniam aos domingos escravos fugidos e assenzalados. Ali poderiam confraternizar novas experiências e reencontrar antigos parceiros e familiares. Por exemplo, era nesse local que Vicência se reencontrava com antigos parceiros de coito. Outra questão muito interessante é que a senhora de Vicência residia na vila de Itabaiana, área agreste da província. No entanto, ela se encontrava trabalhando no engenho Bette, propriedade do filho da sua senhora, no Cotinguiba, onde desde o ano de 1871 têm-se notícias de quilombos existentes em suas matas.¹⁴⁴ Não descarto a possibilidade de Vicência ter optado em buscar o apadrinhamento do filho de sua senhora por acreditar ser mais útil aos seus parceiros estando alojada em uma senzala próxima aos seus esconderijos, onde poderia estar mais bem informada acerca das atitudes tomadas pelo poder público para capturá-los.

O alferes João Batista insistiu questionando-a se era verdade que os quilombolas dormiam dentro do engenho Limeira. Vicência respondeu que lhe constava que durante a noite estes se refugiavam “em um mato junto a cerca do pasto”.¹⁴⁵ Sua resposta não ratificou, mas também não negou o que havia sido relatado no depoimento da escrava Ana Rita.

Logo depois, Vicência confirmou as suspeitas levantadas pelo delegado de que uma “mulher forra de nome Maria tinha relações ilícitas com alguns escravos fugidos”. Segundo ela, esta era amásia do quilombola Mathias. Confessou ainda que, certa feita, teria ido tirar “satisfações” com a escrava Ana Rita por conta da relação que entretinha com o negro Mulungu.¹⁴⁶ Percebe-se então que Vicência e

¹⁴³ Auto de perguntas feitas à escrava Vicência, em 4 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 373.

¹⁴⁴ Nesse ano, o escravo fugido Domingos, que então residia no quilombo do São José, ao tomar ciência de que uma diligência estava marchando em suas direções, partiu previamente para as matas do engenho Bette onde, segundo ele, haveria outro quilombo (Ver p. 70).

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

Ana Rita, a primeira viúva e a segunda casada, disputavam aparentemente a atenção de um mesmo homem: o quilombola João Mulungu.

Antes que desse por findo o interrogatório, Vicência revelou também que um indivíduo de nome Batalha, “morador no distrito da vila de Rosário do Catete”, andava sempre “acompanhado do escravo fugido Venceslau”. Este homem não só observava “o movimento das tropas para comunicar aos quilombolas” como os abasteciam de alimentos, “munição para as armas” e “diariamente se achava em reuniões com os quilombolas em seus aposentos”.¹⁴⁷

O africano Venceslau é o mesmo que dirigia com João Mulungu os quilombolas instalados nas terras do Limeira. Escravo fugido do engenho Bom Jardim, localizado na vila de Rosário do Catete, Venceslau aparece pela primeira vez neste trabalho como sendo um dos 20 negros fugidos residentes nas matas do engenho São José, em 1871 (Ver p. 61). Creio que ele também fizera parte do grupo de quilombolas que saqueou na noite de Natal deste ano uma das senzalas do engenho Carregosa, em Laranjeiras (Ver p. 74).

No ano seguinte, ele foi acusado pelos escravos Maurício e Joana como sendo integrante de um quilombo existente nas matas do engenho Bom Jardim (Ver p. 71), justamente a mesma propriedade de onde havia fugido. Quando seu companheiro José Leocádio – considerado um chefe de um quilombo localizado próximo ao engenho Coité (Rosário do Catete) – foi capturado em abril de 1872, incumbiu-se-lhe a autoria de um roubo.¹⁴⁸

Seguramente era um quilombola experiente e, assim como João Mulungu, um alvo importante das diligências policiais que percorriam as matas do Cotinguiba. Quando Venceslau foi avistado na manhã do dia 20 de janeiro de 1873, em companhia do quilombola Rufino, escravo fugido do engenho Coité, dentro da casa de uma preta africana chamada Izabel, moradora na Patioba (Japaratuba), alguns paisanos tentaram efetuar sua captura. Seis indivíduos se dirigiram até a casa da dita africana, mas, antes que efetuassem a prisão, tanto Rufino como Venceslau “puderam evadir-se disparando sobre o cerco suas pistolas”. Uma das balas disparadas por Venceslau atingiu o “braço de Serafim José dos Anjos”. Este, após a peleja, foi conduzido em uma rede até a casa de moradia do primeiro suplente do

¹⁴⁷ Auto de perguntas feitas à escrava Vicência, em 4 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP1, pacotilha: 373.

¹⁴⁸ Auto de perguntas feita ao escravo José Leocádio, em 28 de abril de 1872. APES. Fundo: SP1, pacotilha: 178.

juiz municipal do termo de Rosário, onde foi feito o corpo de delito e deu-se início ao inquérito policial.¹⁴⁹

A presença de Venceslau dentro da residência de Izabel talvez se configurasse em uma aliança que teve sua gênese na equivalência étnica de ambos. Relação que poderia ser substancialmente fortalecida também devido às suas experiências de vidas.

Estudando as alianças entretidas entre africanos na Bahia do século XIX, Maria Inês Côrtes de Oliveira atenta que

nas relações sociais desenvolvidas no interior da comunidade africana, sempre esteve presente a preocupação com o fortalecimento dos “laços de nação” ou de sua reconstrução a partir de elementos comuns à identidade dos grupos. Para tanto os africanos buscava, preservar os vínculos familiares, quando existentes, ou construir novos, reais ou simbólicos, selecionando cônjuges ou parceiros(as) africanos(as), preferencialmente da mesma origem étnica [...].¹⁵⁰

Em Sergipe, a possibilidade de africanos da mesma nação ratificar estes laços era bem maior do que em Salvador, onde a diversidade étnica dos escravos estrangeiros era bem mais acentuada.¹⁵¹

Pouco mais de um mês, após escaparem daquele cerco, Venceslau e Rufino foram acusados de serem autores de uma tentativa de assassinato em um senhor chamado Luiz França Oliveira que ia “no caminho do engenho Macambira” em direção ao “povoado do Rancho”. Este ato teria sido uma espécie de acerto de contas com um dos indivíduos que haviam participado do cerco à casa da africana Izabel. Contudo, haviam acometido a pessoa errada. Procuravam um “Francisco de tal” e feriram um Luiz.¹⁵² Segundo o delegado de Japarutuba,

Estes escravos [Venceslau e Rufino], e outros quilombolas, tem se constituído o terror do povo, e estão tão ousados que tem já sido vistos nos fundos das casas desta vila, e um deles já por duas vezes tem ido a casa do escrivão de órfãos que mora em um sítio próximo

¹⁴⁹ Ofício do delegado de polícia da vila de Japarutuba, o senhor Antonio Luiz Rolemberg da Cruz, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 31 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

¹⁵⁰ Maria Inês Côrtes de Oliveira. “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”, *Revista USP*, São Paulo, nº 28, dez/fev 1995/1996, p. 193.

¹⁵¹ Ver, por exemplo: João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003; Wilson Roberto de Mattos. *Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888)*. Salvador: EDUNEB, 2008.

¹⁵² Ofício do delegado de polícia da vila de Japarutuba, o senhor Antonio Luiz Rolemberg da Cruz, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 04 de março de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 119.

a Vila, em hora em que este está na rua, pedir água para beber, e indagou da mulher do mesmo escrivão pelo marido da moça que esteve no Capim-Assú, que é o Capitão Ramiro Gonçalves Valença, cunhado do dito escrivão, e se o homem que levou o tiro no sítio Patioba morreu, ou não. Recebendo a comunicação deste fato, tenho mandado colocar duas praças na casa do dito escrivão para prender o escravo quilombola; mas infelizmente não ter aparecido esta semana talvez por ter presenciado a estada dos soldados na casa do mencionado escrivão [Sic.].¹⁵³

O capitão Ramiro Gonçalves havia sido um forte auxiliar das tropas militares no combate aos quilombos existentes nas matas da vila de Rosário do Catete enquanto “esteve na administração do engenho Capim-Assú”. Por esta razão, segundo o delegado, teria caído “no ódio dos mesmos quilombolas”, que indagavam “por sua moradia para tirarem talvez um *veredicto* contra ele”.¹⁵⁴

Para evitar a reprodução de “maiores desgraças”, o delegado solicitou que se conservasse naquela vila um destacamento de “pelo menos 20 praças e um oficial para as diligencias precisas”, já que os escravos fugidos diziam abertamente que iam se “vingar de todas as pessoas” que os perseguiram e os espivavam.¹⁵⁵

Uma carta escrita por José Bernardino Dias e dirigida à delegacia da vila do Rosário do Catete, em 9 de março de 1873, traria informações mais minuciosas acerca da tentativa de acerto de contas dos escravos contra um dos indivíduos que haviam tentado capturá-los na Patioba. Os quilombolas teriam reconhecido o engano no ato do espancamento, largaram então o tal Luiz no chão ferido e “saíram às carreiras atrás do que eles desejavam matar”. O verdadeiro alvo escapou “por estar junto ao engenho Macambira”, onde se refugiou. Frustrada a perseguição, teriam retornado por volta das sete horas da noite por aquelas bandas, mas foram afugentados por um aglomerado de pessoas que havia se reunido para os prenderem. Ainda antes de partir, Rufino e Venceslau dispararam dois tiros contra aquela gente, mas ninguém fora ferido.¹⁵⁶

Segundo José Bernardino, ele

mesmo poderia prendê-los, ou matá-los pondo de emboscada onde eles passam força suficiente, se fosse autorizado a fazê-lo pelos

¹⁵³ Ofício do delegado de polícia da vila de Japaratinga, o senhor Antonio Luiz Rolemberg da Cruz, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 04 de março de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 119.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Ofício de José Bernardino Dias ao delegado de Rosário, em 8 de março de 1873 anexado ao ofício de João da Silva Mainard ao chefe de polícia de Sergipe, em 9 de março de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

meios legais; mas expor-me e depois havendo alguma morte ficar processado e caluniado por meus inimigos, para oprimir-me, não me sujeito a tal senão em última circunstância, em defesa própria. Nisto é que consiste toda dificuldade da prisão deles [Venceslau e Rufino] e não o terror que eles inspiram.¹⁵⁷

Certamente apertar o gatilho contra quilombolas não era empecilho para esses homens, donos de propriedades comumente alvos de furtos de animais. Talvez fossem os reflexos que o assassinato de um escravo poderia gerar em um novo ambiente, onde a campanha abolicionista ganhava cada vez mais força e adeptos na sociedade que brecassem os seus ímpetos. Estes clamores foram levados ao chefe de polícia da província.¹⁵⁸ Dias depois, 22 de março de 1873, João da Silva Mainard, delegado de Rosário do Catete, comunicou-lhe a captura do quilombola Venceslau. Vejamos:

Com muita satisfação que comunico a Vossa Senhoria a captura do célebre quilombola de nome Venceslau, africano, propriedade de Dona Maria Feliciano de Meneses Serra, moradora no engenho Bom Jardim deste Termo.

Este escravo era o terror da população; mil malfeitorias são lhe atribuídas, e ultimamente fez ferimentos em um homem, pelos quais estava sendo procurado. Parece que a ele era dado o comando de mais escravos fugidos, e sendo assim é de supor que seja de suma importância a diligencia praticada, e que sua prisão feita plante no seio dos quilombos o desanimo e o medo.¹⁵⁹

O africano Venceslau foi remetido imediatamente à cadeia da capital, pois o delegado tinha fortes receios de que seus parceiros de matos invadissem o quartel e o tomassem do poder público. Segundo o delegado, Venceslau havia lhe declarado que preferiria morrer a ser preso. Todas as suas respostas no auto de perguntas foram encaradas como “dadas a sangue frio, sem balbuciar”, chegando inclusive a “supor que uma vez solto” praticaria “maiores crimes”.¹⁶⁰ Infelizmente não consegui localizar o auto de perguntas procedido no dito escravo.

Cinco dias após esta captura, João da Silva fez chegar também à presença do chefe de polícia da província o senhor Manoel Joaquim Pacheco. Este era suspeito “de ser conveniente com os quilombolas, especialmente com o escravo

¹⁵⁷ Ofício de José Bernardino Dias ao delegado de Rosário, em 8 de março de 1873 anexado ao ofício de João da Silva Mainard ao chefe de polícia de Sergipe, em 9 de março de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

¹⁵⁸ Ofício do delegado de polícia de Rosário, João da Silva Mainard ao chefe de polícia de Sergipe, em 9 de março de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

¹⁵⁹ Ofício do delegado de polícia da vila do Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia da província, em 22 de março de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

¹⁶⁰ Idem.

Venceslau”.¹⁶¹ Atento que um indivíduo conhecido por Batalha, residente em Rosário, também foi acusado de andar em companhia do dito escravo e de prestar-lhes serviços “criminosos” (Ver p. 85).

Foi sob o título de “Captura Importante” que o *Jornal do Aracaju* publicou, em 30 de março de 1873, uma nota na primeira folha comemorando a captura do africano Venceslau, “um dos chefes mais temíveis dos quilombolas e contra quem” pesavam “os crimes de assassinato, roubo e outras tropelias”.¹⁶²

Exatamente um mês após sua captura, o quilombola Rufino “procurou a casa do seu senhor”. Segundo o tenente João Batista da Rocha Banha, esse negro

vendo-se perseguido por muitas diligências resolveu vim pra casa de seu senhor aonde se acha há dias; não se tem procedido contra ele porque o senhor acha-se em perigo de vida, e receia-se que com alguma intimação que receber para entregar o escravo, perigue e morra.¹⁶³

Não podemos justificar sua “rendição” apenas como conseqüência “dos constantes cercos em que” esse escravo se viu diante “as diligencias procedidas pelo tenente João Batista da Rocha”,¹⁶⁴ mas é provável que essa também tenha sido motivada pela ausência que seu parceiro Venceslau fez na árdua vida pelas matas do Cotinguiba.

No dia 12 de agosto de 1873, Venceslau foi conduzido até a capital da província após receber condenação do júri da vila de Japarutuba e Rosário. Fora sentenciado a receber 200 açoites e a carregar pelo espaço de um ano um ferro preso ao seu pescoço. Sua senhora, dona Maria Feliciano, “receosa que ele pudesse evadir-se” e assim continuar “a prosseguir na manha dos seus atentados”, solicitou que, após o cumprimento da pena, o escravo fosse embarcado imediatamente para o sul do Império. Faria isto “pelo bem da ordem” e do “sossego público” na província de Sergipe Del Rey.¹⁶⁵

Não consegui detectar se o temido escravo após cumprir sua pena foi embarcado para o sul do Império. Acredito que sim, pois após o cumprimento da sentença nada impediria que a proprietária pudesse realizar o seu intento. Sendo

¹⁶¹ Ofício do delegado de policia da vila do Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia da província, em 22 de março de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

¹⁶² Captura Importante. *Jornal do Aracaju*. 30 de março de 1873, N° 364, p. 1.

¹⁶³ Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 10 de abril de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 393.

¹⁶⁴ Quilombolas. *Jornal do Aracaju*. 23 de abril de 1873, N° 370, p. 3.

¹⁶⁵ Ofício do 1° suplente do delegado da vila do Rosário, Ignácio Pascoal Bastos, ao chefe de polícia da província, em 12 de agosto de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha 456.

assim, é muito provável que o africano Venceslau tenha entrado mais uma vez em uma embarcação para ser comercializado desta vez no sul do Império do Brasil.

Enquanto tentava-se empreender a captura do negro Venceslau em Rosário, o delegado de Divina Pastora continuava a interrogar pessoas suspeitas de terem “coloio” com João Mulungu e seus parceiros. Para tanto, fez chegar a sua presença a forra Maria – àquela apontada pela escrava Vicência como amásia do quilombola Mathias (Ver p. 84). Maria, que vivia de suas costuras, confirmou o romance com o dito escravo fugido, do qual havia recebido uma “quantia de cinco mil réis”. Disse também que na noite de Natal do ano de 1872, ela e a escrava Ana Rita haviam se dirigido ao engenho Dingui onde se “encontraram com os escravos fugidos de nome Marcolino, Nabuco, João Mulungu” e Maximiano. Com eles “divertiu-se toda a noite”, retornando no dia seguinte pela tarde ao engenho Tábua na garupa do cavalo do escravo Mathias enquanto que a escrava Ana Rita veio “na garupa do cavalo em que vinha o escravo Marcolino”.¹⁶⁶

Esta parte do depoimento é sublime. Revela um grupo de escravos fugidos a “batucar” durante os festejos natalinos. Àqueles festejos, juntaram-se duas supostas amigas de condições distintas, uma forra e uma escrava, ambas naturais e moradoras do mesmo engenho. Ali se divertiram a noite toda, retornando no dia seguinte às suas moradias percorrendo grande distância na garupa de cavalos sem ao menos serem incomodadas por alguma patrulha policial.

O relato acima é umas das poucas referências que consegui coletar acerca de manifestações culturais entretidas entre quilombolas. Adentrar neste cotidiano é um tanto complicado, principalmente pela ausência de relatos mais concisos sobre estes eventos. No entanto, vê-se que, diferente do que ocorrera no Natal de 1871 (Ver p. 77), João Mulungu celebrou essa data, no ano seguinte, em uma divertida roda de batuque.

Alguns historiadores puderam contar, por exemplo, na tentativa de recompor traços das manifestações culturais de algumas comunidades negras com valiosos textos de viajantes. Os escritos do príncipe de Habsburgo, que esteve em viagem pela ilha de Itaparica em meados do século XIX, foram preponderantes para que o historiador Wellington Castellucci Júnior vislumbrasse cenas da vida cultural e

¹⁶⁶ Ofício do 1º suplente do delegado da vila do Rosário, Ignácio Pascoal Bastos, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 12 de agosto de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha 456.

material de um grupo de escravos fugidos e libertos que ali residiam.¹⁶⁷ Já os relatos do casal Codreau, franceses pesquisadores que conviveram na virada do século XIX para o XX com os mocambeiros da Amazônia, foram preponderantes para que o historiador Eurípedes Funes adentrasse no cotidiano cultural daquelas comunidades.¹⁶⁸

Para Sergipe, a documentação coletada nesta pesquisa permite vislumbrar algumas manifestações culturais que contaram com a presença de quilombolas. No ano de 1876, por exemplo, “um grande batuque” por ocasião de um casamento no engenho Aroeiras, em Laranjeiras, onde deviam “comparecer alguns quilombolas”, foi interrompido devido ao ataque surpresa de uma diligência policial. No ataque, a tropa capitaneada por João Batista da Rocha Banha pôde lograr a captura de um importante quilombola, o negro Laureano, parceiro de João Mulungu.¹⁶⁹

A proximidade entre os ranchos e as senzalas provavelmente foi um fator preponderante para a ascensão de manifestações culturais entre os grupos ali residentes. Com isto, não quero dizer que inexistiram eventos cultuados exclusivamente por quilombolas, mas sim que não disponho de material empírico que me permitam narrá-los e analisá-los.

No tocante à estrutura física erigida pelos quilombolas nas matas do Vale do Cotinguiba, não há também relatos mais concisos. Consegui coletar apenas um breve comentário, de autoria de João Batista da Rocha Banha. Vejamos: “Casa tapada toda de palha é fácilimo qualquer pessoa sendo atacada pelo porta da rua, evadir-se não só pelos fundos como pelos lados [...]”.¹⁷⁰

O material utilizado para a confecção dos mocambos era facilmente encontrado na vegetação atlântica do Vale. Já o fato de a “casa” não propiciar grandes obstáculos ao escravo que, em ato desesperado de fuga, buscasse transpor suas paredes, deve ser encarado como mais uma estratégia dos quilombolas para escaparem das atividades policiais.

¹⁶⁷ Wellington Castellucci Júnior. “Resistência escrava, cotidiano de libertos e vida material no Recôncavo (Bahia, 1830-1850), in *Sinais – Revista Eletrônica – Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, edição n.05, v.1, Set. 2009. pp.192-214.

¹⁶⁸ Eurípedes Antônio Funes. *Op. cit.*

¹⁶⁹ Ofício do capitão João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 13 de junho de 1876. APES. Fundo: AG¹, pacotilha: 04. Apud: Jucilene Pereira dos Santos, “Delitos dos escravos em Divina Pastora”. Monografia em História, UFS, São Cristóvão, 1998, p. 64.

¹⁷⁰ Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 4 de setembro de 1873. APES. Fundo: SP1, pacotilha: 393.

Quase todos os escravos inquiridos apontavam as matas do engenho Limeira como grande foco de pouso quilombola. Em dois depoimentos foram citados os nomes de alguns escravos fugidos ali alojados. Vejamos:

Quadro 3 – Relação nominal dos quilombolas citados nos autos de perguntas procedidos nas escravas Vivência e Isabel.

Nomes	Condição	Coito	Engenho
Antonio	Cativa	Mangueira ou Conto	Limeira
João Mulungu	“		
Marcolino	“		
Jacinto	“		
Joaquim	“		
Antonio	“		
Venceslau	“		
Feliz	“		
Mathias	“		
Inocência	“		
Conceição	Forra		
Ignez	n.d.		
Belmira	Cativa		
Francisca	“		
Maximiano	“		
José	“		
Guilherme	“		
Carlota	“		

Fonte: Auto de perguntas feitas à escrava Vicência, em 4 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 373; Auto de perguntas feitas à escrava Isabel, em 7 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

Legenda: n.d. = não declarado.

Muitos destes nomes já apareceram ao longo deste trabalho como possíveis moradores de outros arranchamentos quilombolas. Por exemplo, em meados de 1871, oito destes indivíduos estavam residindo em um quilombo localizado nas matas do engenho São José, em Rosário do Catete. Seriam eles: João Mulungu, Marcolino, Jacinto, Venceslau, Inocência, Francisca, Maximiano e Guilherme. Provavelmente, esta pequena comunidade migrou para estas terras após uma perseguição policial, realidade esta que foi descrita pela escrava Limôa no capítulo anterior.¹⁷¹ Residia também no Limeira uma forra chamada Conceição.

Segundo João Batista da Rocha Banha, militar recrutado pelo chefe de polícia da província para “dar caça aos quilombolas” que infestavam as matas do termo de Divina Pastora, os escravos “acoitados nos matos do engenho Limeira” estavam ali

¹⁷¹ Comparei aqui todos os nomes dos escravos citados no depoimento da escrava Limôa com os nomes cedidos pelas escravas Vicência e Isabel. Os nomes que se repetiram foram os abordados acima. Ver: auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 3 de novembro de 1871. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 176.

residindo “com pleno conhecimento” do proprietário, o coronel João Maria de Araújo Nabuco.¹⁷² Mas, de acordo com ele, o consentimento criminoso do proprietário do engenho Limeira ainda não era o maior “obstáculo” enfrentado na sua árdua tarefa de extirpar os quilombos daquela vila. O juiz municipal ali alocado vinha “servindo de grande obstáculo à realização dos planos policiais contra os quilombolas”. Assim, ele explicava esta realidade:

Quando tive de fazer uma importante diligência no engenho Limeira e que as praças ainda não estavam aqui para não haver suspeitas, o único homem que soube do segredo foi o senhor Dr. Juiz Municipal e quando lá cheguei os quilombolas tinham a pouco tempo mudado de coito, e como o Dr. Juiz Municipal tem demonstrando por atos irrecusáveis que qualquer ato que diga respeito à família do Coronel João Maria de Araújo Nabuco são como se fossem feitas a sua própria pessoa, sou obrigado a crer que o mesmo Doutor foi a causa da frustração da diligência.¹⁷³

Como vemos, uma das estratégias utilizadas pela polícia para surpreender os escravos fugidos ainda nos quilombos era minimizar, ao máximo, o tempo ócio das tropas que migrariam até as matas. Tais tropas, ao atenderem os chamados das delegacias municipais, deveriam, prontamente, se apresentar e iniciar suas atividades de buscas.

Mas este plano, traçado por João Batista, foi frustrado devido a um suposto apoio que Jesuino José, dito juiz municipal, vinha prestando ao proprietário do engenho Limeira. Concomitantemente, de acordo com a denúncia, esta proteção alcançava os quilombolas ali arranchados.

Certamente era uma denúncia muito grave. Para ratificar a veracidade das suas falas, o alferes João Batista lembrou ainda que em uma diligência coordenada por ele no final do ano de 1872, da qual saíra mortalmente ferido um dos escravos quilombolas que resistira à voz de prisão, o juiz municipal ao tomar ciência deste fato havia declarado “publicamente” que iria processá-lo juntamente com o soldado que disparou o tiro no escravo “por crime de homicídio”. Segundo o delegado, tomaria esta decisão só porque tal peleja havia se dado “nos matos anexos ao engenho Limeira”.¹⁷⁴

Neste estado de coisas ponho nas sabias mãos de Vossa Excelência todos os elementos para decidir uma questão tão grave, resolvendo

¹⁷² Ofício do delegado de Divina Pastora, João Batista da Rocha, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 10 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Ofício do delegado de Divina Pastora, João Batista da Rocha, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 10 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

se eu devo continuar no exercício de que ocupo, e neste caso dar providências para desaparecer este obstáculo insuperável para mim ou se devo retirar-me e então Vossa Excelência se dignara dispensar-me do cargo que exerço.¹⁷⁵

Acima consta o pedido de dispensa apresentado ao chefe de polícia da província por João Batista caso o mesmo não fizesse desaparecer aquele “obstáculo insuperável”. Suas denúncias revelavam posturas inadequadas de um indivíduo membro do poder judiciário. Em nenhum momento foram citados quais os interesses do senhor Jesuino José por trás de tais atos. O fato é que suas atitudes, segundo João Batista, estavam dificultando bastante as ações repressivas contra os quilombos daquela vila.

Sete dias depois, João Batista tornou a oficial o chefe de polícia acerca dos obstáculos promovidos pelo juiz municipal da vila de Divina Pastora. O tom e o conteúdo do seu novo ofício foram ainda mais contundentes. Vejamos:

Quando fui encarregado por Vossa Excelência da espinhosa tarefa de dar caça aos quilombolas pensei que a única dificuldade que eu tinha a vencer era o perigo da vida, mas estava acostumado não fazer grande caso dela, quando a Pátria assim o exigiu no Paraguai. Na verdade, eram conhecidos da Polícia os nomes dos homens que davam guarida a esses malfeitores e as propriedades que lhes serviam de coito, pelo que capacitei-me de que qualquer ato quer militar quer policial que eu praticasse contra os quilombolas envolvendo esses nomes não me acarretariam prejuízos algum, máximo quando eu fazia isto em cumprimento de ordens terminantes de Vossa Excelência, cujo maior empenho é beneficiar a Província da extinção dessas aves de rapina. *O Principal coito dos quilombolas neste Termo é o Engenho Limeira, propriedade do Senhor Coronel João Maria de Araújo Nabuco, e pertencendo o Senhor Juiz Municipal Jesuíno José Gomes ao grupo daqueles.*¹⁷⁶

O delegado João Batista, ao assumir aquela delegacia, talvez não esperasse ter que enfrentar tantos obstáculos. Já há algum tempo que vinha se revelando um exímio caçador de quilombolas, justamente por esta característica fora escolhido para ocupar tal cargo. Fora convocado para perseguir negros fugidos e, no entanto, aparentemente, se via perseguido por uma autoridade judiciária que já havia inclusive solicitado sua exoneração.

Não satisfeito de rotular o engenho Limeira como principal “coito dos quilombolas” daquele termo, João Batista ainda incluiu o nome do juiz municipal como um dos membros deste reduto. Este tipo de aliança era extremamente

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Ofício do delegado de Divina Pastora, João Batista da Rocha, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 17 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298. *Grifos meus.*

prejudicial ao regime escravocrata. Não só por tornar mais difícil a captura de negros que se rebelavam contra a ordem vigente, mas também por minar e botar de lados idênticos indivíduos que deveriam estar segregados pela cor e pela condição jurídica. É bem possível que estes conflitos envolvendo as ditas autoridades não tenham passado despercebidos pelos quilombolas alojados no Limeira.

No dia seguinte, João Batista foi transferido para a capital da província assumindo a delegacia em seu lugar o segundo suplente: Veríssimo Antonio de Mello. Antes de partir, o oficial entregou ao seu substituto duas selas de montaria e “um couro de boi seco, todos objetos apreendidos em quilombos de escravos fugidos”.¹⁷⁷ Sete dias depois, o vice-presidente da província nomeou o tenente Jeremias Roberto de Carvalho para exercer o cargo de delegado do termo de Divina Pastora.¹⁷⁸

As denúncias feitas pelo alferes João Batista não foram suficientes para provocar a exoneração do senhor Jesuíno José Gomes do cargo de juiz municipal. Contudo, o novo delegado, Jeremias Roberto, não era um homem leigo no combate aos quilombos. Este vinha adentrando as matas do Cotinguiba à caça de negros fugidos também já há algum tempo. Talvez a situação na vila fosse realmente grave a ponto de o chefe de polícia não descartar todas as denúncias que chegaram ao seu birô.

João Batista era uma das pessoas mais ativas no combate aos quilombos do Cotinguiba. Segundo ele, “pessoa alguma” tinha “mais desejos de capturar o quilombola João Mulungu” do que ele próprio.¹⁷⁹ Há tempos que estava no encalço do negro Mulungu e dos seus parceiros. Por vezes tinha se visto à beira da morte enquanto caçava estes indivíduos. Havia inclusive sido vítima de uma tocaia agenciada por quilombolas no caminho entre a vila de Rosário e Divina Pastora. Nesta ocasião só não foi morto, segundo ele, graças à “providência divina” que impediu que a arma do seu algoz disparasse, apenas detonando a espoleta. Com o “estampido” da bala, o cavalo em que vinha montado “deu um grande salto” e saiu a

¹⁷⁷ Ofício do 2º suplente do delegado em exercício na vila de Divina Pastora, Veríssimo Antonio de Mello, ao chefe de polícia de Sergipe, em 18 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 298.

¹⁷⁸ Ofício da Secretaria do Governo de Sergipe ao chefe de polícia de Sergipe, em 25 de janeiro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 77.

¹⁷⁹ Ofício do tenente João Batista da Rocha ao chefe de polícia da província de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 4 de setembro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 393.

galopar desembestado até caírem ambos em “um grande atoleiro”.¹⁸⁰ O oficial não sofreu nenhum ferimento grave, certamente só seu ego foi fatalmente alvejado. Acredito que, devido a este e outros acontecimentos, ele possuísse mais que motivos profissionais para se dedicar a caça de quilombolas na província de Sergipe Del Rey, talvez ele possuísse ensejos pessoais para continuar nesta perigosa empreitada. Principalmente a caça do principal líder, o negro João Mulungu.¹⁸¹ Vejamos a seguir o encontro entre estes dois Joões.

3.2 O MULUNGU

Quando João Mulungu foi avistado no dia 8 de abril de 1873, próximo ao sítio Jaqueira, freguesia do Pé do Banco, em Divina Pastora, logo uma diligência foi articulada pela delegacia local para apreendê-lo. Estava ele em busca de um cavalo ruço que havia abandonado na Várzea das Piranhas, provavelmente devido a uma fuga desesperada. Quem o avistou foi Porfírio Zacharias dos Santos, um senhor de 40 anos de idade e que já era conhecedor da sua fisionomia desde o “verão do ano passado”, quando havia se deparado com Mulungu e seu parceiro Bacuraó perto das “senzalas do engenho Capim-Assú”.¹⁸²

Diante o novo encontro, Porfírio oficiou o subdelegado do Pé do Banco, Manoel Joaquim Espínola, denunciando que acabava de encontrar “no lugar denominado sítio Fava o quilombola João Mulungu” à procura de um cavalo que se encontrava em poder do seu genro, José Batista.¹⁸³

Uma pequena força e mais dez praças da Guarda Nacional rumou até o local indicado, mas não encontraram de imediato nenhum indivíduo suspeito. Acreditando que o negro pudesse ainda estar por aquelas paragens, o comandante da escolta optou por deixar de tocaia nove praças dentro de uma casa e seguiu em companhia do soldado José Clementino até a residência do tal José Batista. Chegando ao sítio Fava, foi-lhe solicitado a entrega do cavalo e que o mesmo acompanhasse os

¹⁸⁰ Ofício de João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, em 20 de maio de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 119.

¹⁸¹ Em ofício dirigido ao chefe de polícia de Sergipe, João Batista da Rocha revelou que, desde o dia 11 de fevereiro de 1871, sua vida corria perigo devido aos constantes cercos que vinha desempenhando contra os ditos quilombos. Ver: Ofício do tenente João Batista da Rocha ao chefe de polícia da província de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 4 de setembro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 393.

¹⁸² Auto de perguntas feitas a Porfírio Zacarias dos Santos, em 8 de abril de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 375.

¹⁸³ Ofício do subdelegado do Pé do Banco, Manoel Nunes Barroso, ao chefe de polícia de Sergipe, em 9 de abril de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 375.

soldados até a subdelegacia. Apresentado o mandado de busca, José Batista declarou que ia “mudar de roupa” e seguiu “para o interior da casa”. Enquanto isso, pôde-se notar que “pela porta do quintal da casa” partia em retirada “um negro de altura regular, gordo, vestido de calça de brim amarela com listras dos lados, camisa branca e chapéu de Chile na cabeça”.¹⁸⁴ Tratava-se do negro João Mulungu que escapava, mais uma vez, das garras da força pública.

Os soldados ainda tentaram ir atrás do quilombola, mas ele já ia longe demais. José Batista foi preso e declarou posteriormente no seu auto de perguntas que não sabia que o negro em questão se tratava de João Mulungu. Revelou apenas que aquele indivíduo estava em busca de um cavalo que ele havia encontrado dias antes abandonado na Várzea.¹⁸⁵ Logo depois foi também intimado o soldado José Clementino que deu novas versões ao fato. Este não só declarou que o réu – José Batista – havia feito um sinal para que o negro fugisse como também havia detido a escolta dizendo que o homem em fuga não se tratava do quilombola Mulungu. Ao ser questionado o porquê de não terem efetuado o cerco à casa, José Clementino afirmou que em nenhum momento desconfiara que estivesse ali dentro, oculto, o temido quilombola.¹⁸⁶

É difícil precisar a veracidade de tais relatos. O fato é que, pela suposta negligência, os soldados conseguiram na diligência apenas capturar o cavalo de João Mulungu, que ficou sob a posse do agora tenente João Batista da Rocha Banha.¹⁸⁷

O vestuário utilizado pelo quilombola aparentemente não era típico dos escravos. Talvez se despir das vestimentas cedidas pelos seus senhores fossem um dos primeiros passos adotados pelos fugidos, buscando assim burlar os olhares suspeitos. O calçado, por exemplo, poderia ser um importante objeto, pois seu uso só era permitido a pessoas livres e libertas.

Cem mil réis! Esta foi a gratificação oferecida em janeiro de 1874 pelo delegado da vila de Rosário do Catete para que dois espias lhe indicassem o rancho

¹⁸⁴ Ofício de Porfírio Zacharias dos Santos ao subdelegado da freguesia do Pé do Banco, termo de Divina Pastora, Manoel Nunes Barroso, em 8 de abril de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 375.

¹⁸⁵ Interrogatório feito a José Batista de Carvalho, em 9 de abril de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 375.

¹⁸⁶ Auto de perguntas feitas a José Clementino, em 9 de abril de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 375.

¹⁸⁷ Ofício do subdelegado do Pé do Banco, Manoel Nunes Barroso, ao chefe de polícia de Sergipe, em 9 de abril de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 375.

em que estava homiziado o temido quilombola e seu bando.¹⁸⁸ O local apontado foi um engenho – não identificado – vizinho àquela vila. Para se efetuar tais capturas, o delegado solicitou ao chefe de polícia o envio de 40 praças mais o apoio da força pública estacionada na cidade de Maruim.¹⁸⁹ João Mulungu fugiria mais uma vez!

Foi através da denúncia de um indivíduo sob o pseudônimo de *O Paciente* que se pôde cientificar o novo paradeiro dos citados quilombolas. Em ofício – destinado ao presidente da província e ao chefe de polícia – publicado no jornal *A Liberdade*, de 16 de janeiro de 1874 ele revelava que:

O município de Divina Pastora se acha na posse do salteador João Murungu. E nem se presume há exageração neste dizer, e senão que sejam ouvidos os habitantes deste Município e em especial os desta vila.

O quilombola João Murungú acaba de estabelecer sua residência com a terrível quadrilha no seu antigo aposento do Eng. Limeira, após a diligência que em pessoa dirigiu-se o Snr. Chefe de Polícia para os lados do Rosário do Catete.

Não tardou em manifestarem-se pelos roubos de roupas nas fontes de lavar, pelos furtos de cavalos e bois nos pastos dos engenhos, carneiros e mais criações nos quintais das casas desta vila, e pelas freqüentes fugidas dos escravos que são seduzidos e escandalosamente engrossam a quadrilha.

O terror, o desânimo, a falta de garantia e segurança estão na consciência de todos [Sic].¹⁹⁰

É importante que não confundamos o ato de seduzir, do qual João Mulungu foi acusado, com o roubo de escravos. Vejamos o que os historiadores Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio Gomes têm a nos dizer acerca desta modalidade de fuga:

Sedução era aquilo que podemos chamar de fuga agenciada, que é quando um cativo foge auxiliado por outro, escravo ou não, que lhe aponta um caminho pré-estabelecido. Uma fuga onde o escravo, determinado a livrar-se de um senhor cruel, de uma situação exemplarmente opressiva ou com outras motivações, é “convencido” por outro indivíduo das possibilidades de sucesso na fuga e auxiliado até concretizar seu objetivo.¹⁹¹

¹⁸⁸ A gratificação seria de 200 mil réis, 100 mil réis para cada espia. O pagamento passaria ainda pela aprovação do chefe de polícia da província. Ver: Ofício do 1º suplente do delegado de Rosário, Ignácio Pascoal Santos, ao chefe de polícia interino de Sergipe, em 10 de janeiro de 1874. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 373.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Jornal *A Liberdade*. Aracaju. Ano I, nº 42, 16 de janeiro de 1874, pg. 2.

¹⁹¹ Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes. “Em busca de um ‘risonho futuro’: seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX)”, *Lócus*, vol. 7, nº 13, 2001, PP. 9-28.

Na sedução, o escravo fugido tornava-se agente ativo e preponderante do seu novo destino. Já no roubo, ele continuava a ser visto como uma mercadoria, esta era feita contra sua vontade e quase sempre significava apenas uma troca senhorial, ou seja, nenhuma mudança radical no cotidiano do escravo era estabelecida.

Contudo, não descarto a possibilidade de alguns quilombolas de Sergipe terem praticado também o rapto de pessoas. Essa ao menos foi a acusação que foi incumbida ao negro João Mulungu e seu parceiro Mathias – supostos sequestradores da forra Maria Senhorinha, que se encontrava “no mato há dois meses” e alguns dias.¹⁹²

Segundo *O Paciente*, o bando de quilombolas liderado por João Mulungu havia retornado para o engenho Limeira logo após uma diligência empreendida pelo próprio chefe de polícia para as bandas da vila de Rosário do Catete. Devido ao retorno destes negros, o estado no município estava tão anômalo que fazia emergir “a reprodução doutras eras em que a justiça se fazia pelo bacamarte”.¹⁹³

Para ratificar a veracidade da sua denúncia foram elencados vários crimes cometidos por escravos em Divina Pastora. Vejamos o quadro 4 que segue:

Quadro 4 – Relações dos crimes cometidos por escravos na vila De Divina Pastora segundo *O Paciente*.

Crime	Autor	Vítima	Local	Observação
Espancamento	n.d.	Luiz Gonzaga Rolemberg	Nas Ruas da Vila	As autoridades locais se recusaram a prestar-lhe socorro.
Espancamento	Perette	Maria Victória	n.d.	O autor se encontrava ainda impune.
Assassinato de dois escravos.	n.d.	José Suterro Barreto	n.d.	Os autores se encontravam impunes.
Insubordinação dos escravos.	n.d.	Antonio Luiz de Loureiro Maciel	Eng. Bette	Os escravos estavam abandonando os serviços dos engenhos para se infiltrar em quadrilhas.
Furtos de Bois e Cavalos.	n.d.	Francisco Pinto Lobão	Eng. Flor do Mucury	–
Furtos de 20 cabeças de galinhas e perus, carneiros e um cavalo.	n.d.	Balthazar Vieira de Melo	Eng. Cassange	O cavalo furtado pertencia ao mestre de açúcar do engenho que abandonou o cargo e se apossou de armas para reaver sua propriedade.
Arrombamento.	n.d.	Antonio Leandro	Casa	–

¹⁹² Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 5 de setembro de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 393.

¹⁹³ *Jornal A Liberdade*. Aracaju. Ano I, nº 42, 16 de janeiro de 1874, pg. 2.

Furtos de animais	n.d.	Elismino Muniz Barreto	Eng. Vassouras	–
Furtos de cavalos, carneiros e perus	n.d.	Antonio Serafim de Almeida Vieira	Quintal de Casa	–

Fonte: Jornal *Liberdade*. Aracaju. Ano I, nº 42, 16 de janeiro de 1874, pg. 2.

Legenda: n.d. = não declarado.

Foram arrolados na denúncia nove crimes: quatro contra indivíduos (sendo dois deles cativos), quatro furtos de animais e um arrombamento. Já a insubordinação dos escravos residentes no engenho Bette pode ter sido provocada não apenas pela figura de João Mulungu, mas também pela presença de coitos quilombolas em suas matas.¹⁹⁴

Segundo *O Paciente*, não apenas muitos outros crimes poderiam ter sido elencados como também que os mesmos só foram perpetrados graças ao relaxamento profissional de uma importante autoridade. Vejamos seu relato:

De tudo isto se procura a causa e só é ela encontrada (não há duas opiniões), dizem todos, no Juiz Municipal, Dr. Jesuino Jose Gomes, pela maneira por que tem relaxado o exercício do seu cargo, suas tendências em favor dos criminosos pela impunidade dos crimes e o menosprezo com que são tratados os deveres de seu magistério, de tal sorte que (cousa natural) os mesmos homens, quer de um, quer de outro partido, que outrora zelosos de suas obrigações, quando lhe chegava a vez de ocuparem os cargos policiais deste Termo, faziam sentir-se pela energia e ação contra o crime e seus autores, fogem hoje de exercer tais lugares, e se o aceitam, ocupam-nos frustrados os seus esforços pelo Juiz Municipal revestido dos privilégios que goza como letrado [Sic.].¹⁹⁵

Eis o nome de Jesuíno José atrelado outra vez a graves acusações. Mesmo a denúncia não sendo nova, ao menos para o comando militar, ela acrescentava fatos que não poderiam ser novamente descartados. Muitas autoridades, independente do partido político em que estavam inseridos, pareciam ter opiniões congruentes acerca da falta de segurança provocada pelo senhor juiz. Buscando mais uma vez asseverar a veracidade da sua denúncia, *O Paciente* se absteve da experiência de outro sujeito também já retratado neste trabalho. Vejamos seu questionamento:

[...] que fale o testemunho do brioso e honrado capitão Rocha, que aqui já esteve como delegado militar em comissão, cujo nome ainda hoje é abençoado de toda esta população pacífica, qual a dificuldade maior com que lutou no seu empenho contra os bandidos e se não

¹⁹⁴ Desde o ano de 1871, há notícias acerca da presença de comunidades de escravos fugidos nas matas do engenho Bette, em Rosário do Catete (Ver p. 70).

¹⁹⁵ Jornal *A Liberdade*. Aracaju. Ano I, nº 42, 16 de janeiro de 1874, pg. 2.

foi justamente a autoridade do Sr. Juiz Municipal Dr. Jesuino José Gomes?.

O “brioso e honrado capitão Rocha” citado acima era João Batista da Rocha Banha, ex-delegado da vila de Divina de Pastora. Este teria testemunhado ao *Paciente* que em uma diligência da qual somente eram sabedores ele e o senhor Jesuino José, os avisos partiram “para o quilombo da Limeira” antes mesmo que a escolta fosse formada. Desconfiado de que a delação tinha partido do próprio juiz, optou então em desempenhar suas diligências ocultamente. Segundo ele, após esta decisão, suas empresas passaram a ser mais eficazes.¹⁹⁶

O *Paciente* encerraria sua denúncia fazendo a seguinte explanação:

Tudo isto desejaríamos não crer, nem sentir, porém a segurança que não temos, a garantia que nos falta, ameaçados como se acham todos deste recôncavo pela ostentosa presença do salteador João Murungu e sua quadrilha, somos compelidos a bradar bem alto e pela imprensa, rogando mesmo a S. Exc. os Snrs. Presidente e Chefe de Polícia que se compadeçam da sorte deste Município em tempo e antes que algum crime atroz leve pranto e o luto às famílias inteiras [Sic.].

Prometia ainda voltar caso tivesse a “infelicidade de não” ver “providências salutares” sendo adotadas contra os “fatos criminosos” que iam se reproduzindo.¹⁹⁷ E realmente tornou a aparecer no dia 28 de fevereiro daquele ano pelas folhas do mesmo periódico. Nesta nova aparição foram explicados os dois intuitos que o levaram a expor a denúncia através da imprensa. Segundo ele, o primeiro foi “provocar a explicação dos boatos” que corriam contra aquele magistrado, obrigando-o a “defender-se perante o público”. Intuito este que foi alcançado através da réplica exposta por Jesuino José no Jornal *A Crença*, de 21 de fevereiro de 1874. Já o segundo intuito era chamar a atenção das autoridades “para os quilombolas” que infestavam as matas circunvizinhas aos engenhos daquela vila.¹⁹⁸

Cerca de um mês após essa segunda aparição, *O Paciente* tornou a ser, pela terceira vez, manchete do jornal *A Liberdade*. Desta vez, sua intenção era responder alguns questionamentos levantados por Jesuino José que poderiam pôr em cheque a veracidade das suas denúncias. Documentos comprobatórios o auxiliaram nesta empreitada. O primeiro questionamento, e o único que se insere na discussão deste

¹⁹⁶ Divina Pastora. Jornal *A Liberdade*. Aracaju. Ano I, nº 42, 16 de janeiro de 1874, pg. 2.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ *A Crença* e o Dr. Jesuino Jose Gomes. Jornal *A Liberdade*. Aracaju. Ano I, nº 44, 28 de fevereiro de 1874, pg. 2.

trabalho, era o seguinte: “É ou não é o Sr. Dr. Jesuino o protetor da quadrilha de quilombolas comandada por João Murungu?”.¹⁹⁹

O documento do qual estava munido *O Paciente* para responder a este questionamento já fora exposto neste trabalho. Trata-se do ofício do então delegado de Divina Pastora, João Batista da Rocha Banha, datado de 17 de janeiro de 1873, no qual ele revelava ao chefe de polícia a suposta aliança entre o dito juiz municipal Jesuino José e os quilombolas residentes no engenho Limeira (Ver p. 95). Este ofício foi publicado integralmente e, segundo o denunciante, revelaria a “cumplicidade” do senhor Jesuino com as “depredações da quadrilha de salteadores dirigida por João Murungu”.²⁰⁰

João Mulungu, e não Murungu como *O Paciente* o chamava, estava tendo seu nome incluso em querelas políticas que extrapolavam certamente os seus intuítos. Creio que estas discussões não passaram despercebidas por seus ouvidos. As críticas e as denúncias levantadas pelo *Paciente* devem ter gerado grandes boatarias que ecoaram até as matas. Logo um novo juiz assumiria o cargo deixado por Jesuino Jose Gomes.

Meses se passaram e, no dia 10 de janeiro de 1876, o delegado de Divina Pastora relatava a suspeita, temerosa, de que uma insurreição escrava estava sendo planejada pelo quilombola João Mulungu.

Consta-me que o regente desses malfeitores é o celebre quilombola João Mulungu, e o seu imediato é Manoel Jurema. Hoje chegou ao meu conhecimento, que aqueles malfeitores estão preparando-se com muitos quilombolas para invadirem esta Vila, prometendo vir até o Quartel com seus companheiros atacarem a força, e já tem prevenido dois quilombos com quinze escravos para esse fim; mas não se pôde ainda capturar aquele malfeitor porque todo o movimento que se dá na vila ele no mato é sabedor, visto ter sócios nesta vila que se prestam a avisarem a ele.²⁰¹

Tomando conhecimento do retorno de João Mulungu à vila de Divina Pastora, o já capitão João Batista oficiou, no dia 14 de janeiro de 1876, o chefe de polícia, Vicente de Paula, dispondo-se novamente a tentar realizar sua captura. Segundo ele, com a “experiência que” adquirira “na captura de cinqüenta e três” quilombolas poderia com “pequenos esforços” efetuar a captura daquele chefe [João Mulungu] e

¹⁹⁹ O Juiz Municipal de Divina Pastora. Jornal *A Liberdade*. Aracaju. Ano I, nº 46, 24 de março de 1874, pg. 3.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Ofícios do capitão João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, em 15 de maio de 1875. APES. Fundo: AG¹, pacotilha: 04, documento. 5. Apud: Ariosvaldo Figueiredo. *O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe*. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977, p. 90.

seus companheiros. Tinha “muito prazer em prestar este pequeno serviço” à província.²⁰²

Vicente de Paula acatou sua solicitação e designou que uma diligência sob seu comando rumasse imediatamente ao encontro dos quilombolas. O novo juiz municipal de Divina Pastora, Manoel Cardoso Vieira, mostrou-se logo estar mais empenhado que seu antecessor em promover a captura de Mulungu. Assim que soube que o tal quilombola estava novamente acoitado no termo sob sua jurisdição, dirigiu-se pessoalmente ao chefe de polícia dispondo-se também a auxiliá-lo na captura do dito escravo.²⁰³

De um lado fugia João Mulungu que, segundo os documentos oficiais, era o mais audaz, o chefe dos escravos fugidos. De outro, no seu encalço, seguia o capitão João Batista da Rocha, apontado como um homem corajoso, um oficial sempre pronto para as diligências mais arriscadas que a polícia empreendia. Vejamos como ocorreu o encontro entre os quase homônimos.

João Batista partiu no dia 14 de janeiro de 1876 acompanhado de dez praças até a vila de Divina Pastora. Ali se aliou ao juiz municipal Manoel Cardoso, ao oficial Marcolino de Souza Franco e mais oito praças que já o aguardavam. Dando início à diligência, a tropa marchou no dia seguinte “em direção as matas do engenho Maria Telles, termo de Maruim”. Nenhum sinal de quilombolas foi ali encontrado.²⁰⁴

No dia 16, os soldados acamparam “as margens do riacho Maniçoba” e à noite se dirigiram “para o sítio Limoeiro” no termo de Divina Pastora “para verificarem uma denúncia que foi dada sobre a presença de João Mulungu nas matas do sítio citado”. Mais uma vez nada foi encontrado.²⁰⁵ Já era o dia 17, terceiro dia consecutivo de diligência, quando a tropa seguiu “para as matas dos engenhos Capim-Assú e Jurema”. Ao chegar “junto à cancela do Capim-Assú”, os soldados

²⁰² Ofício do capitão João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 14 de janeiro de 1876. APES. Fundo: AG¹, pacotilha: 04. Apud: Ariosvaldo Figueiredo. *Op. cit.*, p. 91.

²⁰³ Ofício do chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, ao então 1º vice-presidente da dita província, doutor Cypriano d’Almeida Sebrão, p. 12. Documento anexo ao: Relatório com que o exmo. senhor presidente, doutor João Ferreira d’Araujo Pinho, abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1876. Ressalto que até então não pude saber qual o verdadeiro motivo da substituição do ex-juiz municipal Jesuino José Gomes por Manoel Cardoso Vieira. Acredito que se as acusações do *Paciente* tenham resultado sua substituição. Nos relatórios anuais dos ministros da justiça dos anos de 1875 e 1876 não consta nenhuma referência a uma possível troca de juizes municipais destacados na província de Sergipe Del Rey.

²⁰⁴ APES. Fundo: CM³. Apud: Lourival Santana Santos. “Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 31, 1992, p. 38.

²⁰⁵ APES. Fundo: CM³. Apud: Lourival Santana Santos. *Op. cit.*, p. 38.

foram “agredidos por um grupo de escravos armados de facas, facões e enxadas” que se encontravam “indignados pela perseguição a seus companheiros”. Estes escravos tentaram “repelir a diligencia”, mas acabaram “sendo repelidos a ponta de baionetas”.²⁰⁶ Atento que os escravos residentes nas senzalas desse engenho já haviam sido acusados de entreterem relações amistosas com um grupo de quilombolas que habitavam suas matas.²⁰⁷

É muito provável que a esta altura o negro Mulungu já se encontrasse ciente da diligência que estava no seu encalço. No quarto dia de busca, a tropa partiu do Capim-Assú em direção às “matas do povoado de Nossa Senhora do Carmo”. Como nada foi encontrado, no dia seguinte, 19 de janeiro, a tropa decidiu regressar para Divina Pastora e, ao chegar ao engenho Peri-Peri, se deparou com a força da cidade de Maruim batendo as matas da propriedade.²⁰⁸

Neste mesmo dia, foi capturada “nos matos do engenho Maria Telles” a escrava Angélica, apontada como mais uma “amásia do célebre João Mulungu” e de propriedade do senhor João Gonçalves, dono do engenho Flor da Roda. Angélica, ao ser pega, estava seguindo viagem com o dito quilombola que acabou, mais uma vez, escapando da força pública.²⁰⁹

Ainda no retorno à vila de Divina Pastora, a diligência, ao alcançar o engenho Vassouras, deparou-se com um escravo chamado Severino, também morador do engenho Flor da Roda. Este entregou ao comando da tropa “uma carta comunicando que se encontrava nas senzalas” do seu engenho o negro João Mulungu.²¹⁰ Severino guiou a tropa até o local indicado, mas esta ao chegar no Flor da Roda recebeu a informação de que o quilombola já não se encontrava mais lá. Decidiram, então, se dirigir “para dentro de um bananal” e aguardar um possível regresso do negro procurado.

Eram onze horas e meia do dia 20 de janeiro quando Severino comunicou que “João Mulungu se achava descansando com um “companheiro no centro de um canavial”. Diante da delação, a tropa se reagrupou e marchou sorrateiramente até o local indicado. Feita a aproximação, o capitão João Batista ordenou “que seis

²⁰⁶ APES. Fundo: CM³. Apud: Lourival Santana Santos. *Op. cit.*, p. 38.

²⁰⁷ Quem fez esta denúncia foi Florinda, uma escrava crioula, de 30 anos de idade, residente nas senzalas do próprio engenho Capim-Assú. Ver: Auto de perguntas feitas à escrava Florinda, em 10 de março de 1872. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 75.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ Ofício do delegado de Maruim, Manoel Cardoso, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 20 de janeiro de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 728.

²¹⁰ APES. Fundo: CM³. Apud: Lourival Santana Santos. *Op. cit.*, p. 38.

soldados franqueassem pela esquerda, nove pela retaguarda e três praças atacassem pela frente”. O cerco estava formado! Vendo a tropa marchando ao seu encontro, João Mulungu tentou ainda uma fuga desesperada, mas foi “arrojado no chão com um golpe na cabeça”.²¹¹

Foram cinco dias consecutivos de diligências até se efetuar a captura do mais temido quilombola sergipano. Após sua apreensão, João Mulungu foi levado ao consistório da igreja matriz da vila de Divina Pastora onde respondeu a um primeiro auto de perguntas.

Filho da escrava Maria, João tinha na época em que fora preso entre 25 e 30 anos de idade. Natural do engenho Trindade, freguesia de Itabaiana, era solteiro e declarou não ter profissão à vista de que era escravo e se achava “no mato a mais de oito anos”.²¹²

Declarou também que, ainda pequeno, fora vendido para o senhor João Pinheiro, proprietário do engenho Mulungu, termo de Laranjeiras, de onde derivaria seu sobrenome. Ali “seu senhor o subjugava” com “trabalhos superiores às suas forças” chegando até mesmo a castigá-lo “por duas vezes sem razão”, sempre com muito “vigor”.²¹³

Esses castigos fizeram com que João Mulungu fugisse por duas vezes em busca de um novo senhor, mas este último já havia noticiado pela redondeza que o mesmo não estava à venda. Uma terceira tentativa de fuga foi empreendida, pois, segundo o escravo, já não mais tolerava a maneira com que “seu senhor o tratava”: “surrando-o”, prendendo ao seu pé “uma corrente” e lhe sujeitando “a pesados serviços” como o de “botar fogo na fornalha”.²¹⁴

Desta vez, João Mulungu não voltou mais, se entranhou pelas matas da província dando início a sua vida quilombola.²¹⁵ Logo ergueu o primeiro rancho nas matas do engenho Boa Vista, termo de Capela. Ali conviveu com “os escravos José da Silva, pertencente ao capitão Manoel Antonio Morais,” e com “Manoel da Hora,

²¹¹ APES. Fundo: CM³. Apud: Lourival Santana Santos. “Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 31, 1992, p. 38.

²¹² Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, em 21 de janeiro de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 397.

²¹³ Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, em 23 de janeiro de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 397.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Sobre fugas reivindicatórias e fugas permanentes ver: Eduardo Silva e João José Reis. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

pertencente ao coronel Gaspar, proprietário do engenho Velho”.²¹⁶ Permaneceram neste rancho por dois meses passando depois para as matas do engenho Sobrinho, onde se juntou ao grupo o escravo Frutuoso, que fugira do engenho Campinho, daquele termo.

Do Sobrinho, o bando foi para “as matas do engenho Batinga” seguindo, posteriormente, “para as matas do engenho Limeira”, em Divina Pastora. A esta altura o grupo estava bem maior, cerca de 20 escravos fugidos habitavam aquelas matas, juntamente com “uma mulher livre” chamada Conceição.²¹⁷

Nesse arranchamento, João Mulungu declarou que praticaram muitos furtos, não sabendo ele precisar todos porque “eram muitos companheiros e cada um” furtava por conta própria. Revelou apenas uns roubos de cavalos que fizeram a algumas fazendas da região, animais estes que foram vendidos a alguns ciganos pelo “preço de cinco mil a dez mil réis”, quantia que nunca chegaram a receber inteiramente.²¹⁸

João Mulungu, como outros escravos inquiridos pelo poder público, delatou alguns crimes cometidos por seus parceiros. Segundo ele, estes delitos se limitavam a furtos de animais e outros produtos necessários a suas subsistências nas matas. Certa feita, apenas ele teria dado “umas pancadas” em um homem chamado Lourenço, que o andava espiando “para pegá-lo”.²¹⁹

Finalizado o interrogatório, João Mulungu foi remetido até Aracaju onde ficou preso aguardando julgamento. Vejamos como foi descrito este trajeto pelo chefe de polícia da província:

Por toda parte em que a intrépida escolta passava com o referido escravo, era vitoriada pelo povo em massa que manifestava ainda francamente o seu agradecimento ao dr. juiz municipal de Divina Pastora, ao capitão João Batista da Rocha e ao alferes Marcolino, os quais acompanharam aquele malfeitor até a capital onde tem sido ele objeto de curiosidade.²²⁰

Certamente, há um pouco de exagero e romantismo nesta fala. Vicente de Paula, dito chefe de polícia, teatralizou todo o trajeto feito pela escolta sem se esquecer de citar as autoridades responsáveis pela captura e o clamor com que

²¹⁶ Auto de perguntas feitas a João Mulungu, em 21 de janeiro de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 397.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Idem.

estes homens eram possivelmente saudados pela população em massa. A vinda de Mulungu para a capital também pode ser considerada como um “teatro pedagógico” com o qual as autoridades tentavam demonstrar aos outros escravos quais seriam seus destinos caso optassem pela fuga e pelo aquilombamento.

Mulungu fora trazido para a capital da província como um troféu, um símbolo da vitória contra os quilombolas da província. Vejamos a declaração do chefe de polícia à presidência acerca desta possível “vitória”:

Agora tenho a satisfação de dizer a Vossa Excelência que considero extintos os quilombos. O mais forte elemento de resistência, o calhambola João Mulungu, de quem geralmente mais se receava e todos diziam ser o mais audaz, o chefe dos escravos fugidos, foi capturado [...].²²¹

Nos últimos anos algumas autoridades já vinham se pronunciando acerca de uma possível extinção dos quilombos localizados na província. No ano de 1869, declarou-se que devido aos “acertos das instruções emanadas da polícia e ao esforço pessoal das autoridades locais deve-se a quase desaparecimento dos quilombos”.²²² Em julho de 1872, justamente o ano em que mais contabilizei ofícios tratando a temática quilombola, o chefe de polícia declarou à presidência que era “com prazer” que “brevemente” se veria “a província livre dos quilombolas que” infestavam “algumas de suas matas e que traziam a população em constantes sustos e perigos”.²²³ Logo as autoridades reconheceriam mais uma vez que suas esperanças não seriam materializadas, haviam se precipitado novamente.

Tanto no primeiro como no segundo depoimento, João Mulungu citou o nome de alguns dos seus parceiros. Vejamos:

²²¹ Ofício do chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, ao então 1º vice-presidente da dita província, doutor Cypriano d’Almeida Sebrão, p. 12. Documento anexo ao: Relatório com que o exmo. senhor presidente, doutor João Ferreira d’Araujo Pinho, abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1876.

²²² Relatório com que o ilustríssimo senhor doutor Evaristo Ferreira da Veiga passou a administração da província de Sergipe ao ilustríssimo senhor Barão de Propriá no dia 17 de junho de 1869, p. 16.

²²³ Relatório com que o ex-presidente desta província, exmo. senhor doutor Rui Álvares de Azevedo Macêdo, passou a administração da mesma ao exmo. senhor doutor Joaquim Bento de Oliveira, no dia 16 de junho de 1872, p. 3.

Quadro 5 – Relação nominal dos quilombolas citados pelo escravo João Mulungu nos autos de perguntas realizados em 21 e 23 de janeiro de 1876.

Quilombolas	Proprietário	Engenho
*Cornélio	Antonio	Brejo
*Maximiano	José Nobre	Farias
Laureano	Antonio de Tal	Junco
Jacinto	José Bernardino	n.d.
Víctorio	n.d.	Palma
Alexandre	“	Lagoa Funda
Cupertino	Neco	Junco
*José Maruim	Isaac	Canabrava
Leonilo	n.d.	Flor da Roda
Horácio	“	Bette
José	“	Quisanga
Benedito	“	Palma
Luiz	“	Imbiriba de Brejo – Rosário
Barnabé	“	Oitocentos
Belmira	“	Canabrava
Francisca	Guilherme de tal	Santa Bárbara
*Thomazia	n.d.	Santa Bárbara
Lúisa	“	Jurema
*Joaquim	“	Santa Bárbara
Sinforosa	“	Serra Negra
Carvalho	Antonio de Oliveira Ribeiro	n.d.
*Vicência	Antonio Dinis	n.d. – Itabaiana

Legenda: n.d. = não declarado.

* = escravos já capturados.

João Mulungu declarou que muitos desses escravos já haviam sido capturados e entregues aos seus respectivos senhores. Pelos menos, quatro dos 22 escravos listados já tiveram trechos de suas vidas abordadas neste trabalho. Vejamos, agora, outros.

Cornélio, que encabeça o quadro acima, era um escravo pardo, de boa altura. Vigorava oito palmos, era grosso, tinha a barba espessa, olhos e cabelos pretos, narinas arredondadas, de orelhas regulares e possuía uma dentadura sã e bonita. Era domínio do senhor Antonio Oliveira Ribeiro, morador e proprietário do engenho Aroeira, em Laranjeiras.²²⁴ Em março de 1873, Cornélio era considerado “um dos chefes dos quilombolas” que acometiam “diversos municípios da província”. Ao ser capturado, suspeitou-se que seu proprietário estava querendo vendê-lo para “umas das províncias do sul” do Império sem que ele cumprisse as penas cabíveis pelos crimes cometidos enquanto esteve aquilombado.²²⁵

²²⁴ Ofício dirigido ao chefe de polícia da província da Bahia, em 4 de março de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 539.

²²⁵ Idem.

Um ofício, com remetente não identificado, foi despachado ao comando militar da Bahia solicitando a apreensão do tal escravo caso ele aportasse por aquelas paragens. Suspeitava-se que ele fora embarcado com o “nome trocado”.²²⁶

Durante cinco meses, algumas autoridades sergipanas buscaram identificar envolvimento do escravo Cornélio em crimes cometidos por quilombolas na região do Cotinguiba. Acreditava-se que ele havia sido autor de uns ferimentos praticados na pessoa de um “Lourenço de tal” e de um arrombamento a uma residência, ambos cometidos na cidade de Laranjeiras. Nada conseguiu ser provado por conta de um misterioso desaparecimento dos documentos que poderiam comprovar sua culpabilidade.²²⁷

Nos dias 6 e 7 de agosto de 1873, Cornélio passou por longos interrogatórios onde respondeu – com “muita sagacidade” – negativamente as perguntas que lhe imputavam a autoria de crimes cometidos enquanto fugido.²²⁸ Duas semanas depois, em 23 de agosto de 1873, foi emitido o passaporte do escravo, agora pertencente ao Dr. Dinis Gonçalves, seguindo, posteriormente, para a província do Rio de Janeiro em uma embarcação que fazia escala na Bahia – parada obrigatória de grande parte dos navios que partiam de Sergipe em direção ao sul do Império. Já “livre de qualquer suspeita”, Cornélio rumou compulsoriamente para longe dos seus parceiros.²²⁹

No mesmo período em que Cornélio fazia sua viagem para o sul do Império, uma diligência empreendida “nas matas do engenho Lagoa Funda”, termo de Capela, lograva a captura dos escravos Luiz, pertencente a Antonio Dias Ferreira da Cruz, Joaquim e Thomazia, ambos pertencentes ao senhor José Suterio de Sá Barreto, e da escrava Prisca, pertencente ao capitão Isaac Manoel Pinheiro.²³⁰ Tanto Joaquim como a escrava Thomazia tiveram seus nomes arrolados no depoimento de Mulungu. Atento que a esta última é a mesma quilombola que teve suas gestações interrompidas nas matas (Ver p. 66).

²²⁶ Ofício dirigido ao chefe de polícia da província da Bahia, em 4 de março de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 539.

²²⁷ Ofício do juiz municipal da vila da Capela, em 2 de maio de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 363; Ofício do juiz municipal de Laranjeiras, Luiz Carneiro de Souza Lacerda, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 16 de agosto de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 363.

²²⁸ Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia da província de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 7 de agosto de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 393,

²²⁹ Ofício dirigido ao chefe de polícia da província da Bahia, em 23 de agosto de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 539.

²³⁰ Ofício do Delegado de Capela Mathias José dos Santos ao chefe de polícia de Sergipe, em 1 de outubro de 1874. APES. Fundo: S¹, pacotilha: 242.

Maximiano, conhecido no mato por Bacuraó, segundo escravo citado no quadro acima, seria capturado apenas em julho de 1875 pelo delegado da vila de Capela. Juntamente com ele foi apreendido também um cavalo que havia furtado do engenho Cumbe, localizado no termo de Rosário. No seu auto de perguntas, revelou que este não havia sido seu único furto e que havia, juntamente com seu parceiro João Mulungu, praticado muitos outros saques a pastos de engenhos localizados no Cotinguiba. Inclusive chegaram a receber de um homem chamado Nano a encomenda de “uns bois para carro” que seriam vendidos pela quantia “de vinte mil réis cada um”. No entanto, só receberam “quarenta mil réis” por conta de “ter aparecido os donos dos bois”.²³¹

Esta informação pode revelar a existência de um mercado informal lucrativo, sumariamente clandestino, em torno do grupo de escravos liderado pelo quilombola João Mulungu. Seria esta a razão pela qual este negro fora intensamente perseguido? Talvez as constantes investidas policiais na tentativa de lograr sua captura não se justificassem apenas pela condição de escravo fugido, mas também por conta da cooperação socioeconômica que existia em torno de sua pessoa.

Segundo Flávio dos Santos Gomes, os interesses em destruir alguns quilombos/mocambos poderiam estar mais relacionados à existência de cooperações socioeconômicas clandestinas em torno deles do que pelo fato de serem compostos por escravos fugidos.²³²

Contudo, as dificuldades em se realizar a captura de João Mulungu poderiam estar também ligadas a eficácia da sua rede familiar. De acordo com seu parceiro Maximiano, quando o dito quilombola estava para as bandas da Missão de Japarutuba buscava sempre pernoitar na roça de um senhor chamado Lacerda, onde guardava o armamento. Já no engenho Quindogá, ele dormia na senzala da sua mãe enquanto que no engenho Piedade dormia na senzala de sua irmã.²³³

No dia 11 de julho de 1875, Maximiano foi transferido para a capital da província sendo depois “vendido para o sul do Império”.²³⁴ Os relatos cedidos por

²³¹ Ofício do Delegado de Capela Mathias José dos Santos ao chefe de polícia de Sergipe, em 1 de outubro de 1874. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 242.

²³² Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 59.

²³³ Auto de perguntas feitas ao escravo Maximiano, em 29 de junho de 1875. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 346.

²³⁴ Ofício do delegado de Capela Mathias José dos Santos ao chefe de polícia de Sergipe, em 11 de julho de 1875. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 346; Ofício do delegado de Capela Mathias José dos Santos ao chefe de polícia de Sergipe, em 1 de julho de 1875. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 346.

este quilombola revelam que mais que o apoio de indivíduos coadjuvantes da trama escravista, João Mulungu vinha recebendo a ajuda incondicional de pessoas com as quais ele possuía laços consanguíneos: sua mãe e irmã. É importante não identificarmos apenas as fugas escravas como ecos de resistências escravas. Elas devem ser revisitadas também como fases de um amplo processo cultural que visava, muitas vezes, à redefinição de identidades e à reestruturação de laços familiares segregados pela escravidão.²³⁵

Acredito que tais capturas, juntamente com as citadas anteriormente, podem ter sido preponderantes para que a diligência empreendida em janeiro de 1876 lograsse êxito no seu intento: a apreensão do temido quilombola João Mulungu. Este viu muito dos seus parceiros – um por um – sendo capturados pelas forças militares e, mesmo assim, não se rendeu. Segundo Vicente de Paula, chefe de polícia, João Mulungu havia lhe confessado que preferia ser enforcado em praça pública a retornar a “casa do seu senhor”.²³⁶

No dia 26 de janeiro de 1876, João Mulungu passou por um terceiro interrogatório. Neste foi -lhe perguntado se seria ele o autor de quatro assassinatos e mais uma tentativa de morte. O quilombola negou ser autor de tais crimes declarando ainda “que durante o tempo em que” andara fugido só havia praticado crimes de furtos, não perpetrando nenhuma morte. Ao ser questionado acerca de um ataque feito à pessoa do major Mainart, João Mulungu revelou que supunha terem sido autores de tal crime os quilombolas “Manoel Jurema, Manoel de Júlia e Malaquias”.²³⁷

Apesar de ele não ter se incluído na autoria deste crime, no dia 3 de fevereiro de 1876 a suposta vítima, Luiz Barbosa Madureira Mainart, deu queixa no juízo municipal de Divina Pastora contra sua pessoa e outros seis negros. Seriam eles: Quirino, crioulo, pertencente a Manoel de Azevedo Faro; Manoel e Malaquias, ambos pertencentes a José Augusto Ferraz; Cassiano, escravo do tenente coronel

²³⁵ Neste sentido ver: Eric Foner. “O significado da liberdade”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 8, nº16, 1998; Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

²³⁶ Ofício do chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, ao então 1º vice-presidente da dita província, doutor Cypriano d’Almeida Sebrão, p. 13. Documento anexo ao: Relatório com que o exmo. senhor presidente, doutor João Ferreira d’Araujo Pinho, abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1876.

²³⁷ Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, em 26 de janeiro de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 397.

João de Aguiar; Pedro, escravo de José Ignácio, proprietário do engenho Cambão e, finalmente, Manoel Jurema, escravo de um tal capitão Paulo.²³⁸

O crime foi perpetrado por volta das “onze horas da noite” do dia 10 de janeiro daquele ano. Segundo o querelante, no trajeto entre a cidade de Maruim e sua residência, esta localizada “em terras do engenho Mata ou Triunfo”, fora surpreendido pelo grupo de quilombolas “todos bem armados de bacamartes, facas de ponta e outros instrumentos mortíferos”. Estes o forçaram “apeiar” do cavalo em que vinha montado e o seguiram “a pé a sua residência”. Ali chegando, os escravos “penetraram violentamente sua morada e a puseram em cerco”. Roubaram “galinhas, perus, carneiros, selas” e outros objetos, deixando um prejuízo avaliado em “dois contos de réis”. Após o saque, os negros foram embora sem causar nenhuma ofensa física, isto graças, segundo a vítima, a um dos quilombolas “que se opôs” a sua morte.²³⁹

Seis indivíduos, dentre eles um escravo, foram arrolados como testemunhas oculares de tal fato. Todos, segundo o denunciante, estavam dispostos a relatar tudo que haviam visto e ouvido para que os supostos agressores fossem incursos no grau máximo do artigo 269 do código criminal do Império.²⁴⁰ Infelizmente o documento encontra-se incompleto, não podendo assim tomar ciência se aqueles escravos chegaram a ser condenados como autores de tal crime.

Assim que a captura do quilombola João Mulungu passou a ser noticiada pela província, novas queixas contra sua pessoa foram emergindo. No dia 27 de janeiro de 1876, Deocrécio de Carvalho Andrade solicitou do chefe de polícia que este quilombola fosse remetido até a cadeia da vila de Capela para ser processado por alguns crimes cometidos por aquelas paragens, entre os quais a “tentativa de morte na pessoa do tenente Manoel Oliveira Matos, proprietário do engenho Junco Novo”. Segundo ele, João Mulungu não poderia ficar “impune” de um “crime de tamanha gravidade”. Uma cópia do seu depoimento foi despachada ao promotor público para que ele pudesse formalizar a denúncia.²⁴¹

Em abril de 1876, João Mulungu foi condenado pelo júri da vila Rosário a levar dez açoites, carregar pelo espaço de um mês um ferro preso ao seu pescoço e

²³⁸ Sumário de culpa dos escravos João Mulungu, Quirino, Manoel, Malaquias, Cassiano, Pedro e Manoel Jurema. AGJES, Maruim, 1º ofício, cx- 884.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Ofício do delegado de Capela Deocrécio de Carvalho Andrade ao chefe de polícia de Sergipe, em 27 de janeiro de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 728.

mais um ano de galés.²⁴² Quatro meses depois, o mesmo quilombola aparece em uma relação de “presos existentes na cadeia” de Capela, estaria ele ali cumprindo outra sentença (800 açoites e um ferro ao pescoço durante um ano) por “tentativa de morte”.²⁴³ Infelizmente, após esta data, não consegui constatar o nome de João Mulungu em nenhuma outra fonte primária coletada até o atual momento da pesquisa. Seu destino continua a ser incógnita para historiografia sergipana.

Dou-me por satisfeito se consegui através das histórias narradas e analisadas acima demonstrar o outro lado deste importante quilombola sergipano. Um lado filho, irmão e amoroso. Não um herói, mas um ser humano. Certamente são estes os fatores que devem ser saudados na identificação que costumasse fazer entre sua história e a de muitos outros escravos que morreram e sobreviveram alimentando um sonho em comum: a liberdade.

3.3 VELHOS PARCEIROS, NOVOS ALVOS

Outros quilombolas seriam alvos das diligências empreendidas pela polícia sergipana. O escravo Manoel Jurema, parceiro do quilombola Mulungu e acusado por ele como sendo um dos quilombolas que saquearam a casa do senhor Luiz Barbosa Madureira Mainart em janeiro de 1876, se tornaria um dos principais alvos das novas perseguições (Ver p. 111).

Sua captura já vinha sendo empreendida há algum tempo. No dia 16 de janeiro de 1876, teria ele escapado de uma tocaia articulada entre o delegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, e uma mulher com quem o dito escravo costumava encontrar-se. Nesta ocasião, Manoel Jurema “vendo-se perseguido” por seis praças “meteu-se por umas grutas e desapareceu”. Os soldados apenas conseguiram capturar seu cavalo, que suspeitava ter sido roubado.²⁴⁴ Uma semana depois, o mesmo delegado logrou êxito em sua captura nos arredores do engenho São Francisco. Curioso é que, ao ser apreendido, Manoel Jurema se encontrava nu, devido a uma forte “perseguição que sofrera” das tropas militares de Laranjeiras.²⁴⁵

²⁴² Mapa dos crimes perpetrados por escravos na vila de Rosário do Catete depois da lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 até a data de 3 de maio de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 378.

²⁴³ Documento anexo ao ofício do 1º suplente do delegado do termo de Capela, Ângelo Pereira dos Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, em 8 de agosto de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 378.

²⁴⁴ Ofício do delegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, em 19 de janeiro de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 728.

²⁴⁵ Ofício do delegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, em 27 de janeiro de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 728.

É possível que tenha se livrado da roupa a qual estava vestido para se apropriar de outra vestimenta e, assim, burlar a tropa que estava em seu encalço.

Através de um decreto datado de 10 de novembro de 1877, tomamos ciência da comutação “em galés perpetua a pena de morte imposta pelo júri de Divina Pastora” ao quilombola Manuel Jurema, julgado ali por crime de homicídio.²⁴⁶ Logo depois, o nome deste quilombola aparece juntamente com outros nomes em um requerimento dirigido ao chefe de polícia da província suplicando a transferência deles do presídio da capital, Aracaju, “para o presídio de Fernando de Noronha, ou outro qualquer”.²⁴⁷

Mas antes que este requerimento fosse acatado ou deferido, Manuel Jurema voltou às matas. No dia 22 de dezembro de 1878, aproveitando o suposto vacilo de um soldado que o vigiava durante seu serviço de faxina, Manoel Jurema se reencontrou com a “liberdade” ao fugir da prisão.²⁴⁸ É muito provável que sua fuga tenha sido motivada devido à possibilidade de ser transferido para o presídio da ilha de Fernando de Noronha. Caso o requerimento fosse acatado, todos os laços familiares e de amizades firmados na província sergipana poderiam ser “definitivamente rompidos”.

Dias depois, o 1º suplente do delegado de Riachuelo comunicou ao chefe de polícia o suposto paradeiro deste negro. Vejamos:

Levo ao conhecimento de V. S. que em terrenos do engenho Mombaça, deste termo, existe um quilombo bastante crescido que traz aterrado o proprietário senhor José Matheos Caldeira Boto, em cujo numero acha-se o insigne Manoel Jurema, segundo me consta, que evadiu-se da prisão dessa Capital.²⁴⁹

Como vemos, Manoel Jurema deixou a prisão e logo foi reencontrar-se com seus parceiros de matos. Não descarto a possibilidade da sua jornada da capital até o termo de Riachuelo ter sido agenciada e auxiliada por outros escravos, como os escravos de ganhos alojados nas esquinas e ruas alinhadas da pequena Aracaju.

Um ofício do juiz municipal de Riachuelo, João Barbosa Dantas, do dia 2 de janeiro de 1879, foi mais preciso ao apontar o novo esconderijo deste quilombola.

²⁴⁶ Ofício do Palácio do Governo de Sergipe de 5 de dezembro de 1877. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 70.

²⁴⁷ Requerimento do responsável (não identificado) pela prisão da capital ao chefe de polícia de Sergipe, sem data. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 10.

²⁴⁸ Ofício do alferes de ronda de visita, José Antonio Nunes, ao chefe de polícia de Sergipe, em 23 de dezembro de 1878. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 299.

²⁴⁹ Ofício do 1º suplente do delegado de Riachuelo, Pedro José da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe, em 1 de janeiro de 1879. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 711.

Segundo ele, Manuel Jurema estaria residindo em um quilombo “entre os engenhos Penha, Mumbaça, Carretão e Piedade”.²⁵⁰ Pela localização, talvez este quilombo contasse com avisos de muitos dos escravos alojados nas senzalas daqueles engenhos, realidade esta que poderia dificultar mais ainda a captura dos quilombolas ali alojados.

Somente em 3 de junho de 1879, ou seja, pouco mais de cinco meses após ter-se evadido da prisão, é que o delegado de Divina Pastora comemorou a recaptura do quilombola Manoel Jurema. Vejamos trechos do seu ofício dirigido ao chefe de polícia:

Chegando ao meu conhecimento que se evadira da prisão em que se achava, o calceta Manoel Jurema, condenado pelo júri deste termo, determinei não só aos soldados do destacamento desta vila, como mesmo a alguns paisanos de confiança a mais perfeita vigilância, para que fosse preso esse facínora, se por ventura aparecesse ele neste ponto, prometendo alguma recompensa a aquele dos paisanos, que aprisionasse.²⁵¹

Fica notório que a apreensão do tal quilombola era considerada de suma importância para as autoridades militares do Cotinguiba. Manoel Jurema foi apreendido pelos paisanos Manoel Cezar e Antonio Joaquim, exemplos de cidadãos que dedicavam partes de sua vida à caça de negros fugidos em troca de gratificações do governo ou dos proprietários dos escravos.

No mesmo dia em que se realizou a primeira captura de Manoel Jurema, 27 de janeiro de 1876, foi comemorada também a captura do escravo Sabino, “pertencente ao comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, o qual se achava fugido há doze dias”. Procedido o inquérito no escravo percebeu-se que sua intenção era “unir-se ao quilombo dos escravos fugidos do qual” eram “chefes natos Laureano, fugido há nove anos mais ou menos, e seu parceiro Isidio”, há quatro anos fugido.²⁵²

Laureano aparece no depoimento de João Mulungu como um de seus parceiros. No dia 12 de junho de 1876, João Batista da Rocha logrou também sua captura por volta das quatro horas da manhã “no pasto do engenho Aroeira”. O capitão solicitou permissão ao delegado de Laranjeiras para utilizar-se “dos serviços

²⁵⁰ Ofício do juiz municipal de Riachuelo, João Barbosa Dantas, ao chefe de polícia de Sergipe, em 2 de janeiro de 1879. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 377.

²⁵¹ Ofício do delegado de Divina Pastora, Manoel de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, em 3 de junho de 1879. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 689.

²⁵² Ofício do delegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, em 27 de janeiro de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 728.

do mesmo escravo para” servir-lhe de “guia até dois ranchos aonde consta estarem mais alguns quilombolas”.²⁵³ Esta atitude deve ter sido muito comum entre as autoridades.

Ao tomar ciência da captura de Laureano, o chefe de polícia mandou saudar ao capitão João Batista da Rocha Banha “pelos relevantes serviços que” vinha prestando. Estes louvores deveriam ser estendidos aos soldados que participaram da captura do quilombola. Ângelo Pires Ramos, o novo e dito chefe de polícia, solicitou também que “quanto antes” fosse instaurado um “inquérito policial” contra Laureano, frisando a autoria de um crime que, supostamente, teria ele cometido “na pessoa de uma mulher achada morta dentro de uma vala no engenho Junco” e dos ferimentos causados a um dos soldados no ato da sua captura.²⁵⁴ Ambos os fatos foram, posteriormente, descartados porque se verificou que a mulher em questão estava embriagada ao cair na vala, não tendo assim nenhuma participação do escravo em tal morte. Já o segundo crime não pôde ser investigado porque o soldado supostamente ferido não chegou a realizar nenhum corpo de delito.²⁵⁵

A *priori*, livres destas acusações, Laureano, que se encontrava preso na cadeia de Laranjeiras, foi entregue ao seu senhor que “o vendeu para fora da província a Pedro Teles de Meneses”. Eis mais um escravo que deixava as matas do Cotinguiba e rumava, provavelmente, para o sul do Império do Brasil.

Vemos, então, que pelo menos quatro parceiros (Venceslau, Cornélio, Maximiano e Laureano) do quilombola João Mulungu acabaram sendo vendidos por seus senhores para fora da província. Era certamente uma atitude considerada mais segura para donos de escravos tidos como tão ladinos, rebeldes e detentores de uma ampla rede de solidariedades informais (Ver, respectivamente, p. 89, 109 e 110).

Foi esta mesma rede de solidariedade que fez com que o negro, galé, Frutuoso empreendesse uma nova fuga e retornasse às matas do Cotinguiba. Este foi um dos primeiros parceiros de quilombo de João Mulungu (Ver p. 106). No ano de 1882, temos notícias de que Frutuoso era um dos indivíduos que habitavam o

²⁵³ Ofício do capitão João Batista da Rocha Banha ao delegado de polícia de Laranjeiras, em 12 de junho de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 378.

²⁵⁴ Ofício do delegado de Laranjeiras, João Pinheiro da Fraga, ao chefe de polícia de Sergipe, em 19 de junho de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 378.

²⁵⁵ Ofício do delegado de Laranjeiras, João Pinheiro da Fraga, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 22 de junho de 1876. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 378.

rancho localizado nas matas do engenho Quindogá, em Divina Pastora.²⁵⁶ Neste mesmo ano, um indivíduo não identificado requeria “a gratificação de 50 mil réis” para indicar seu pouso.²⁵⁷ Não consegui constatar se alguma diligência foi formada para realizar sua prisão, o fato é que meses depois a delegacia de Capela ainda ensaiava a captura do galé Frutuoso.²⁵⁸

A década de 1880 foi marcada por grandes desafios às autoridades militares da província de Sergipe Del Rey. No limiar do regime, o número de fugas escravas se acentuou, aumentando, concomitante, o número de quilombos espalhados pelas matas do Cotinguiba.

Em 1882, o chefe de polícia da província emitiu uma circular para os delegados municipais exigindo-lhes maiores informações acerca dos ranchos de escravos fugidos existentes em suas jurisdições. Infelizmente só consegui localizar, até o momento, as respostas da delegacia de Rosário do Catete, Capela e Japarutuba. Todas revelaram estar temerosas e incapazes de coibirem maiores levantes e movimentos insubordinados por partes da classe escrava, não só da fuga.²⁵⁹

Outro ofício do delegado de Capela revelaria o conturbado panorama social provocado pelos quilombolas. Segundo ele,

já de algum tempo nota-se neste município a fluência da parte da classe escrava: ora evadindo-se e reunindo-se em quilombos, e cometendo toda a sorte de latrocínios, nos pastos, nas estradas, nas fontes e até em torno desta vila; ora acometendo as propriedades agrícolas e em presença dos donos, desacatando a estes e tirando-lhes bois, cavalos nas estribarias, sacos e pães de açúcar nos engenhos, ora mesmo acometendo as próprias pessoas, que por ventura se lhes tem querido opor em defesa do que é seu. A isto acresce as evasões em massa de escravos de algumas propriedades agrícolas, as insuflações de alguns indivíduos que levam seu abolicionismo até o desrespeito a lei, e toda a sorte de perturbações.²⁶⁰

²⁵⁶ Ofício do delegado 1º suplente em exercício da vila de Divina Pastora, Mathias Afonso, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 6 de janeiro de 1881. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 683.

²⁵⁷ Ofício do comandante da força em diligência em Divina Pastora, Contidiano Gomes da Rosa, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 20 de fevereiro de 1882. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 386.

²⁵⁸ Ofício do delegado de polícia da vila de Capela, Pedro Vieira Souza, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 10 de março de 1882. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 683.

²⁵⁹ Ofício do delegado de polícia da vila de Japarutuba, Ernesto da Silva Travassos, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 15 de março de 1882. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 683; Ofício do delegado de polícia da vila de Divina Pastora, Mathias Afonso Wanderley, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 16 de março de 1882. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 683; Ofício do delegado de polícia da vila de Rosário do Catete, Candido Barbosa Madureira, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 16 de março de 1882. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 683.

²⁶⁰ Ofício do delegado de polícia da vila de Capela, Manoel de Oliveira Matos, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 24 de março de 1888. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 740.

É neste momento de crise, inflamados sobretudo pela campanha abolicionista, que os senhores passaram a conviver também e de forma cada vez mais acentuada com o “não quero” da sua escravaria. Estudando os crimes perpetrados por escravos na província de São Paulo nos últimos anos do regime escravista, Célia Maria Marinho de Azevedo atenta que:

É possível que as relações sempre conflituosas entre escravos e senhores estivessem agora a vivenciar um novo momento histórico, com o espaço da produção tomando-se palco privilegiado das revoltas individuais e coletivas dos negros escravizados. Isto quer dizer que a resistência escrava estaria se concretizando cada vez mais no próprio lugar de trabalho (no eito e no interior das moradias dos senhores), muito mais do que fora dele, tal como nas tradicionais fugas e quilombos.²⁶¹

Acredito que, em Sergipe, as duas modalidades de resistência citadas pela autora operaram simultaneamente. Como exemplos de resistências cativas dentro do ambiente de trabalho, cito os fatos ocorridos nos engenhos Penha, Piedade e Mumbaça, todos localizados na vila de Riachuelo.

No dia 22 de abril de 1888, em “consequência de reclamações dos proprietários”, o delegado Francisco Antônio de Santana seguiu até os ditos engenhos onde encontrou “as famílias escravas na mais perfeita insubordinação por se julgarem libertos pela lei e sofrendo opressão de seus senhores”. Ali, segundo ele, teve “de aconselhar com prudência e isenção de espírito” para assegurar que os escravos “ficassem nas fazendas”, “prestando serviços a seus senhores” e a espera da lei que os declarariam livres.²⁶²

Estávamos nas vésperas do dia 13 de maio de 1888, data que entraria para a História do Brasil como o dia em que foi promulgada a lei que findou o regime escravista no país, a Lei Áurea. Os boatos acerca desta possível promulgação se alastravam por todo o Império e já tinham, como podemos ver acima, alcançado as matas mais longínquas do Vale do Cotinguiba. Mesmo assim, apesar desse contexto, as atividades impetradas contra os quilombolas de Sergipe Del Rey não cessavam. A polícia se empenhava tenazmente para capturar o novo indivíduo considerado líder dos escravos fugidos: o negro Saturnino. Um dia após a assinatura da Lei Áurea, 14 de maio de 1888, o delegado de Laranjeiras oficiava o comando

²⁶¹ Célia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3ª edição, São Paulo: Annablume, 2004, p. 158.

²⁶² Ofício do delegado de polícia da vila de Riachuelo, Francisco Antonio de Santana, ao chefe de polícia de Sergipe, em 24 de abril de 1888. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 740.

militar declarando ter malgrado em mais uma tentativa de capturá-lo. Diferentemente de tantos outros quilombolas, líderes ou não, Saturnino talvez pôde celebrar nas matas sua nova condição jurídica: livre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um consenso na Historiografia da Escravidão do Brasil ao retratar as décadas de 1870 e 1880 como um período em que os conflitos entre as classes senhoriais e escravas foram asseverados. Em parte, essa realidade é devida aos reflexos da promulgação da Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como lei do Ventre Livre, que reconhecia, dentre outras coisas, o direito de o escravo comprar sua liberdade através do pecúlio.

Em Sergipe Del Rey, uma suposta “má interpretação” sob os preceitos da dita lei abonou uma maior incidência de fugas cativas e, concomitantemente, uma maior emergência de comunidades de escravos fugidos. É a partir de então que as matas do Vale do Cotinguiba passariam a estar presentes nas principais pautas relacionadas à segurança pública e privada da província.

Nas últimas décadas do escravismo, os quilombos se configuravam como um dos grandes enclaves enfrentados pela polícia sergipana. Problemática agravada com as alianças firmadas “Entre Quilombos e Senzalas”, ou seja, entre os escravos residentes nos coitos quilombolas e os remanescentes das senzalas.

Eram principalmente das senzalas localizadas próximas aos pousos quilombolas de onde partiam os avisos prévios responsáveis pelo malogro de várias diligências municipais, já que estas, ao aportarem nos mocambos, encontravam-nos muitas vezes abandonados. Investigando a gênese dessas alianças, há fortes indícios de que elas tenham sido estabelecidas através de laços consanguíneos, ou seja, através da solidariedade entre indivíduos membros de uma mesma família escrava. Realidade esta que pode revelar não só o porquê da eficácia destas alianças como também as possíveis motivações que levaram os escravos fugidos a erguer seus ranchos tão próximos das propriedades senhoriais.

Todavia, essa rede de comunicação e solidariedade não se restringiu aos cativos que permaneciam nas senzalas: por outro lado, adentraram nesse “campo negro”, por exemplo, autoridades locais, senhores de engenhos e pequenos comerciantes.

Dentre as comunidades de escravos fugidos que habitavam o Vale do Cotinguiba no início da década de 1870, há fortes evidências de que a mais populosa era uma localizada na matas do engenho São José, em Rosário do Catete.

Ali, dezenas de quilombolas se encontravam dispersos em mocambos que agregavam até 20 escravos.

Aparentemente, cada mocambo estava sob a tutela de um líder. Um deles era o negro João Mulungu, que, juntamente com alguns dos seus parceiros de rancho, migrou para outras unidades quilombolas espalhadas pelo Vale após serem alvos de perseguições. Esse intenso trânsito, facilitado pela pequenez da região, dificultava ainda mais a captura dos mesmos, que acuados em determinados municípios acabavam migrando e se inserindo em ranchos mais distantes.

Coube à Guarda Nacional e a pequenos corpos de soldados estacionados nos municípios impetrar as principais atividades contra os quilombos. Apesar de grande número das diligências que eles desempenhavam não ter logrado o principal intento, ou seja, a captura de todos os negros fugitivos, a constância com que elas eram realizadas acabavam dificultando a vida dos mesmos, obrigando-os a viver em constante fuga.

Essa impossibilidade de os quilombolas estabelecerem pousos mais duradouros abonou a perpetração de uma série de roubos aos pastos dos engenhos. As carnes das rezes furtadas serviriam não só para nutri-los como também seria trocada por farinha de mandioca com seus parceiros das senzalas. Sendo assim, ambos, assenzalados e quilombolas, teriam suas dietas alimentares complementadas e enriquecidas.

Essa realidade fez com que os quilombos de Sergipe Del Rey fossem comumente inseridos dentro de uma categorização econômica que os classificava como parasitários ou predatórios.²⁶³ Não coaduno com estas classificações por acreditar que elas apenas ofuscam e pouco explicam as razões e motivações que levaram os escravos fugidos de Sergipe a impetrar tais atos.

²⁶³ Os poucos estudos que se detiveram a analisar o fenômeno quilombola na província sergipana parecem estar de pleno acordo com esta categorização. Segundo Lourival Santos, em Sergipe do século XIX “os quilombos eram predatórios” pois seus agentes viviam em “contínuos deslocamentos” atacando e “roubando produtos” como garantias de suas subsistências. Ver: Lourival Santana Santos. “Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 31, 1992, p. 34; Já Severo D’acelino vai ainda mais além, dentre duas classificações previstas por ele para classificar este modelo de resistência escrava, os quilombos predatórios eram assim denominados por desenvolver “atividades de guerrilhas” como “forma de combater seus opressores” e por saquear proprietários e viajantes para a “obtenção de comidas, armas e munições”. Estes “além de lutar contra a escravidão” tinham como “maior objetivo” também “manter em respeito os escravocratas”. Neste sentido ver: Severo D’acelino. “Resistência e religiosidade do negro sergipano”, *Casa da Cultura Afro Sergipana*, 1994, p. 3; Ver também: Sharyse Piroupo do Amaral. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007, p. 145.

Ao serem empregados na categorização de práticas econômicas desenvolvidas por grupos sociais alvos de violentas discriminações raciais, acredito que esses termos podem também influenciar na perpetuação de um modelo de ordem visto de cima.

Por mais indesejáveis e criminógenas fossem as atitudes desempenhadas pelos quilombolas contra a classe senhorial, não há como negar que elas faziam parte de um arsenal tático e estratégico que visavam, muitas vezes, a sobrevivência, a proteção e sobretudo a manutenção da liberdade dos mesmos. Sendo assim, é de baixo que devemos enxergar e analisar tais atos!

Foi sobre esta ótica que busquei desenvolver este trabalho. A metodologia aqui aplicada permitiu-me acompanhar a trajetória de alguns escravos por mais de uma comunidade quilombola. Suas experiências que têm como pano de fundo e cenário as matas do Vale do Cotinguiba foram recrutadas para demonstrar que os quilombos de Sergipe Del Rey do século XIX eram mais que focos de resistência, eram unidades onde uma nova vida era possível.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Trecho de ofício contendo a rubrica “Quilombos”.

M^{mo} Sr. Sr.
Sr. Sr.

11-4-73.
16-4-73.
Quilombos

No dia 7 do corrente assumi do Tenente Ju-
venal Roberto de Gaurath, Commandante
do destacamento de Parna Pastora, e no dia
seguinte foi uma diligencia com o sub-
delegado do Sr. do Bunes, nos matos dos em-
ganhos Chapado e picado D'antof, não
obstante os grandes esforços d'quella
authoridade não encontraram.

Logo emty de minha chegada ao Sr. do
Bunes, o sub. delegado tinha mandado prose-
der uma diligencia para capturar
João Melungui, porém foi mallogra
de a diligencia porq. se pousou em
Baptista onde se achava occulto e re-
fugiado quilombola do fuzo a elle se
fez a porta do quintal. Notei gran-
de necessidade de ter cinco ou seis pra-
ças distacadas n'quelle povoado porq.
de momento se pode faer uma boa em-
presa, estas praças podem ser dos dis-
tacamentos sob' meu Commando, sendo
que o Sr. Concêdo a permanencia de
ditas praças ali, expedir' seus respeito-
suz ordens adreccidas de Parna Pastora para
praçar as pequenas dispuças que se
fizerem em um pequeno caso, a quem
e ler para o Sr. O Curullo tomou

Fonte: Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 10 de abril de 1873. APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 393.

FONTES E REFERÊNCIAS

I – FONTES MANUSCRITAS

1.1 – Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)

Fundo: Segurança Pública (Correspondências Recebidas).

Pacotilha 08.

- Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, em 1 de setembro de 1877;
- Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, em 9 de outubro de 1877.

Pacotilha 10.

- Requerimento do responsável (não identificado) pela prisão da capital ao chefe de polícia de Sergipe.

Pacotilha 70.

- Ofício do Palácio do Governo de Sergipe, em 5 de dezembro de 1877.

Pacotilha 75.

- Auto de perguntas feitas à escrava Florinda, em 10 de março de 1872.

Pacotilha 77.

- Ofício da Secretaria do Governo de Sergipe ao chefe de polícia de Sergipe, em 25 de janeiro de 1873.

Pacotilha 119.

- Ofício do delegado de polícia da vila de Japarutuba, o senhor Antonio Luiz Rolemberg da Cruz, ao chefe de polícia de Sergipe, em 4 de março de 1873;
- Ofício de João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, em 20 de maio de 1873.

Pacotilha 174.

- Lista dos objetos roubados na senzala de Miguel e sua mulher do Engenho Carregosa (Documento sem data);
- Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, em 3 de junho de 1872;
- Ofício do delegado de Laranjeiras, Manoel Pinto Lobão, ao chefe de polícia de Sergipe, em 26 de dezembro de 1872.

Pacotilha 176.

- Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871.

Pacotilha 178.

- Ofício da delegacia da vila de Divina Pastora ao chefe de polícia de Sergipe, em 29 de julho de 1871;
- Ofício do 2º suplente do delegado em exercício de Divina Pastora, Antonio de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, em 7 de agosto de 1871;
- Ofício do 1º suplente do delegado da vila de Capela, Antonio Pereira Resende, ao chefe de polícia de Sergipe, em 6 de dezembro de 1871;
- Auto de perguntas feitas ao escravo Domingos, em 14 de dezembro de 1871;
- Ofício do delegado de polícia de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, em 27 de abril de 1872;
- Auto de perguntas feita ao escravo José Leocádio, em 28 de abril de 1872;
- Auto de perguntas feita ao escravo Francisco, em 22 de dezembro de 1872.

Pacotilha 242.

- Ofício do Delegado de Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, em 1 de outubro de 1874.

Pacotilha 298.

- Ofício de José Bernardino Dias ao delegado de Rosário, em 8 de março de 1873. Documento anexado ao ofício de João da Silva Mainard ao chefe de polícia de Sergipe, em 9 de março de 1872;
- Ofício do delegado de polícia de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, em 9 de março de 1872;
- Ofício do delegado de Divina Pastora, João Batista da Rocha, ao chefe de polícia Sergipe, em 10 de janeiro de 1873;
- Ofício do delegado de Divina Pastora, João Batista da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe, em 17 de janeiro de 1873;
- Ofício do 2º suplente do delegado em exercício na vila de Divina Pastora, Veríssimo Antonio de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, em 18 de janeiro de 1873;
- Ofício do delegado de polícia da vila de Japarutuba, o senhor Antonio Luiz Rolemberg da Cruz, ao chefe de polícia de Sergipe, em 31 de janeiro de 1873;
- Ofício do delegado de polícia da vila do Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, em 22 de março de 1873;
- Ofício do delegado de Divina Pastora, Jeremias Roberto de Carvalho, ao chefe de polícia de Sergipe, em 26 de março de 1873.

Pacotilha 299.

- Ofício do alferes de ronda de visita, José Antonio Nunes, ao chefe de polícia de Sergipe, em 23 de dezembro de 1878.

Pacotilha 301.

- Ofício do delegado de polícia da vila do Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia interino de Sergipe, em 16 de agosto de 1871;
- Ofício do capitão Manoel Pereira dos Anjos ao chefe de polícia interino de Sergipe, em 5 de outubro de 1871;

- Ofício do delegado de polícia de Japarutuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, em 5 de outubro de 1871.

Pacotilha 346.

- Auto de perguntas feitas ao escravo Maximiano, em 29 de junho de 1875;
- Ofício do delegado de Capela Mathias José dos Santos ao chefe de polícia de Sergipe, em 1 de julho de 1875;
- Ofício do delegado de Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, em 11 de julho de 1875.

Pacotilha 363.

- Ofício do juiz municipal da vila da Capela, em 2 de maio de 1873;
- Ofício do juiz municipal de Laranjeiras, Luiz Carneiro de Souza Lacerda, ao chefe de polícia de Sergipe, em 16 de agosto de 1873.

Pacotilha 373.

- Auto de perguntas feitas à escrava Ana Rita, em 3 de janeiro de 1873;
- Auto de perguntas feitas à escrava Vicência, em 4 de janeiro de 1873;
- Ofício do 1º suplente do delegado de Rosário, Ignácio Pascoal Santos, ao chefe de polícia interino de Sergipe, em 10 de janeiro de 1874.

Pacotilha 375.

- Ofício do subdelegado de Laranjeiras, Hermenegildo José, ao chefe de polícia de Sergipe, em 10 de dezembro de 1872;
- Ofício do subdelegado de Laranjeiras, Hermenegildo José, ao chefe de polícia de Sergipe, em 13 de dezembro de 1872;
- Ofício de Porfírio Zacharias dos Santos ao subdelegado da freguesia do Pé do Banco, termo de Divina Pastora, Manoel Nunes Barroso, em 8 de abril de 1873;
- Auto de perguntas feitas a Porfírio Zacarias dos Santos, em 8 de abril de 1873;
- Ofício do subdelegado do Pé do Banco, Manoel Nunes Barroso, ao chefe de polícia de Sergipe, em 9 de abril de 1873;
- Interrogatório feito a José Batista de Carvalho, em 9 de abril de 1873;
- Auto de perguntas feitas a José Clementino, em 9 de abril de 1873.

Pacotilha 377.

- Ofício do juiz municipal de Riachuelo, João Barbosa Dantas, ao chefe de polícia de Sergipe, em 2 de janeiro de 1879.

Pacotilha 378.

- Mapa dos crimes perpetrados por escravos na vila de Rosário do Catete depois da lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 até a data de 3 de maio de 1876;
- Ofício do capitão João Batista da Rocha Banha ao delegado de polícia de Laranjeiras, em 12 de junho de 1876;
- Ofício do delegado de Laranjeiras, João Pinheiro da Fraga, ao chefe de polícia de Sergipe, em 19 de junho de 1876;

- Ofício do delegado de Laranjeiras, João Pinheiro da Fraga, ao chefe de polícia de Sergipe, em 22 de junho de 1876;
- Ofício do 1º suplente do delegado do termo de Capela, Ângelo Pereira dos Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, em 8 de agosto de 1876.

Pacotilha 386.

- Ofício do comandante da força em diligência em Divina Pastora, Contidiano Gomes da Rosa, ao chefe de polícia de Sergipe, em 20 de fevereiro de 1882.

Pacotilha 393.

- Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 10 de abril de 1873;
- Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 7 de agosto de 1873;
- Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 4 de setembro de 1873;
- Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 5 de setembro de 1873.

Pacotilha 402.

- Ofício/Abaixo Assinado confeccionado por alguns moradores da vila de Itaporanga e dirigido ao Governo da Província de Sergipe, datado de 1 de julho de 1876.

Pacotilha 456.

- Ofício do 1º suplente do delegado da vila do Rosário, Ignácio Pascoal Bastos, ao chefe de polícia de Sergipe, em 12 de agosto de 1873.

Pacotilha 539.

- Ofício dirigido ao chefe de polícia da província da Bahia, em 4 de março de 1873;
- Ofício dirigido ao chefe de polícia da província da Bahia, em 23 de agosto de 1873.

Pacotilha 658.

- Termo de declaração que fez o subdelegado de polícia de Aquidabã, Antônio Manoel de Jesus, em 25 de maio de 1880;
- Auto de perguntas feitas a Manoel Fernandes de Araujo, em 26 de maio de 1880.

Pacotilha 683.

- Ofício do delegado 1º suplente em exercício da vila de Divina Pastora, Mathias Afonso, ao chefe de polícia de Sergipe, em 6 de janeiro de 1881;
- Ofício do delegado de polícia da vila de Capela, Pedro Vieira Souza, ao chefe de polícia de Sergipe, em 10 de março de 1882;
- Ofício do delegado de polícia da vila de Japarutuba, Ernesto da Silva Travassos, ao chefe de polícia de Sergipe, em 15 de março de 1882;
- Ofício do delegado de polícia da vila de Divina Pastora, Mathias Afonso Wanderley, ao chefe de polícia de Sergipe, em 16 de março de 1882;

- Ofício do delegado de polícia da vila de Rosário do Catete, Candido Barbosa Madureira, ao chefe de polícia de Sergipe, em 16 de março de 1882.

Pacotilha 689.

- Ofício do delegado de Divina Pastora, Manoel de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, em 3 de junho de 1879.

Pacotilha 705.

- Ofício do 1º suplente do delegado de polícia de Capela, Antônio Pereira Resende, ao chefe de polícia de Sergipe, em 4 de janeiro de 1872;

- Ofício do delegado de polícia da cidade de Laranjeiras ao chefe de polícia de Sergipe, em 17 de fevereiro de 1872;

- Auto de perguntas feitas ao escravo Maurício, em 13 de março de 1872;

- Auto de perguntas feitas à escrava Joana, em 13 de março de 1872;

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, em 15 de março de 1872.

Pacotilha 711.

- Ofício do 1º suplente do delegado de Riachuelo, Pedro José da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe, em 1 de janeiro de 1879.

Pacotilha 728.

- Ofício do delegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, em 19 de janeiro de 1876;

- Ofício do delegado de Maruim, Manoel Cardoso, ao chefe de polícia de Sergipe, em 20 de janeiro de 1876;

- Ofício do delegado de Capela Deocrécio de Carvalho Andrade ao chefe de polícia de Sergipe, em 27 de janeiro de 1876;

- Ofício do delegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, em 27 de janeiro de 1876.

Pacotilha 740.

- Ofício do delegado de polícia da vila de Capela, Manoel de Oliveira Matos, ao chefe de polícia de Sergipe, em 24 de março de 1888;

- Ofício do delegado de polícia da vila de Riachuelo, Francisco Antonio de Santana, ao chefe de polícia de Sergipe, em 24 de abril de 1888.

1.2– Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe (AGJES)

Fundo: LAR/C. 1º OF. (Laranjeiras).

- Série: Cível / Sub-série: Inventários.

Caixas (Nº Geral): 219; 219-A; 220; 221; 222; 222-A; 223; 224; 225; 226; 227; 228; 229; 230.

- Série: Penal/ Sub-série: Sumário de Culpa.

Caixas (Nº Geral): 242; 291, 292.

Fundo: MAR/C. 1º OF. (Maruim).

- Série: Cível / Sub-série: Inventários.

Caixas (Nº Geral): 817; 819; 820.

Fundo: ROS/GEM. (Rosário do Catete e General Mainard).

- Série: Cível / Sub-série: Inventários.

Caixas (Nº Geral): 1687; 1688; 1689; 1690; 1691; 1692; 1693.

Fundo: CAP/C. 1º e 2º OFS. (Capela).

- Série: Cível / Sub-série: Inventários.

Caixas (Nº Geral): 3079; 3080; 3081; 3082; 3083; 3084; 3085; 3086; 3087.

Fundo: SAB/C. (Santo Amaro das Brotas).

- Série: Cível / Sub-série: Inventários.

Caixas (Nº Geral): 1765.

Fundo: RIA (Riachuelo).

- Série: Cível / Sub-série: Inventários.

Caixas (Nº Geral): 07; 17; 22; 24;

1.3. – Arquivo Municipal de Divina Pastora (AMDP)

Série: Inventários.

Pacotilhas: 04 (1869-1870); 05 (1871-1875); 06 (1876-1880); 07 (1881-1890).

II – FONTES IMPRESSAS

2.1 – Biblioteca Epifânio Dória

Setor: Documentação Sergipana.

- (Nº 1448) Relatório com que o exmo. senhor presidente doutor Theophilo Fernandes dos Santos abriu a 1º sessão da 23º legislatura da Assembléia da Província de Sergipe no dia 1º de março de 1880.

Setor: Hemeroteca.

- *Jornal A Liberdade*. Aracaju (1876).

2.2 – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS)

Setor: Hemeroteca.

- *Jornal do Aracaju*. Aracaju (1871-1875).

2.3 – Internet

- Relatório com que o ilustríssimo senhor doutor Evaristo Ferreira da Veiga passou a administração da província de Sergipe ao ilustríssimo senhor Barão de Propriá no dia 17 de junho de 1869 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1209/>);
- Relatório com que o exmo. senhor tenente coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1871 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1068/>);
- Relatório apresentado perante a Assembléia Legislativa Provincial da província de Sergipe pelo exmo. senhor presidente da mesma, doutor Luiz Álvares de Azevedo Macedo, por ocasião de sua abertura no dia 4 de março em 1872 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1069/>);
- Relatório com que o ex-presidente desta província [Sergipe], exmo. senhor doutor Luiz Álvares de Azevedo Macêdo, passou a administração da mesma ao exmo. senhor doutor Joaquim Bento de Oliveira, no dia 16 de junho de 1872 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1216/>);
- Relatório com que o exmo. senhor doutor Cypriano d'Almeida Sebrão, 1º vice-presidente, abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1873 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1070/>);
- Relatório com que o exmo. senhor presidente, doutor João Ferreira d'Araujo Pinho, abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1876 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1073/>);
- Relatório com que o exmo. senhor doutor Francisco Idelfonso Ribeiro de Meneses passou a administração desta província [Sergipe] ao exmo. senhor 1º vice-presidente doutor Raymundo Bráulio Pires Lima em 11 de novembro de 1878 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1222/>).

2.4 – Outros

BUENO, Francisco Antonio Pimenta. *Reconhecimento e estudos na província de Sergipe sobre a preferência de traçados para a construção de uma estrada de ferro*. 1981.

JÚNIOR, Araujo Figueiras. *Código criminal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1876.

SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. Aracaju: Secretária da Cultura do Estado de Sergipe, 2005 [1808].

III – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maciel de. *Brincantes & quilombolas*. São Mateus, ES: Memorial, 2005.

ALMEIDA, Adilson José de. “Uniformes da Guarda Nacional, 1831-1852. A indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada”, *Anais do Museu Paulista*, Universidade de São Paulo, vol. 8/9, nº 9, 2000/2001, pp. 77-151.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. “Estrutura de produção: a crise de alimentos na província de Sergipe (1855-1860)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 27, 1965-1978, pp. 15-40.

_____. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju: UFS; Secretária de Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

AMANTINO, Márcia Sueli. “O perfil demográfico do escravo fugitivo”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n° 31, out/1997, 169-188.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. “Emancipacionismo e as representações do escravo na obra literária de Joaquim Manuel de Macedo”, *Revista Afro-Ásia*, n° 35, 2007, pp. 199-236.

_____. *Escavidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

_____. “A lei, as cartas e o silêncio senhorial: uma análise das alforrias na Cotinguiba (1860 -1888)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 37, 2008, pp. 27-49.

_____. “O “campo negro” da Cotinguiba e a lei de 1871: ações e motivações dos quilombolas sergipanos”, *História, Memória e Justiça – Revista Eletrônica do Arquivo Judiciário*, n°1, mar/jun 2008, pp. 1-12.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “Por uma política da economia escravista”, *Caderno CRH – UFBA*, VOL. 7, n° 20, 1994.

ASSUNÇÃO, Matthias Rhöring. “Quilombos maranhenses”, in Flávio dos Santos Gomes e João José Reis (orgs). *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 433-466.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista do Brasil e dos Estados Unidos”, *Revista USP*, n° 28, dez/fev 95/96, pp. 96-109.

_____. “Quem precisa de São Nabuco?”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 28, n° 1, 2001, pp. 85-97.

_____. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

BARICKMAN, B. J. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção do açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)”, *Revista Afro-Ásia*, n° 21-22, 1998-1999, pp. 177-238.

_____. “E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835”, *Revista Afro-Ásia*, n° 29-30, 2003, 79-132.

CARDOSO, Amâncio. “Escavidão em Sergipe: fugas e quilombos, século XIX”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 34, 2005, pp. 55-73.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARNEIRO, Edison. “A lei do Ventre Livre”, *Revista Afro-Ásia*, n° 13, 1980, pp. 13-25.

_____. “Singularidades dos quilombos”, in Clóvis Moura (org). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001, pp. 11-18.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. “A força e o machado: resistência escrava e cotidiano de libertos na comarca de Nazareth das Farinhas. Recôncavo baiano, 1830-1852”, *Revista USP*, nº 156, 1º semestre de 2007, pp. 157-191.

_____. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888)*. São Paulo: Annablume; Salvador: Fapesb, 2008.

_____. “Resistência escrava, cotidiano de libertos e vida material no Recôncavo (Bahia, 1830-1850)”, *Sinais – Revista Eletrônica – Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, nº 05, vol. 1, set. 2009, pp.192-214.

CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

_____. “O quilombo do Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco”, in Flávio dos Santos Gomes e João José Reis (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 407-432.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes: revisão técnica de Amo Vogel. 2º ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHALHOUB, Sidney. “Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio”, *Revista Brasileira de História*, v. 8, nº 16, mar/ago 1988, pp. 83-105.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CISNEIROS, Sandra Maria Costa. Anúncio de escravos nos jornais sergipanos do século XIX. Monografia em História, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2003.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Trad. de Fernando de Castro Ferro. 2º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1998.

COSTA, Maria de Fátima e DIENER, Pablo. *A América de Rugendas: obras e documentos*. São Paulo: Espaço Liberdade; Kosmos, 1999.

COUTINHO, Ruy. “Alimentação e estado nutricional do escravo no Brasil”, in *Estudos Afro-Brasileiros*, trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife em 1934. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

D’ACELINO, Severo. *Resistência e religiosidade do negro sergipano*. Aracaju: Casa da Cultura Afro Sergipana, 1994.

_____. *Panáfrica África Iya N’La*. Aracaju: MemoriAfro, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2º ed. ver. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”, in Marcos Cezar Freitas. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 57-72.

DIENER, Pablo e COSTA, Maria de Fátima. *A América de Rugendas: obras e documentos*. São Paulo: Espaço Liberdade; Kosmos, 1999.

DINIS, Diana M. (coord.), SANTOS, Lenalda (org.). *Textos para a história de Sergipe*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: BANESE, 1991.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotaianas (Sergipe Del Rey na crise do antigo regime 1763-1823). Dissertação de mestrado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2003.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe*. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977.

_____. “Escravidão em Sergipe: índios, quilombos e desempregados”, in Clóvis Moura (org). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001, pp. 219-232.

_____. *Sergipe: roça iluminada*. Aracaju: J. Andrade, 2003.

FONER, Eric. “O significado da liberdade”, *Revista Brasileira de História*, v. 8, nº 16, mar/ago 1988 pp. 9-36.

_____. *Nada além da liberdade: a emancipação e o seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPQ, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

FREIRE, Felibeslo. *História de Sergipe*. 2ª edição, Petrópolis, 1977.

_____. *História territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe; Secretaria de Estado da Cultura; FUNDEPAH, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987.

FUNES, Eurípedes Antonio. Nasci nas matas, nunca tive senhor. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. São Paulo: FFLCH; USP, Tese de doutorado, 1995.

_____. “Nasci nas matas, nunca tive senhor. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas”, in Flávio dos Santos Gomes e João José Reis (orgs). *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 467-498.

_____. “Mocambos dos Trombetas: memória e etnicidade (Séculos XIX e XX)”, in Mary Del Priore e Flávio dos Santos Gomes. *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 227 -257.

_____. “Mocambos: natureza, cultura e memória”, *História Unisinos*, vol. 13, nº 2, maio/ago 2009, pp.146-153.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. “Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial”, *Revista USP*, nº 28, dez/fev /95/96, pp. 96-109.

_____. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil Escravista”, *Tempo*, vol. 1, 1996, pp. 67-93

_____. “Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818), *Revista Afro-Ásia*, nº 17, 1996, pp. 7-28.

_____ e REIS, João José (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. “Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX”, in Flávio dos Santos Gomes e João José Reis (orgs). *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 263-290.

_____. “Etnicidade e fronteiras nas Guianas (Sécs. XVIII – XX)”, *EAVirtual*, nº 2, 30-59.

_____ e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. ““Com o pé sobre um vulcão”: africanos minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840)”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 2, 2001, pp. 1-44.

_____ e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Em busca de um ‘risonho futuro’: seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX)”, *Lócus*, vol. 7, nº 13, 2001, pp. 9-28.

_____ e PRIORE, Mary Del (orgs). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. *A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII – XIX)*. São Paulo: UNESP: Ed. Polis, 2005.

_____. “No labirinto dos rios, furos e igarapés’: camponeses negros, memória e pós emancipação na Amazônia, c. XIX-XX”, *História Unisinos*, vol. 10, nº 3, set/dez 2006, pp. 281-292.

_____. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Ed. rev. e ampl. – Companhia das Letras, 2006.

_____ [et al.]. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____ e FERREIRA, Roquinaldo. “A miragem da miscigenação”, *Novos Estudos*, março/2008, pp. 141-160.

GURGEL, Agemiro Eloy. *A lei de 7 de Novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na cidade de Valença (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2004.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo – 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JESUS, Ana Carla de. *Construindo a liberdade: entre conflitos e alianças, quilombolas (re)inventam sua história na região da Cotinguiba (1870-1879)*. Monografia em História, Universidade Federal de Sergipe: São Cristovão, 2008.

KRAY, Hendrik. “O abrigo da farda’: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1880”, *Revista Afro-Ásia*, nº 17, 1996, pp. 29-56.

LAMUR, Humphrey E. “O impacto das guerras dos quilombolas na política populacional durante a escravidão no Suriname”, *Revista Afro-Ásia*, nº 25-26, 2001, pp. 61-93.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. “Do singular ao plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”, in Flávio dos Santos Gomes e João José Reis (orgs). *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 81-109.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Maria Helena P. Toledo. *Crime e escravidão: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”, *Revista Brasileira de História*, v. 8, n° 16, mar/ago /1988.

_____. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: USP, 1994.

MARSON, Izabel Andrade. “Liberalismo e escravidão no Brasil: Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na re(criação) do progresso”, *Revista USP*, pp. 102-113.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850 – 1888)*. Salvador: EDUNEB, 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3° edição, São Paulo: Brasiliense, 1990 [Paris, 1979].

MESQUITA, Érika. “Clóvis Moura e a sociologia da práxis”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n° 3, 2003, pp. 557-577.

MOTT, Luiz. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986.

_____. “O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 29, 1987, pp.133-147.

_____. “Santo Antônio, o divino capitão-do-mato”, in Flávio dos Santos Gomes e João José Reis (orgs). *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 110-138.

_____. “Era Zumbi homossexual?”, *EAVirtual*, n° 3, 2005, pp. 85-93.

_____. *Sergipe colonial & imperial: religião, família e sociedade (1591-1882)*. São Cristovão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala: quilombos ressurreições guerrilhas*. 3° ed., São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001.

MUNANGA, Kabengele. “Origem e histórico do quilombo na África”, *Revista USP*, n° 28, dez/fev /95/96, pp. 56-63.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Introdução de Marco Aurélio Nogueira, 3° edição, Petrópolis: Vozes, 1988.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. “Caçada aos ‘bosnegers’”, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 3, n° 27, dez/2007, pp. 28-31.

NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. Sergipe: UFS/ Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1989.

_____. *Sergipe provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

OLIVA, Terezinha Alves de. “Estruturas de Poder”, in *Textos para a história de Sergipe*. Aracaju: BANESE; São Cristóvão:UFS, 1991.

OLIVEIRA, Igor Fonsêca de e SANTOS, Thaís Faria do. *História de Quilombolas Sergipanos: 1871-1876*. Monografia em História, Universidade Tiradentes: Aracaju, 2007.

_____. “Imprensa e medo branco. A criminalização dos pequenos quilombos sergipanos (1871-1876)”, *Projeto História*, n° 35, dez/2007, pp. 327-337.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”, *Revista USP*, n° 28, dezembro/fevereiro 95/96, pp. 174-193.

PARÉS, Luis Nicolau. “O processo de criouliização no recôncavo baiano (1750-1800)”, *Revista Afro-Ásia*, n° 33, 2005, pp. 87-132.

PEREIRA, João Baptista Borges. “O último legado de Clóvis Moura”, *Revista Estudos Avançados*, vol. 18, n° 50, 2004, pp. 311-312.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

PRICE, Richard. “Palmares como poderia ter sido”, in Flávio dos Santos Gomes e João José Reis (orgs). *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 52-59.

_____. “O milagre da criouliização: retrospectiva”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n° 3, 2003, pp. 383-419.

_____. “Reiventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações”, *Revista Afro-Ásia*, n° 23, 2000, pp. 239-263.

REBELATTO, Martha. “Fugas e quilombos na ilha de Santa Catarina, Século XIX”, *Revista Afro-Ásia*, n° 36, 2007, pp. 82-110.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “‘Uma negra que fugiu, e consta que já tem dous filhos’: fuga e família entre escravas na Bahia”, *Revista Afro-Ásia*, n° 23, 2000, pp. 27-46.

_____. *A família negra no termo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de doutorado em História, São Paulo: UNICAMP, IFCH, 2007.

REIS, João José Reis. “Recôncavo rebelde: revoltas escravas no engenhos baianos”, *Revista Afro-Ásia*, n° 15, 1992, pp. 100-126.

_____. “A greve negra de 1857 na Bahia”, *Revista USP*, n° 18, 1993, pp. 8-30.

_____. “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, *Revista USP*, n° 28, dez/fev 95/96, pp. 14-39.

_____ e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. “Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806”, in Flávio dos Santos Gomes e João José Reis. *Liberdade por um Fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 332-372.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____ e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

REIS, Demian Moreira. “Dança do Quilombo: os significados de uma tradição”, *Revista Afro-Ásia*, n° 17, 1996, pp. 159-171.

RESENDE, José Mario dos Santos. Notas sobre a propriedade escrava na zona do Zotinguiba (1850-1888). Monografia em História, Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2000.

_____. Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888). Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2003.

SANTOS, Jucilene Pereira dos. Delitos de escravos em Divina Pastora (1860-1888). Monografia em História, Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 1998.

SANTOS, Joceneide Cunha dos Santos. Entre farinha, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2004.

SANTOS, Lourival Santana. “Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 31, 1992, pp. 31-43.

SANTOS, Maria Nely dos. “Outros Mulungus, outros mitos?”, *Revista Gbàlà*, 1995, pp. 5-9.

_____. *A sociedade libertadora “Cabana do Pai Thomaz”, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias*. Aracaju: J Andrade, 1997.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Conflitos de terras numa fronteira antiga: o sertão do São Francisco no século XIX”, *Tempo*, n° 7, pp. 9-28.

SILVA, Maurício. *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa (o que muda, o que não muda)*. Editora Contexto, 2008.

SILVA, Valdélino Santos. “Rio das Rãs à luz da noção de quilombo”, *Revista Afro-Ásia*, n° 23, 2000, pp. 265-293.

SILVEIRA, Célia Regina da. *Erudição e ciência: as procelas de Júlio Ribeiro no Brasil oitocentista*. Tese de doutorado em história, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade do Estado de São Paulo, 2005.

SLENES, Robert W.. ““Malungu, ngoma vem!”África encoberta e descoberta no Brasil”, *Revista USP*, nº 12, dez/jan/fev 1991-1992.

_____. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano e GOMES, Flávio dos Santos. ““Com o pé sobre um vulcão”: africanos minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840)”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 2, 2001, pp. 1-44.

_____ e GOMES, Flávio dos Santos. “Em busca de um ‘risonho futuro’: seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX)”, *Lócus*, vol. 7, nº 13, 2001, pp. 9-28.

_____ [et al.]. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª edição, 2004.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. “Tráfico inter e intra – provincial no nordeste açucareiro: Sergipe (1850-1887)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 31, 1992, pp. 45-69.

_____. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930*. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

_____ (org). *Os classificados da escravidão*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2008.

THOMPSON, E. P.. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERÁN, Jean-François. “Rio das Rãs memória de uma ‘comunidade remanescente de quilombos’”, *Revista Afro-Ásia*, nº 21-22, 1998-1999, pp. 299-324.

WISSENBACH, Maria Cristina C. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros no município de São Paulo 1850-1880*. São Paulo: Hucitec, 1998

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)